



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FLÁVIO PEREIRA

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E LUTA DE CLASSES NO POLO IRRIGADO
PETROLINA/JUAZEIRO (1968 – 1998):**

A conformação dos Assentamentos Safra, Ouro Verde e Catalunha

MACEIÓ/AL

2016

FLÁVIO PEREIRA

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E LUTA DE CLASSES NO POLO IRRIGADO
PETROLINA/JUAZEIRO (1968 – 1998):**

A conformação dos Assentamentos Safra, Ouro Verde e Catalunha

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Ana Paula Palamartchuk

MACEIÓ/AL

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- P429m Pereira, Flávio.
 Modernização agrícola e luta de classes no pólo irrigado Petrolina/Juazeiro (1968-198): a conformação dos assentamentos Safra, Ouro Verde e Catalunha / Flávio Pereira. – 2016.
 171 f. : il.
- Orientadora: Ana Paula Palamartchuk.
 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.
- Bibliografia: f. 151-167.
 Anexos: f. 168-171.
1. História – Brasil – 1968-1998. 2. Semifeudalidade – Século XX. 3. Reforma agrária. 4. Assentamento humanos – Polo irrigado Petrolina (PE) e Juazeiro(BA). 5. Luta pela terra. I. Título.

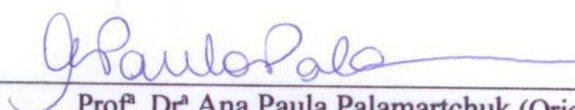
CDU: 981:911.37

Folha de Aprovação

FLÁVIO PEREIRA

Modernização Agrícola e Luta de Classes no Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro (1968-1998) – A Conformação dos Assentamentos Safra, Ouro Verde e Catalunha.

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 26 de Agosto de 2016.

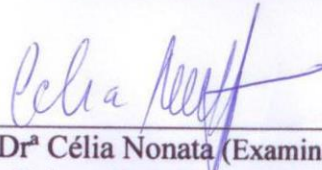


Prof.^a Dr.^a Ana Paula Palamartchuk (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Victor Onésimo Martin (Examinador Externo)
Universidade de La Laguna



Prof.^a Dr.^a Célia Nonata (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

Aos camponeses cujas batalhas e enfrentamentos protagonizados preenchem as páginas de séculos da história deste país chamado Brasil.

À força incontida do campesinato sertanejo que sacudiu o Submédio São Francisco sob a bandeira da luta pela terra.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que contribuíram para a caminhada que foi a execução da pesquisa e que, por isto, merecem figurar na lista de agradecimentos desta dissertação.

Começarei pela minha companheira, Quercia de Oliveira Cruz. Nosso casamento é recente, nos casamos durante a elaboração deste trabalho e sei que em vários momentos e aspectos estive ausente, por isto, antes de tudo, agradeço por sua compreensão. Agradeço pelos momentos que temos vividos juntos, pelo seu amor, companheirismo, carinho e a alegria de nossa vida conjugal. De modo particular agradeço sua ajuda na realização do trabalho, a leitura e sugestões quanto ao texto, às dicas em relação às entrevistas e, sobretudo, o empenho com que ajudou a conseguir a liberação dos arquivos da CPT, durante o período de recesso desta instituição.

Aos meus pais, Manoel Pereira da Silva e Maria de Lourdes, que muito se esforçaram para garantir meus estudos. Quando fiz o curso técnico de edificações no CEFET/MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – passávamos por um dos momentos mais difíceis de nossa vida já bastante modesta, o que não os impediu de apoiar e assegurar que eu pudesse concluir o curso. Meus pais são exemplos dos milhares de pais e mães de origem camponesa e operária que se superam para que seus filhos possam estudar.

Aos meus irmãos, Danielle, William e Josiane, pelas experiências de vida das quais compartilhamos. Neste momento me vêm à cabeça que as contribuições de vocês também se fazem presentes, pois, de maneira consciente ou não, vocês tiveram que fazer renúncias sem as quais me faltariam condições para seguir com os estudos. Saudade de maior convivência com vocês, meus queridos.

Aos meus afilhados Grazielle, Nicolas, Dudu, Raíssa, Cecília, Alexia e Laís e, é claro, aos meus compadres e comadres.

A todos os demais familiares, tios e primos, destacadamente, aos meus padrinhos José Geraldo Reis e Maria Pereira Evangelista Cheles. Ao meu tio materno, José Tito de Oliveira, agradeço pelo estímulo e incentivo à leitura, quando eu ainda era criança.

Aos meus familiares no Vale do São Francisco, minha gratidão e felicidade imensa por sido adotado por vocês, meus pais João e Elizete; meus irmãos Geane, João Paulo, Joarles, Jailza e Janaína; aos cunhados(as), sobrinhos(as), tios(as), primos(os) e afins.

Ao meu sogro, seu Lourival, minha sogra, dona Josefa, e minhas cunhadas Ana Hulle e Nadja Quele, pela preocupação com minha saúde e alimentação, me dando apoio para que eu pudesse me concentrar na escrita nesta reta final de conclusão do trabalho.

Aos muitos amigos que a vida me possibilitou ter. Não conseguirei citar todos os nomes, mas àqueles que, por qualquer motivo, tenham ficado ocultos, também, deixo aqui registrado o meu afeto e consideração.

Agradeço aos meus amigos de infância e adolescência, destacando Helder, Eduardo e Renato, pessoas com as quais pude contar em distintos momentos e que nem mesmo a distância foi capaz de fazer quebrar os laços de amizade.

Ao mais sentimental de todos os meus amigos, Sérgio Nere Santana, agradeço, particularmente, por ter sido a ponte de contato com os camponeses do assentamento Ouro Verde, o que me abriu as portas para a pesquisa com os outros assentamentos.

Ao amigo Franciel Amorim pelas pesquisas que desenvolvemos simultaneamente e cujos resultados compartilhamos. Sua contribuição para o meu trabalho foi enorme, nas entrevistas, pelas fontes materiais compartilhadas e, também, pela ajuda na revisão das normas da ABNT.

À amiga Janilly Carvalho, pela correção gramatical solicitada de urgência urgentíssima e, mais que isto, pela amizade, a boa vontade e a atenção.

Aos amigos Ingrid Bartira (Flor), Rejane Silva, Camila Correa, Kel Dias, João Antônio, Mariano Carvalho, Paulo Henrique Carneiro, Giselle Matias e Marcelo Moisés (in memoriam) pela solidariedade, o apoio, a descontração e, até mesmo, pelas reclamações sobre a minha ausência em diversos momentos, o que dá a certeza de que nossa falta foi notada e sentida.

Quanto à obtenção das fontes, meu agradecimento a algumas pessoas e instituições. Ao diretor do jornal Diário da Região, Paganini Nobre Mota pela liberação do arquivo à pesquisa. À Marina Rocha Braga pela boa vontade em me abrir os arquivos da CPT no período de suas férias. A todos os entrevistados que, de maneira tão desinteressada, me concederam depoimentos sobre suas experiências pessoais, que em vários momentos tocava em questões muito particulares.

À UPE/Campus Petrolina, instituição na qual realizei minha graduação, agradeço na pessoa de seu atual gestor Moisés Diniz Almeida, que foi também meu orientador em projeto de extensão e de iniciação científica. Obrigado por ter conduzido meus primeiros passos na pesquisa historiográfica e pela amizade de anos.

Aos professores que compõem o GISAS – Grupo de Investigação Sobre Subdesenvolvimento e Atraso Social, destacadamente, ao Dr José Nascimento de França e à Dra. Nazira Correia Camely, cujos referenciais teóricos adotados e os resultados das pesquisas produzidas se tornaram um norte para os nossos trabalhos.

Ao PPGH – Programa de Pós- Graduação em História da UFAL que me ofertaram as condições institucionais e metodológicas para a realização desta pesquisa.

Por último um agradecimento especial à minha orientadora, Ana Paula Palamartchuk, pelas contribuições metodológicas à minha pesquisa, pelo rigor em relação à clareza sobre os objetivos da pesquisa, suas observações sobre a atenção e preocupação quanto ao tratamento das fontes me foram muito preciosas. Ao mesmo tempo em que chamava a atenção para necessidade da consistência do referencial teórico, me deixou livre para adotar o referencial que eu julgasse mais satisfatório e adequado ao meu objeto.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia Alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007, escrita em 1844, publicação original (póstuma) em 1932.

É indispensável conhecer a maneira pela qual a sociedade agrária e a sociedade industrial se articulam, para entendermos o que é o Brasil de hoje e o que ele poderá ser num futuro próximo.

Octávio Ianni, *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

RESUMO

O presente trabalho aborda a conformação dos Projetos de Assentamentos – P. A's Safra, Catalunha e Ouro Verde, os dois primeiros na cidade de Santa Maria da Boa Vista/PE, o terceiro na cidade de Lagoa Grande/PE. O estudo da criação destes assentamentos é focado no contexto da luta dos camponeses pobres pelo acesso a propriedade da terra, que tomou conta da região a partir de meados dos anos de 1990. Por sua vez, procuramos demonstrar como as motivações da luta camponesa estiveram vinculadas à pretendida modernização agrícola, com a criação do Polo Irrigado Juazeiro/Petrolina. Partimos do processo de colonização e expansão para o sertão, procurando demonstrar o estabelecimento de relações semifeudais como base da economia e sociedade brasileira. Na sequência, abordamos a formação social do Submédio do São Francisco, a partir da pecuária, e a evolução econômica da região com a agricultura, inicialmente de subsistência. Passamos então à criação dos projetos de irrigação e a execução da política de reforma agrária no Vale do São Francisco. Entendemos que tanto a modernização agrícola, quanto a política de reforma agrária representaram, cada uma, formas distintas de evolução da semifeudalidade. A conformação dos P.A's Safra, Catalunha e Ouro Verde foram resultado da luta camponesa, cujo sentido de justiça, progresso social e combatividade são incontestes. Entretanto, em virtude da sobrevivência e evolução da semifeudalidade, representaram mais vantagens para os grandes proprietários rurais. Enquanto os latifundiários capitalizaram-se, recebendo vultosas somas a título de indenizações, os camponeses encontraram dificuldades diversas para viabilizarem a produção camponesa e, na maioria dos casos, se tornaram mão de obra abundante a disposição das grandes empresas agrícolas.

Palavras-chave: História do Brasil. Semifeudalidade. Luta pela terra. Reforma Agrária. Polo Irrigado Juazeiro/Petrolina.

RESUMEN

El presente trabajo aborda la conformación de los Proyectos de Asentamientos – P. A.'s Safra, Catalunha y Ouro Verde. Los dos primeros, en la ciudad de Santa Maria da Boa Vista/PE; el tercero en la ciudad de Lagoa Grande/PE. El estudio de la creación de estos asentamientos es enfocado en el contexto de la lucha de los campesinos pobres por el acceso a la propiedad de la tierra, que tomó cuenta de la región a partir de mediados de la década de 1990. Por otra parte, buscamos demostrar cómo las motivaciones de la lucha campesina estuvieron vinculadas a la pretendida modernización agrícola, con la creación del Polo Irrigado Juazeiro/Petrolina. Partimos del proceso de colonización y expansión para el sertón, buscando demostrar el establecimiento de relaciones semif feudales como base de la economía y sociedad brasileña. En la secuencia, abordamos la formación social del São Francisco sub medio, a partir de la pecuaria, y la evolución económica de la región con la agricultura, inicialmente de subsistencia. Entonces pasamos a la creación de los proyectos de irrigación y la ejecución de la política de reforma agraria en el valle del São Francisco. Entendemos que tanto la modernización agrícola, como la política de reforma agraria representan, cada una, formas distintas de evolución de la semif eudalidad. La conformación de los P.A.'s Safra, Catalunha y Ouro Verde fue el resultado de la lucha campesina, cuyo sentido de justicia, progreso social y combatividad son irrefutables. Sin embargo, en virtud de la sobrevivencia y evolución de la semif eudalidad, representan más ventajas para los grandes propietarios rurales. Mientras los terratenientes se capitalizaron, recibiendo cuantiosas sumas por concepto de indemnizaciones, los campesinos se encontraron con diversas dificultades para viabilizar la producción campesina y, en la mayoría de los casos, devinieron en mano de obra abundante a disposición de las grandes empresas agrícolas.

Palabras clave: Historia del Brasil. Semifeudalidad. Lucha por la tierra. Reforma Agraria. *Polo Irrigado Juazeiro/Petrolina.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Mapa de localização do Polo Irrigado	25
Ilustração 2: Imagem de propaganda de um grupo capitalista no Polo Irrigado	84
Ilustração 3: Imagem de propaganda de um grupo econômico local tradicional.....	85
Ilustração 4: Fotografia da antiga casa de bomba e da adutora da Fazenda Catalunha..	88
Ilustração 5: Fotografia do canal de irrigação e distribuição de água na extensão da propriedade.....	88
Ilustração 6: Fotografia da casa de bomba da adutora da Fazenda Safra.....	91
Ilustração 7: Fotografia do trecho do Rio São Francisco que atravessa a propriedade.....	95
Ilustração 8: Galpões e antigo escritório da fazenda onde se fazia a divisão da produção e acerto pela venda das uvas.....	97
Ilustração 9: Fotografia de uma manifestação dos colonos do projeto Nilo Coelho interditando a ponte que liga as cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE	118
Ilustração 10: Gráfico sobre o crescimento das ocupações de terra no país, nos anos de 1990	125
Ilustração 11: Fotografia da entrada das famílias para a ocupação da Fazenda Safra	127
Ilustração 12: Fotografia do fechamento da ponte que liga as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA pelos camponeses acampados na Fazenda Ouro Verde	132
Ilustração 13: Fotografia mostrando os camponeses da Fazenda Catalunha montando barracas em frente à sede do INCRA, em Petrolina/PE.....	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Posse da terra em Juazeiro e Petrolina 1970	42
Tabela 2: Recursos para execução de obras pelas instituições regionais (1969-1973) ...	55
Tabela 3: Perímetros Irrigados do polo Juazeiro/Petrolina	59
Tabela 4: Evolução demográfica do polo Petrolina/Juazeiro	64
Tabela 5: Dados da produção de polpa de tomate no ano de 1989	83
Tabela 6: Informações gerais do P.A. Ouro Verde	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADELA – Agência de Desenvolvimento para a América Latina
- ASCAMAAC – Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da Agrovila I do Assentamento Catalunha.
- APRAS – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Safra
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- CEAS – Centro de Estudos e Ação Social da Bahia
- CEDI – Centro Ecumênico de Documentação
- CEPLA – Fundação Centro de Planejamento Municipal de Juazeiro/ BA
- CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
- DOU – Diário Oficial da União
- EUA – Estados Unidos da América
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO – Food and Agricultural organization/ Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura.
- FAMESF – Faculdade de Agronomia do Submédio do São Francisco
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- GERAN – Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
- IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
- ITR – Imposto Territorial Rural
- JTRST – Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MINTER – Ministério do Interior
- MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
- MPF – Ministério Público Federal
- MST – Movimentos dos Sem Terra

OAS – Olivieri, Araújo e Suarez

PA – Projeto de Assentamento

PCB – Partido Comunista do Brasil (no ano de 1960, devido às alterações promovidas em seus estatutos com o objetivo de obter o registro eleitoral, o nome foi modificado para Partido Comunista Brasileiro, porém, mantendo a mesma sigla).

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PDN – Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRNA – Plano Nacional de reforma agrária

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SADEVAL – Sociedade Anônima para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco

SDU – Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano (MINTER)

SINDTRIRR – Sindicato dos Trabalhadores na Fruticultura Irrigada de Lagoa Grande/PE

SR (03) – Superintendência Regional de Pernambuco

SR(29) – Superintendência Regional do Médio São Francisco

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

TDA – Título da Dívida Agrária

TRF – Tribunal Regional Federal

UDR – União democrática ruralista

USP – Universidade do Estado de São Paulo

VALEEXPORT – Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 POLO IRRIGADO PETROLINA/JUAZEIRO: O NASCIMENTO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO (1968 -1980).....	26
1.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA – O REGIME JURÍDICO DE PROPRIEDADE TERRITORIAL.....	27
1.2 SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO – FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO: DO SÉCULO XVII, ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX.....	35
1.3 A NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA DO PÓS 1964 E A “MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA” DA REGIÃO NORDESTE.....	49
1.4 O POLO IRRIGADO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	57
2 DA “CALIFÓRNIA BRASILEIRA” À CRISE DA AGRICULTURA IRRIGADA (1980-1995).....	61
2.1 A “NOVA CALIFÓRNIA”: TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO POLO IRRIGADO.....	62
2.1.1 Crescimento acelerado de Juazeiro – Maior cidade do Polo Irrigado.....	65
2.1.2 Petrolina ultrapassa Juazeiro: Impulso no crescimento a partir dos anos de 1980	72
2.2 IMPACTOS DA AGRICULTURA EMPRESARIAL E DO GRANDE CAPITAL NO POLO IRRIGADO.....	76
2.2.2 A agricultura empresarial de exportação.....	81
2.3 CATALUNHA, SAFRA E OURO VERDE – VITRINES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO.....	86
2.3.1 A Agropecuária Fazenda Catalunha.....	86
2.3.2 A Fazenda Agropastoril do São Francisco – SAFRA.....	90
2.3.3 A Fazenda Ouro Verde.....	94
2.4 TRABALHO ASSALARIADO E LUTA PELA TERRA?.....	99
3 LUTA DE CLASSES NO POLO IRRIGADO (1995-1998).....	104
3.1 OS CAMPONESES E A LUTA DE CLASSES.....	105

3.2 BRASIL – LUTA DE CLASSES NO CAMPO.....	107
3.2.1 De Canudos às Ligas Camponesas.....	109
3.2.2 Ressurgimento e novo auge da luta camponesa.....	113
3.2.3 Luta pela terra no Polo Irrigado.....	117
3.3 O MST E A POLÍTICA OFICIAL DE REFORMA AGRÁRIA.....	120
3.4 A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS SAFRA, CATALUNHA E OURO VERDE.....	125
3.4.1 O Assentamento Safra.....	126
3.4.2 O Assentamento Ouro Verde.....	132
3.4.3 O Assentamento Catalunha.....	138
3.4.5 Uma síntese sobre a reforma agrária nos três assentamentos.....	144
CONCLUSÃO.....	147
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

O Polo Juazeiro/Petrolina é conformado pelos municípios baianos de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova e Sobradinho e, pelos municípios pernambucanos de Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, todos situados às margens do São Francisco¹. A região também é denominada de Submédio São Francisco ou, simplesmente, Vale do São Francisco. As cidades de Juazeiro e Petrolina, que dão nome ao Polo, são as duas mais importantes do Vale do São Francisco. Na década de 1980, o Submédio São Francisco se tornou conhecido como a “Califórnia brasileira”, um local de prosperidade e oportunidades. Durante duas décadas milhares de pessoas se deslocaram para o Polo Irrigado buscando trabalho nas empresas agrícolas instaladas, na quais, posteriormente, seriam desencadeados movimentos grevistas e de luta pela terra.

Nosso objeto de pesquisa analisa a conformação de três destes assentamentos, a saber, Catalunha, Ouro Verde e Safra, como expressão da luta de classes no Submédio São Francisco. O trabalho busca identificar as vinculações entre o processo de “modernização da atividade agrícola”, ocorrido a partir de 1968, e a eclosão da luta pela terra, nos anos de 1990. Esta modernização se deu em função da introdução de capitais, através de políticas de Estado, em associação a grupos capitalistas nacionais e internacionais. Assim nos orientamos pelo seguinte problema de pesquisa: como se deu a conformação dos assentamentos Safra, Ouro Verde e Catalunha, e que vinculações existem entre a modernização agrícola da região, a partir dos anos de 1960, e as ocupações de terra na década de 1990?

Quanto ao campo historiográfico este trabalho se insere no ramo da história agrária, enfocando o estudo social sobre a atividade agrícola na região. Abordando as relações de produção, com o objetivo principal de ressaltar a participação dos camponeses, inseridos no conjunto das medidas e políticas implementadas na região e nos acontecimentos que constituem o desfecho deste processo. Maria Yedda Linhares nos apresenta, sobre o nosso campo historiográfico, a seguinte definição:

A história agrária como uma modalidade da história social da agricultura, cujo objeto seria constituído pelas formas de apropriação e uso do solo, pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais (produtores diretos); nessa ótica caberia ao estudo dos sistemas agrários, objeto central da análise, dar conta das relações de produção e das tipologias agrárias. (LINHARES, 1997, p. 247).

¹ Ver figura 1, p. 25

No campo história agrária, entendida como parte da história social, Ianni (1981) enfatiza a história social da terra e da luta pela terra, buscando demonstrar como as relações econômicas e políticas dos homens produzem modificações no sentido social das formas de utilização do solo, de como a utilização do solo se evidencia como relação social. Na trama das relações sociais entre as classes distintas e delas com a natureza é que a propriedade do solo adquire suas diferentes formas de utilização e apropriação. A partir do referencial teórico marxista, o autor destaca as estruturas sociais de produção, identificando-a com as correspondentes formas de organização das forças produtivas e das relações de produção, bem como os antagonismos de classe decorrentes de cada forma de organização social. Abordando o caso concreto da luta pela terra na cidade de Conceição do Araguaia/PA, afirma:

Assim, a história das atividades econômicas é também a história da terra, como elemento básico destas atividades econômicas, como objeto e meios de produção de valores de uso e troca. A história das relações econômicas e políticas desenvolvidas ali, de 1897 a 1977, mostra como se desenvolve a luta pela apropriação e uso da terra; mostra como a terra é inserida na trama das relações das classes sociais; como o capitalismo chega e estende-se pelos campos de Conceição do Araguaia. (IANNI, 1981, p.7)

Tal qual Ianni (1981), adotamos como referencial o método dialético materialista, que, em sua aplicação ao estudo das sociedades, focaliza sua análise nas contradições entre as classes sociais, a luta de classes. Na realidade específica abordada, cuja sociedade possui características, marcadamente, agrárias e rurais, entendendo que em meio de um conjunto de contradições uma assume o papel principal, consideramos que a contradição principal se dá entre grandes proprietários rurais e pequenos camponeses. De forma que a análise da luta de classes na região enfatiza fundamentalmente a ação e contraposição destas duas classes.

As fontes utilizadas para consecução deste trabalho são de cinco tipos. Entendemos que nenhuma fonte, seja ela documento ou depoimento, pode ser considerada como expressão de verdade incontestável. Por isto procuramos, sempre que possível, confrontá-las entre si. Cada fonte se insere no contexto no qual foi produzida e de acordo com os papéis desempenhados pelos órgãos ou pessoas que lhes deram origem. Portanto, é a partir de seu cotejamento que é possível nos aproximarmos de uma interpretação dos fatos capaz de estabelecer as conexões entre um conjunto de acontecimentos.

O primeiro tipo de fonte se trata de documentos oficiais, composto pela legislação e os programas de governo. A Lei nº 4.504/64, conhecida por Estatuto da Terra e a Lei 5.508/68 estão relacionadas à política de modernização agrícola para a região nordeste. A Lei de reforma agrária, Lei nº 8.629/93, se refere à criação dos PA's - Projetos de Assentamentos.

Reportamo-nos ainda a outros decretos relacionados à legislação agrária do país. Utilizamos também a documentação disponibilizada pelo INCRA sobre os processos de desapropriação e formação dos projetos de assentamentos, bem como documentos do poder judiciário, processos judiciais referentes aos Projetos de Assentamento. Abordamos também os programas de governo implementados na região como PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste e o PLANVASF – Plano Diretor para o Vale do São Francisco. Outro tipo de documento oficial utilizado foram documentos cartoriais como registro de propriedade e contrato de arrendamento.

O segundo tipo é constituído por publicações e documentos de organizações civis como relatórios da atividade com trabalhadores assalariados da agricultura irrigada, realizado pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, de Juazeiro/BA; relatório preliminar da pesquisa sobre a modernização agrícola da região, realizada pelo CEAS – Centro de Estudos e Ação Social da Bahia, por solicitação da própria CPT; documentos publicados ou divulgados pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; documentos da Campanha Nacional pela Reforma Agrária: do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação; dados do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Grande/PE.

O terceiro tipo é a grande imprensa nacional e local. Quanto à grande imprensa nacional consultamos os veículos **Folha de São Paulo** e **Diário do Comércio** (Pernambuco), geralmente disponíveis na web. Quanto ao primeiro, utilizamos algumas publicações sobre a questão agrária no país, mais especificamente sobre a luta pela terra, na década de 1990. Quanto ao segundo utilizamos alguns materiais referentes às ocupações e seus desdobramentos na região.

No que se refere à imprensa local, destacamos o **Jornal de Juazeiro**, editado a partir de 1972 e que, em dezembro de 2000, modificou seu nome para **Diário da Região**, denominação que permanece atualmente. O **Jornal de Juazeiro**, que conta com um arquivo completo contendo todas as suas edições, nos forneceu os materiais utilizados principalmente no segundo e terceiro capítulos, sobre a atividade das empresas agrícolas e das condições de vida dos trabalhadores, bem como sobre as ações de luta, especialmente as ocupações.

Buscamos também os arquivos do jornal **O Farol** e **O Sertão**. O jornal **O Farol** foi lançado em 7 de setembro de 1915, teve sua última edição em 1989 e durante as décadas de 1970 e 1980 teve circulação diária. O **Sertão** que fora criado em 1949, foi extinto no início dos anos de 1980, voltou a circular em 1985 e foi extinto no início da década de 1990. Entretanto os exemplares destes dois periódicos, disponíveis no Museu do Sertão, em Petrolina, eram em número bastante reduzidos e aleatórios.

Por este motivo, decidimos tomar por base o **Jornal de Juazeiro** e quando existentes utilizamos materiais dos jornais **O Farol** e **O Sertão**. Segundo Santos (2011), havia uma relação intrínseca entre jornalismo e política, nas cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, durante as décadas de 1970/ 1980, grande parte destes veículos estavam fortemente alinhados com seguimentos políticos. No caso do **Jornal de Juazeiro**, seu editor Paganini Nobre Mota, era filiado ao PMDB, correligionário de Antônio Carlos Magalhães, disputou vários pleitos eleitorais na cidade e exerceu o cargo de vereador.

O quarto tipo de fonte é a imprensa popular, o **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - JTRST**, órgão informativo nacional do MST, através do qual é difundida a linha do movimento. Com publicação de documentos e deliberações da organização, bem como a propaganda de suas ações, foi fundado em 1981 e sobrevive até os dias atuais. No **JTRST** encontramos materiais sobre a linha adotada pelo MST, além de notas sobre as ocupações dos três assentamentos pesquisados.

O quinto tipo de fonte é constituído por fontes orais, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, nas quais “o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). A partir de um questionário, previamente elaborado para orientar os depoimentos, estimulamos os entrevistados a acessar detalhes de suas experiências que ajudassem a compor o quadro dos acontecimentos. “As entrevistas de história oral podem ser utilizadas no estudo da forma como pessoas ou grupos efetuaram e elaboram experiências.” (ALBERTI, 2004, p. 25).

As entrevistas tiveram dois objetivos. O primeiro objetivo era captar informações sobre as relações de produção, neste caso o perfil de entrevistados é de antigos trabalhadores das três grandes empresas, Safra, Catalunha e Ouro verde. O segundo objetivo era obter informações sobre as ocupações, a formação dos assentamentos e os possíveis impactos ou modificações na vida dos camponeses entrevistados. Neste caso o perfil dos entrevistados era de camponeses assentados que tivessem participado do processo de ocupação e formação dos assentamentos.

O texto da dissertação está dividido nas três seguintes etapas cronológicas: a instalação do Polo Irrigado (1968-1980); a consolidação da fruticultura irrigada e a crise geral que se abateu sobre as empresas produtoras de frutas (1980-1995) e; o período de ascensão do movimento camponês, que consideramos como auge da luta de classes na região (1995-1998). Cada um dos três períodos é abordado em capítulo correspondente, obedecendo à mesma sequência cronológica.

No primeiro capítulo – **Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro: o nascimento da agricultura empresarial no Submédio São Francisco (1968-1980)** – enfocamos a instalação do Polo Irrigado, que se dá entre os anos de 1968 (criação do Projeto Bebedouro) e 1980 (quando se totalizou seis projetos [perímetros irrigados] e as obras de infraestrutura principais já haviam sido concretizadas), como marco inicial das modificações instauradas na região. A criação dos perímetros irrigados caracteriza fundamentalmente, o que o Estatuto da Terra, define como colonização pública.

Partimos da formação histórica da estrutura fundiária no Vale do São Francisco, desde o período da colonização, para analisar a composição de classes e a estruturação do poder político dos grandes proprietários rurais, numa sociedade em que os pequenos camponeses constituíam a maior parte da população. Na sequência procuramos recompor o cenário da realidade social local, no momento em que se inicia a construção do Polo Irrigado. Para isto, nos apoiamos na produção bibliográfica de autores que abordaram a realidade local do referido período, como Padilha (1982), Dourado (1983), Chilcote (1991) e Gonçalves (1997).

Passamos então a demonstrar o sentido e princípios desta política, bem como as classes por ela favorecidas, evidenciando a vinculação entre a construção do Polo Irrigado e a política agrícola delineada pelo Estatuto da Terra, Lei nº4.504/64 e, especificada, pela Lei 5.508/68. O quadro político do período, quanto à ação das duas classes sociais já explicitadas, se apresentava, no cenário nacional, da seguinte maneira: por um lado, a reivindicação pela reforma agrária – que interessava aos camponeses e pequenos proprietários, havia ganhado força no conjunto da sociedade – e, por outro, o recrudescimento da repressão agindo no sentido de sufocar os movimentos populares a partir de 1964 – o que interessava aos grandes proprietários rurais – neste contexto foi elaborada a Lei nº 4.504/64. Por isto procurou-se identificar, na referida lei, a manifestação dos interesses das duas classes e de que forma estes interesses se confrontaram no interior desta normatização. Concluimos então, que esta política agrícola se orientava no sentido da manutenção da grande propriedade fundiária.

Ainda no primeiro capítulo, para compreender o impacto da instalação do Polo Irrigado sobre a região e possibilitar a análise de possíveis modificações nas relações de produção, que é objeto do segundo capítulo, buscamos caracterizar a atividade econômica e as relações sociais no momento em que se deu início a construção do Polo Irrigado. Para isto, destacamos as formulações e considerações de Ronald Chilcote (1991) que caracteriza a sociedade do Submédio São Francisco dos anos de 1960, como uma sociedade pré-capitalista, considerando inclusive a “persistência de modos pré-capitalistas de produção” (CHILCOTE,1991, p.10) e “sobrevivência do poder das classes dominantes locais”

(CHILCOTE, 1991, p.342), mesmo depois de concluída a instalação do Polo Irrigado. Partindo destas considerações procuramos enfocar a evolução da atividade agrícola, as características específicas, como o tipo de empresas instaladas e principais itens de produção, neste primeiro momento.

No segundo capítulo – **Da “Califórnia brasileira” à crise da Fruticultura Irrigada (1980-1995)** – abordamos o período compreendido entre 1980 e 1995, no qual se estabelece e consolida a agricultura irrigada, tendo como principais itens, inicialmente a produção de tomates e, em seguida, a produção de uva e manga, voltada aos mercados internacionais. Este período marca a concretização da colonização privada com instalação de várias empresas, cuja administração era particular. Neste período se evidencia também a crise e, por fim, a falência de algumas das maiores e principais empresas então, na região.

Os anos de 1980 registraram um espetacular aumento da população, atraída pela propaganda de prosperidade, o Submédio São Francisco recebeu, neste período, o epíteto de Califórnia brasileira. A “modernização da atividade agrícola da região” tinha o objetivo de estabelecer uma agricultura moderna em moldes empresariais, na qual os camponeses se tornariam trabalhadores assalariados, gerando uma grande demanda de mão de obra e provocando assim uma alteração nas relações de produção da região. Para debater a dinâmica do fluxo migratório utilizamos como referencial Lambert (1986) e quanto à análise das transformações na atividade agrícola adotamos Martin Martin (2007).

As pessoas chegavam à região com o intuito de trabalhar nas inúmeras empresas instaladas, eram em grande quantidade absorvidas. Porém as relações adotadas quanto ao caráter da mão de obra empregada, assumiam formas diversas, segundo características específicas como sazonalidade (períodos de grande necessidade de mão-de-obra, alternados com períodos de baixa utilização da mesma) e adoção do sistema de pagamento em diárias. Desta forma, os objetivos da modernização agrícola, já apontados, não foram alcançados e as relações de produção não foram, essencialmente, alteradas e, por isto, uma significativa massa com características camponesas continuou existindo. O que corresponde ao que Martin Martin(2007) definiu como evolução da semifeudalidade.

Como o tomate era o principal item de produção desta primeira fase da agricultura empresarial, cabia a ele a absorção do maior percentual da força de trabalho. Entretanto a meação foi a principal forma assumida pela mão de obra utilizada. Ianni (1984) chama a atenção para a importância da parceria (meação) na caracterização das relações de produção na agricultura brasileira. A prática e o significado da meação, que acontecia na maior parte das fazendas produtoras de tomates, identificada na fazenda Safra, possibilitou verificar de

que maneira a pequena produção camponesa se vinculava à grande produção da agrícola. No caso da fazenda Ouro Verde comprovou-se que a produção de uvas se dava também, principalmente, através da meação. Dessa forma se confirmou que as relações de produção pré-capitalistas continuavam predominantes.

Mesmo quanto à Fazenda Catalunha, cujo maior volume da mão de obra era de diaristas, a função era cumprida geralmente por camponeses, das proximidades ou de outras localidades. Estes agricultores vendiam sua força de trabalho durante uma parte do ano, por não conseguirem garantir a manutenção de suas necessidades básicas apenas com a pequena produção, porém, jamais abandonaram por completo a condição de camponeses. Muitos destes pequenos produtores não possuíam terra e também plantavam como meeiros.

Outro aspecto característico da atividade agrícola no Polo Irrigado é quanto à ação direta dos grupos monopolistas na produção agrícola da região, como os grupos Cica e Etti, na absorção da produção de tomates e no seu destino ao mercado externo. Quanto à produção de uva e manga, os grupos Carrefour e GVS constituíram os principais grupos na produção e exportação, estes se encontram na região até os dias atuais. Desta forma, a grande produção agrícola não representou o fortalecimento da economia regional e fez com que, grande parte dos capitais gerados fosse evadida da região.

Em função da identificação de que se mantiveram determinadas características no regime de propriedade e nas relações de produção vigentes na atividade agrícola da região, destacamos o debate sobre o desenvolvimento capitalista na região e classificamos o modelo implementado como capitalismo burocrático no campo. O capitalismo burocrático é caracterizado, segundo Martin Martin (2007a), pela manutenção de relações de produção semifeudais (pré-capitalistas) e pela dominação econômica imperialista.

A condição de fornecedora de itens primários, que não desenvolve um setor de bens capital e que, por sua vez, são fornecidos pelos mesmos grupos monopolistas, limita a possibilidade de ampliação do mercado interno. O resultado é uma atividade econômica dominada pelo capital monopolista internacional. O volume da produção de algumas destas empresas, durante anos foram garantidos devido a benefícios e incentivos assegurados pela política estatal. Assim, o Planvasf – Plano Diretor para o Vale do São Francisco pretendeu ser uma ação coordenada para seguir ampliando o Complexo Agroindustrial, com base na mesma receita. Entretanto isto não poderia se sustentar indefinidamente e, por fim, entrou em colapso a economia baseada na produção de tomates.

Os dados dos censos populacionais do IBGE de 1970, 1980 e 1990, demonstram através de sua progressão, que a população das duas cidades mais que dobrou. Antes da

formação do Polo Irrigado já havia na região a contradição camponeses e pequenos proprietários *versus* grandes proprietários. Entretanto o aumento populacional contribuiu para a intensificação desta contradição. No momento em que o esgotamento do modelo instaurado fez com que a região mergulhasse numa grande crise, a situação se tornou mais aguda.

A falência destes empreendimentos refletia as contradições da modernização da atividade agrícola, expressas nas relações de produção (características da mão de obra empregada e na concentração fundiária). O grande contingente de trabalhadores, que já não eram mais absorvidos pelas grandes empresas e possuíam identificação com a produção camponesa criaram o ambiente propício para a eclosão da luta camponesa. Assim, a partir dos anos de 1990, surgiram as greves dos assalariados do setor canavieiro, em seguida, entraram em cena as mobilizações dos colonos e por fim, as ocupações.

No terceiro capítulo – **Luta de classes no Polo Irrigado (1995-1998)** – abordamos a luta camponesa no Submédio São Francisco como forma principal de expressão da luta de classes na região. Inicialmente, buscamos ressaltar a atuação do campesinato, em diferentes países e momentos da história, como parte do processo de formação nacional e consolidação do sistema capitalista, bem como das estruturas políticas correspondentes, nos apoiando em referenciais como Moore Junior (1983), adotado como ponto de partida. Em seguida passamos aos clássicos do marxismo, com o objetivo de focar o papel do campesinato na luta de classes, recorrendo às contribuições de Marx (2011), Engels (2010), Lênin (1982) e Mariatégui (2010). Para abordar a questão agrária e camponesa no Brasil, adotamos o referencial de alguns teóricos marxistas brasileiros como Facó (1965), Sodré (1963) e Guimarães (1968).

A história da luta camponesa no Brasil apresenta uma série de episódios como Canudos, Porecatu e, principalmente, as ações das ligas camponesas no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960. Por isto, buscamos fazer um breve retrospecto da luta camponesa a fim de demonstrar a dimensão do assenso da luta camponesa no Brasil, na década de 1990. Com o intuito de entender as necessidades e reivindicações camponesas, bem como a posição política que prevaleceu na condução destes movimentos, partimos da proposição de reforma agrária das Ligas Camponesas nos anos de 1950, comparando-a com a proposição do MST, apreendida de alguns de seus documentos e publicações. Por fim, destacamos a adesão do MST a política oficial de reforma agrária referendada pela Lei nº 8.629/93 que estabelece os mecanismos para sua execução.

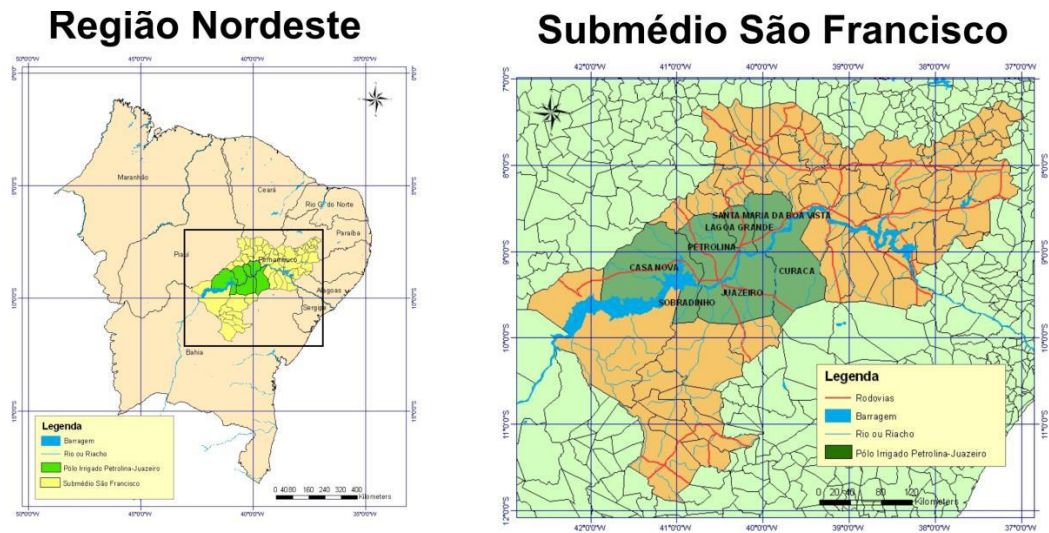
Exigindo a aplicação da Lei de reforma agrária no Submédio São Francisco, o MST esteve à frente das centenas de ocupações realizadas na região, angariando prestígio e atraindo

os enormes contingentes de massas camponesas que, após a falência generalizada das grandes empresas agrícolas, foram as mais penalizadas. Muitas destas famílias camponesas alimentavam o sonho de obter um pedaço de terra para plantar, desde que haviam se deslocado para a região, nas décadas anteriores.

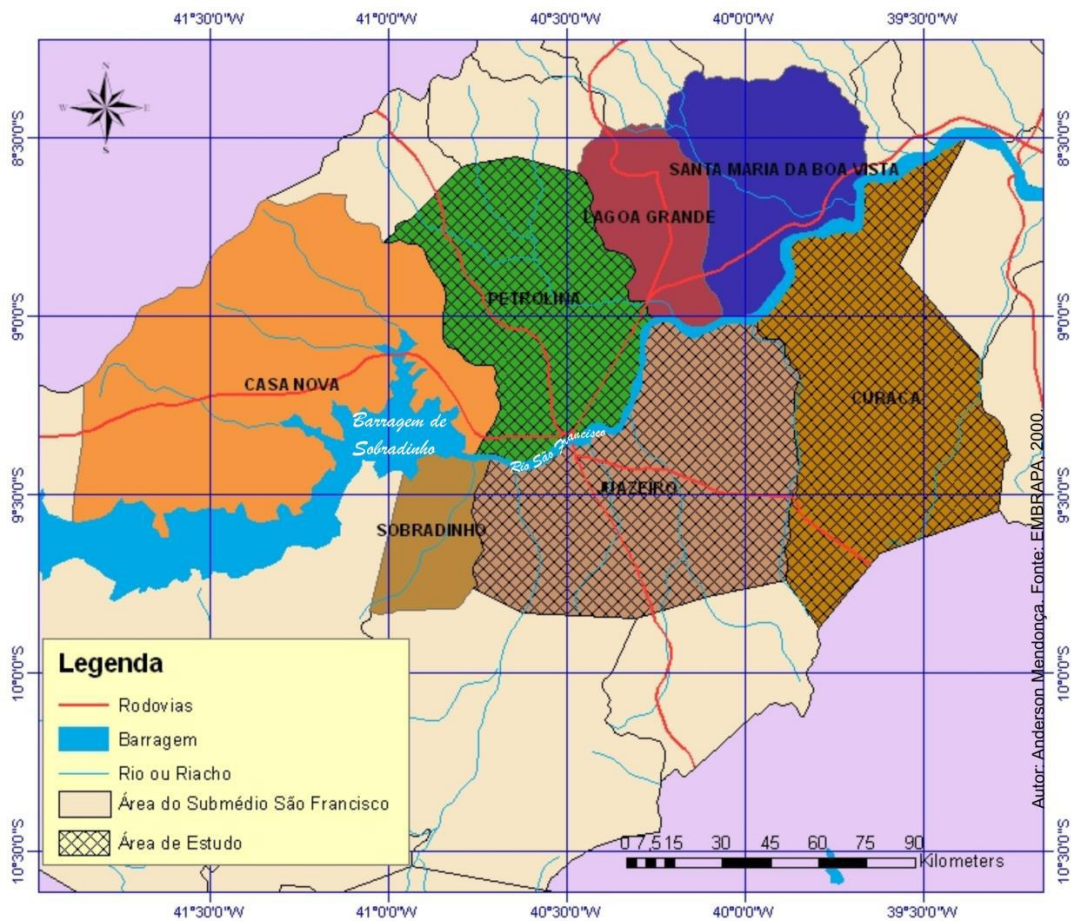
Buscamos abordar cada uma das três ocupações fazendo ressaltar seus aspectos específicos desde sua preparação, os momentos iniciais de sua execução, as resistências os despejos, etc. Analisamos a aplicação da política de reforma agrária em cada um dos Projetos de Assentamentos – P.A's criados. Na conformação de cada um dos assentamentos buscamos fazer ressaltar os interesses de cada uma das partes envolvidas no processo desapropriação, por um lado os camponeses e de outro os grandes proprietários rurais.

Assim, buscamos conhecer os detalhes da formação dos assentamentos, as implicações que acarretaram aos grandes proprietários de terra e seus impactos na vida das massas camponesas assentadas, bem como a relação entre a pequena produção camponesa dos assentamentos e a produção das grandes empresas. A política de reforma agrária teve como resultado a manutenção dos pilares que sustentam o capitalismo burocrático, representando uma nova forma de evolução da semifeudalidade. Mais uma vez se manteve a grande propriedade e uma grande massa de camponeses submetida aos grandes proprietários.

Ilustração 1: Mapa de localização do Polo Irrigado



Área de Estudo no Pólo Irrigado Petrolina-Juazeiro



Fonte: EMBRAPA, 2000. (Embrapa solos. Documentos; n° 14). CD ROM.

1 POLO IRRIGADO PETROLINA/JUAZEIRO: O NASCIMENTO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO (1968 - 1980)

Em 1968 foi instalado o Projeto Bebedouro, o primeiro de seis projetos que foram criados, na região do Submédio São Francisco, até o final dos anos de 1970. Tais empreendimentos correspondiam à aplicação, na região, de uma política que objetivava a modernização agrícola do país. As linhas gerais desta nova política agrícola foram estabelecidas pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que se tornou conhecida por Estatuto da Terra. Posteriormente, com a Lei 5.508, de 11 de outubro de 1968, foi definido um plano específico de ações para a região nordeste. A construção do Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro estava entre estas ações.

O período compreendido entre a instalação do Projeto Bebedouro, no ano de 1968, até o início dos anos de 1980, quando já se teria cumprido a primeira etapa com a instalação dos principais núcleos de perímetro irrigado, é um período de grandes transformações no Submédio São Francisco. Foram realizadas obras de infraestrutura; criadas instituições estatais e privadas com a função de estimular a elevação da capacidade produtiva, a racionalização da atividade agrícola e de estabelecer um setor de crédito e comercialização.

Este processo de ‘modernização’ da região gerou um impacto profundo que, em função dos empreendimentos econômicos, passou a atrair enormes contingentes populacionais. A partir do fim década de 1980, os trabalhadores assalariados, em sua maioria emigrados para a região, desencadeariam as greves, sobretudo, na atividade canavieira. Em meados dos anos de 1990 emergiria a luta dos camponeses pela democratização e a posse da terra no Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro

O brasilianista Ronald Chilcote realizou, no início dos anos de 1970, uma investigação a respeito do desenvolvimento do sistema capitalista no Submédio do São Francisco, destacando as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. O resultado desta pesquisa foi divulgado em 1991, quando publicou o livro *Transição capitalista e a classe dominante no nordeste*, no qual caracterizou a economia da região como uma atividade econômica que se encontrava numa fase de transição, de acumulação capitalista, quando se iniciou a penetração de capitais – nacionais e internacionais – que, em associação às classes dominantes locais, concorreram para a criação do Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro.

Chilcote (1991) ressalta como característica da atividade agropecuária, que constituía a principal atividade econômica da região, a existência da grande propriedade fundiária, na qual o grande proprietário rural explora o trabalhador rural, a partir de relações diversas, em

geral assumindo formas não assalariadas. Para o autor, isto demonstrava que o capitalismo não estava plenamente desenvolvido. Antes, porém, de abordar tais elementos característicos, nos ocuparemos do processo de formação histórica da estrutura agrária da região durante o processo de expansão da colonização portuguesa no território brasileiro, bem como do seu significado para a economia local.

1.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA – O REGIME JURIDICO DE PROPRIEDADE TERRITORIAL

É durante o processo de colonização que se conforma a estrutura fundiária brasileira cujas características da atividade agrícola do país estão profundamente associadas. A formação nacional do Brasil inicia-se com a invasão dos portugueses e, decorrente dela, o modelo econômico erigido pelos lusitanos constitui o ponto de partida para a análise da estrutura fundiária que se forma desde então. Dentre os diversos autores que se ocuparam do tema da colonização no Brasil – como: Prado Júnior (1976), Furtado (2003), Sodré (1962), Guimarães (1968) e Gorender (2004) – existe um ponto de convergência, o do estabelecimento no Brasil de uma atividade agrícola voltada ao atendimento do mercado europeu, cuja base era a grande propriedade territorial.

Segundo Prado Júnior, o sentido da colonização brasileira é o estabelecimento de “uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância” (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 119). A economia brasileira estaria inteiramente subordinada à função de produzir e exportar. Sobre as características da atividade agrícola, o autor afirma que esta se dá em larga escala, “em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número avultado de trabalhadores.” (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 119).

Para Furtado (2003), a atividade econômica instituída no Brasil, cujo caráter mercantil estava vinculado ao mercado europeu, teria se concretizado no país, durante o século XVI, devido a conjunto de fatores favoráveis, a “primeira grande empresa colonial agrícola europeia” (FURTADO, 2003, p. 15). O autor considera ainda que, diferentemente das Antilhas, onde a produção de açúcar se dera em pequenas unidades, no Brasil a única alternativa viável seria a grande produção. “O empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos [...]” (FURTADO, 2003, p. 53).

Gorender (2010) aponta, como primeira característica da atividade econômica conformada no Brasil, a especialização na produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado mundial. Quanto à especialização, o autor acrescenta: “produção agrícola especializada é sinônimo de monocultura” (GORENDER, 2010, p. 121). O autor denomina de *plantagem* a grande produção açucareira. O termo *plantagem* é utilizado para designar a grande produção, em substituição ao termo *plantation*, “proponho substituir, em vernáculo, *plantation* por *plantagem*”(GORENDER, 2010, p.119).

Para Sodré (1962), a necessidade de defesa do território brasileiro, que então já era alvo de incursões em busca de pau-brasil, determina o estabelecimento da colonização do território conjugada com a busca por produtos que pudessem se adequar a atividade comercial portuguesa. O açúcar veio a ser este produto, pois “era objeto de consumo tradicional no mercado europeu” (SODRÉ, 1962, p. 48). A produção do açúcar se dava em grande escala, em grandes extensões de terra. As terras que eram concedidas pela Coroa a quem dispusesse de meios para cultivá-las. “A Coroa doava terra. Era generosa nesta doação.” (SODRÉ, 1962, p. 48).

Também Guimarães (1968), evidenciou o sentido comercial da produção açucareira que não se dava em função do mercado interno, mas para o externo. “[...] pôde desenvolver sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial” (GUIMARÃES, 1968, p. 29). Para ele, os engenhos – a moenda² e as grandes extensões de terra – destinados ao plantio de cana e a produção do açúcar, que emergia como um dos produtos mais cobiçados e de elevado preço no mercado internacional, se constituíram como a primeira forma na qual o latifúndio se materializou no Brasil. “Fixar-se-iam nos engenhos todos os desígnios da nobreza territorial, nele se concentraria toda a força do monopólio da terra, [...]”. (GUIMARÃES, 1968, p. 62)

Embora concordassem em relação às características gerais, diverso era o entendimento quanto ao tipo de economia, ou modo de produção, que fora instituído. Em função disso, os fatores determinantes da origem e evolução da estrutura fundiária brasileira foram apontados também de forma diferente. Furtado (2003) e Prado Júnior (1976) concentraram sua análise no caráter mercantil; Gorender (2010) privilegiou o aspecto das relações de produção, mais especificamente, as relações escravistas; Sodré (1962) e Guimarães (1968), particularmente o último, deram atenção especial ao regime jurídico de propriedade erigido no país, que traziam

² Conjunto de peças num engenho que serve para moer ou espremer certos produtos.

a essência do regime de propriedade que prevalecia em Portugal no momento em que se inicia a colonização.

Quanto ao tipo de economia e sua relação com o modo de produção, convém fazer algumas poucas considerações. Como regra geral – dentro de uma apreciação marxista, referencial adotado, em maior ou menor grau, pelos autores já citados – o tipo característico da atividade econômica é determinado pelo modo de produção predominante em determinada sociedade. Marx e Engels definem modo de produção da seguinte forma:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p.87).

As formas concretas assumidas pelos modos de produção se caracterizam pela existência de determinado estágio de evolução das forças produtivas e as correspondentes relações de produção, que condizem ao nível da técnica e tecnologia empregadas na atividade produtiva. Martha Harnecker (1983), corroborando com a citação anterior, enfatiza que não se pode restringir o conceito de modo de produção unicamente à esfera direta da produção, ou seja, à estrutura econômica da sociedade e afirma que modo de produção pode ser definido como “um conceito teórico e se refere à totalidade social global, isto é, tanto à estrutura econômica quanto aos demais níveis da atividade social: jurídico-político e ideológico” (HARNECKER, 1983, p. 134).

Harnecker (1983) problematiza ainda que numa mesma sociedade podem coexistir relações de produção distintas, equivalentes a modos de produção também distintos. Em casos como este, se aplicaria a categoria de formações sociais que corresponderiam a uma realidade social na qual se evidencia a existência de mais de um modo de produção, entretanto, ressalta a autora que um destes modos de produção exerce papel predominante. Ou seja, numa determinada formação social é possível verificar a existência e a combinação de diferentes modos de produção, porém, um deles é principal e se impõe como modo de produção no conjunto da atividade produtiva.

Em Prado Júnior (1976) não há um debate acerca do modo de produção, quanto ao tipo de economia que se estabelece no Brasil. O autor aponta apenas o acentuado caráter

mercantil que marcava a necessidade de obtenção ou produção de gêneros comerciáveis e, preferencialmente, de alto valor internacional, preceitos que dariam orientação e sentido à colonização, conformando uma estrutura agroexportadora. A forma assumida por ela seria determinada pelos elementos geográficos e climáticos, assim a origem da grande propriedade territorial era analisada da seguinte forma:

A grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, sejam escravos ou assalariados, ou bem formas intermediárias de trabalho, representa o sistema de organização agrária que sempre acaba dominando nos trópicos, mesmo quando outros são inicialmente tentados. [...]. A influência dos fatores naturais é tão sensível nesta discriminação de tipos agrários, que se acaba impondo mesmo quando o objetivo inicial e deliberado de seus promotores é outro. (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 120/121).

Furtado (2003) caracteriza o tipo de economia do período colonial com uma economia escravista, como parte de uma estrutura exportadora, por isto escravista exportadora. Porém ao analisar a dinâmica de funcionamento da produção colonial a compara à dinâmica do modo de produção capitalista, se preocupando com o processo de acumulação de capital. No que diz respeito à mão-de-obra escrava, considera que ela pode ser comparada às instalações de uma fábrica, ou seja, o escravo se comportaria como um maquinário no qual é investido um capital inicial para sua aquisição e com o qual posteriormente haveria apenas custos de manutenção. Para o autor, a alta rentabilidade da produção açucareira resultava em intensa especialização – aqui também especialização significa monocultura – que fazia com que mesmo a produção de alimentos para escravos se tornasse antieconômicas. A produção açucareira, que absorvia grandes extensões de terras, teria correspondido a “uma forma de utilização econômica das terras”. (FURTADO, 2003, p. 13). Em resumo a grande produção estaria em conformidade com o uso econômico e racional da terra no processo da produção açucareira.

Com o objetivo de definir o tipo de economia estabelecido no Brasil com a colonização, Gorender (2010) também partiu da caracterização do modo de produção asseverando que “a produção é principio formador do modo de produção” (GORENDER, 2010, p.58). Vale ressaltar que a produção compreende não só a produção em si, mas também a distribuição, a circulação e o consumo. Para o autor, o modo de produção vigente no Brasil possuía como categoria determinante a escravidão, pois esta constituiria o tipo fundamental e estável das relações de produção, no caso do Brasil o escravismo se constituía como colonial, pois estaria vinculado a um amplo mercado externo, cuja economia “se orienta no sentido da produção de bens comerciáveis” (GORENDER, 2010, p.89).

Para Gorender (2010) as relações de produção escravistas, ao contrário do que defendiam alguns estudiosos do período³, seriam compatíveis ao nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançados pelo progresso das técnicas de cultivo “[...] a plantagem absorveu inovações tecnológicas, o que afasta a ideia de incompatibilidade entre escravo e progresso técnico” (GORENDER, 2010, p.135). O autor considera que associação entre a plantagem escravista e grande propriedade territorial se difundiu de maneira generalizada, enfatizando que as vantagens decorrentes das relações escravistas constituíram o fator determinante do estabelecimento da grande propriedade, embora tenha que reconhecer, forçosamente, a influência do regime jurídico de propriedade trazido de Portugal.

Em que pesem as diferenças de regime jurídico de apropriação da terra, por toda parte a plantagem escravista se associou à grande propriedade fundiária. Não foi esta que determinou a plantagem, mas ao contrário, conquanto seja no caso do Brasil inegável a influência do regime jurídico de propriedade trazido de Portugal. (GORENDER, 2010, p.178).

Sodré (1962) também adotou a denominação de escravismo colonial para classificar o modo de produção no Brasil, enfocando as relações escravistas instituídas com a colonização brasileira. No entanto, não atribuiu ao termo as mesmas implicações teóricas que Gorender (2010), para Sodré (1962) as relações escravistas deveriam atender algumas contingências, dentre as quais fornecer mão de obra para o sistema introduzido.

O autor passa então a analisar a legislação que orienta o processo de colonização, destacando particularmente a Carta de Doação e a Carta Foral, a primeira daria origem as capitâneas hereditárias, a segunda estabeleceria os direitos e deveres dos donatários para com as terras. Ambas comporiam “[...] uma legislação feudal, com a peculiaridade de delegação de poderes a um senhor feudal distante, numa área em que se pretende montar empresa de produção estranha ao meio.” (SODRÉ, 1962, p. 59). Assim, se constituíra as bases nas quais a grande propriedade seria erigida.

Para Sodré (1962), na medida em que se expande a colonização, as relações escravistas se tornariam secundárias passando a predominar relações servis ou feudais. Com a pecuária teriam se instituído relações marcadamente servis, em relação a mineração teria ocorrido um afrouxamento nas relações escravistas. Com o colapso da mineração e sua substituição pela pecuária e pela agricultura, passariam também a predominar, nestas regiões, relações servis. Assim, na totalidade do país passaria a existir uma economia de tipo feudal.

³ Entre estes estudiosos estão Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães que argumentavam que o trabalho escravo apresentava baixa produtividade.

Guimarães (1968) também caracteriza o sistema econômico instituído com a colonização de modo de produção feudal. O autor compreende que a economia brasileira se estabeleceu sobre uma base orgânica feudal. Nas mãos da fidalguia teriam sido colocados os latifúndios que surgiram da partilha das terras recém-conquistadas, com o propósito de estabelecer seus fundamentos econômicos. Materializava-se na autoridade dos senhores de terra que, controlando a produção, exercia “poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas.” (GUIMARÃES, 1968, p. 46). Poder exercido dentro e fora dos latifúndios.

A utilização da força de trabalho dos escravos teria se dado em função da inexistência de mão de obra de outra natureza, em número suficiente, originando certo hibridismo, mantendo-se, porém sua essência feudal. “Nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir seu caráter feudal.” (GUIMARÃES, 1968, p. 29).

O autor considera que o modo de produção feudal teria condicionado o regime de propriedade territorial. Esta, por ser o principal e mais importante meio de produção, constituiria o elemento fundamental ao qual estariam submetidas todas as demais relações econômicas. O regime de propriedade teria se concretizado nas grandes extensões de terra que eram concedidas ao donatário que, por sua vez, detinha a prerrogativa de conceder parcelas territoriais a outros que pudessem explorá-las. Dessa forma teria se originado e garantido a manutenção da grande propriedade territorial.

O monopólio feudal e colonial é a forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura, isto é a propriedade da terra, o fato de ser a terra o meio de produção fundamental, indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar às condições históricas pré-capitalistas. (GUIMARÃES, 1968, p. 35).

Consideramos que o caminho apontado por Sodré (1962) e Guimarães (1968), ao enfocar o regime jurídico de propriedade, assinalando que tal regime favorecia uma determinada classe social, oferece elementos mais consistentes para a compreensão da formação e evolução da estrutura fundiária e da atividade agropecuária no Brasil. Tais considerações podem ser aplicadas também à realidade do Submédio São Francisco, com o propósito de elucidar o processo de conformação da estrutura agrária da região.

Como síntese das contribuições de ambos, podemos apontar que a legislação régia tem início com a instituição do sistema de donatarias, que se concretiza nas capitâneas hereditárias. O donatário ao receber a concessão da capitania passava a exercer plenos poderes, nas esferas econômicas, políticas e administrativas. Dentre as prerrogativas do donatário figurava o

direito de conceder sesmarias. Em 1549, com a instalação do governo geral de Tomé de Souza, as capitânicas ficaram submetidas a ele, porém continuou vigorando as sesmarias.

A sesmaria era um procedimento pelo qual a Coroa portuguesa dispunha sobre a propriedade territorial. Teria surgido em Portugal como um mecanismo para assegurar a obrigatoriedade do cultivo das terras, reservando para si o direito de reaver as terras não cultivadas e entregá-las a quem tivesse condições de cultivá-las. Com esta medida se pretendia “evitar o abandono dos campos que se acentuava a medida que se decompunha a economia feudal.”(GUIMARÃES, 1968, p. 43)

No Brasil, as concessões de terra através das sesmarias possibilitaram a conformação de enormes propriedades, estando o caráter de classe associado à determinação destas concessões. Para Guimarães (1968), membros da nobreza lusitana ou ligados ela é que geralmente eram agraciados com as concessões. Assim teria proporcionado o surgimento da renda agrária de caráter parasitário e, com ela, uma casta, separada da produção, que poderia obter rendimentos, única e exclusivamente, pelo fato de deter a propriedade territorial, o que caracteriza um tipo de renda tipicamente feudal, que Marx denominou de renda absoluta⁴.

Este tipo de renda manifestava-se, inclusive nas regiões litorâneas, nas formas de renda trabalho e renda em produtos que coexistiam e se combinariam com o trabalho escravo predominante nos engenhos. “Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores ‘livres’ ou agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias”. (GUIMARÃES, 1968, p. 29).

A existência destas formas de renda⁵ na atividade agrícola do período colonial foi identificada pelos autores citados anteriormente. Prado Júnior (1968) da mesma forma que acreditava que a grande propriedade agrícola decorria de fatores geográficos e climáticos, considerava que tanto a mão de obra escrava quanto as formas de trabalho dependentes originavam-se da grande produção. Furtado (2003) identifica na existência de pagamentos *in*

⁴ Para Marx, a renda que deriva do monopólio territorial é denominada de **renda absoluta**. Diferentemente da primeira, a **renda diferencial** não depende da propriedade territorial, ela origina da produção dos itens agrícolas que se obtém com a inversão de capitais e a exploração do trabalho assalariado, que assim gera a mais-valia.

⁵ Nos anos de 1950, houve um intenso debate sobre a transição ao modo de produção capitalista, cuja polarização se deu entre Paul Sweezy (1977) e Maurice Dobb (1977). O primeiro considerava que o impulso às transformações que promoveram o fim do feudalismo e o surgimento do capitalismo fora dado pela expansão do comércio internacional, ou seja, devido a fatores externos. O segundo enfoca como centro das referidas transformações, a dinâmica dos modos de produção, nas relações de servidão através das quais os servos ou camponeses estavam submetidos aos seus senhores. Para Dobb (1977), a existência de formas de **renda em trabalho, renda em produtos** e, mesmo, **renda em dinheiro** estariam associadas a estas relações de servidão, que se apoiavam na coerção extraeconômica e correspondiam a um tipo de economia na qual ainda predominava um modo de produção feudal. Neste caso, “[...] a renda em dinheiro significa a renda resultante de simples metamorfose da renda em produtos, por sua vez oriunda da renda em trabalho”. (MARX, 2008, p. 1052)

natura (renda em produtos) a similitude com uma economia de tipo feudal. Porém, considera que sua ocorrência era ocasional e ressalta o caráter monetário da economia escravista. Gorender (2010) considera que tais características correspondem a um tipo de renda pré-capitalista, entretanto refuta a ideia de identifica-la com uma economia de tipo feudal, argumentando, pois que as relações escravistas eram predominantes no conjunto da produção agrícola.

Nenhum destes três autores, porém, estabeleceu a conexão entre as formas de renda identificadas e o regime de propriedade. No entanto é exatamente a vinculação entre a renda absoluta – expressa nas formas de renda em trabalho, renda em produtos e, em alguns casos, na renda em dinheiro – e o regime de propriedade que permitem revelar o real significado destas ocorrências na estrutura fundiária e na atividade agrícola brasileira. Tais formas asseguram a renda parasitária a que se referiu Guimarães e, por sua vez, só se mantém em virtude da dependência dos produtores rurais diante dos grandes proprietários, dependência assegurada pelos mecanismos de coerção extra econômica⁶.

A expansão da colonização e a penetração nas regiões interioranas, nos chamados sertões, se efetiva com a atividade da pecuária. Com a elevação da produção açucareira e o conseqüente aumento da procura de animais para o trabalho, os limites da atividade pecuária de então não possibilitavam o abastecimento de um mercado que se alargava; some-se a isto o aumento do consumo de carne e à utilização crescente de subprodutos do couro. Tais elementos determinaram a separação entre os engenhos e os currais. Em 1701 uma Carta Régia proibiu a criação de gado a menos de dez léguas da costa. (PUNTONI, 2002, p.22).

Os currais de gado ou as fazendas surgem como extensão da economia de exportação e se inseriam no contexto dos interesses da metrópole, tendo o fornecimento de carne inicialmente ocupado papel secundário. Entretanto, dois elementos distinguiriam a fazenda dos engenhos. O primeiro, o fato de que a pecuária necessitava de volume menor de recursos, e o segundo, as características da mão de obra utilizada, determinando o predomínio de outro tipo de relações de produção.

Embora as relações com as altas instâncias da Corte Portuguesa tenham sido mantidas como critério para a concessão de sesmarias, o fato de que a pecuária não necessitava de um volume tão grande de recursos, teria possibilitado que um número maior de pessoas tivesse

⁶ Para Dobb (1977), a coerção extra econômica consistia na força coatora que não se dava nos marcos econômicos e poderia emanar do poder militar, dos costumes ou de outros instrumentos políticos ou jurídicos, assegurando a extração direta, por parte da classe economicamente dominante, do trabalho excedente dos produtores. Trabalho excedente que se concretizava nas formas de **renda em trabalho**, **renda em produtos** ou mesmo em **renda em dinheiro**.

acesso a terra. Porém, sendo muito limitado, não fora o suficiente para determinar a formação de pequenos lotes, já que não houve concessões a homens de camadas populares. Para Guimarães (1968, p. 73), três foram os principais meios de acesso à fazenda:

- 1) o arrendamento, cujas origens representavam um procedimento ilegal, dado que aos donatários não cabia o direito de subdividir suas concessões:
- 2) a aquisição por compra, condicionada pela abastança do pretendente e restrita, geralmente, à minoria amoedada:
- 3) a sesmaria que, ou aparecia como uma distinção aos nobres e favoritos da Coroa, e nesses casos envolvia enormes territórios, ou surgia como prêmios aos preadores de índios, aos autores de façanhas militares, leais nos serviços à Metrópole.

As enormes propriedades dos fazendeiros de gado foram subdivididas e concedidas a outros para viabilizar a exploração atividade pecuária. Porém, mantiveram a estrutura latifundiária, dando assim, origem a um sistema de arrendamento de caráter pré-capitalista, na pecuária. A natureza do trabalho nos currais marcado pela ausência do proprietário, impossibilitando sua vigilância contínua e direta e pela falta de braços, adaptou-se melhor a ele relações de caráter servil. Paralelamente a criação de animais praticava-se a agricultura de subsistência.

Caracterizava um tipo de latifúndio na maioria dos casos não escravocrata, embora um latifúndio, por outro aspecto mais tipicamente feudal, da fase em que o proprietário se distanciava da produção e passava embolsar a renda agrária. (GUIMARÃES, 1968, p. 70).

Segundo Puntoni (2002), a evolução da pecuária na região semiárida do nordeste, com a instalação de fazendas e currais, acompanhou o curso dos principais rios e seus afluentes, seguindo duas correntes. Uma próxima do litoral, partindo de Pernambuco até o Ceará, o “sertão de fora”. Outra, proveniente da Bahia, acompanhou o curso do rio São Francisco, ocupando suas duas margens, se estendendo até o interior do Piauí, a região do alto Itapicuru e o Rio das balsas até Tocantins, o “sertão de dentro”⁷.

1.1 SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO – FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO: DO SÉCULO XVII, ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX.

A instalação dos currais de gado no Submédio São Francisco teve início por volta de 1640. Segundo Gonçalves (1997), foram implantadas a certo distanciamento da margem do

⁷ Segundo Pedro Puntoni as expressões “sertão de dentro” e “sertão de fora” foram criadas por Capistrano de Abreu em *capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Brasília, 1963, p. 147.

rio, que oferecia perigo de atolamento, de ataque de animais (jacarés, cobras e piranhas), doenças, além de dificultar o controle sobre o rebanho.

Nesta época, a margem baiana do rio fazia parte das sesmarias concedidas a Garcia d'Ávila. Moniz Bandeira (2007) afirma que a família dos *Ávilas* fazia parte da nobreza de Castela, mais precisamente da cidade de Ávila (MONIZ BANDEIRA, 2007, p.92). Garcia d'Ávila teria chegado ao Brasil na comitiva do governador geral, Tomé de Souza, no ano de 1549, homem de sua confiança, nas palavras de Gonçalves (1997). Moniz Bandeira (2007), inclusive, levanta a hipótese de que Garcia d'Ávila seria filho bastardo de Tomé de Souza. O mais importante, porém, é o fato de que, durante o governo de Tomé de Souza, se tornara um rico proprietário de terras. Comandou, por incumbência do governador-geral, uma expedição, iniciada ainda em 1549, que durou três anos e subjugou tribos indígenas tupinambás, recebeu em troca as sesmarias das terras conquistadas. “Garcia d'Ávila tinha então 24 anos e já se tornara um dos homens mais poderosos e ricos da Bahia” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 125).

Passados 20 anos, já dominava um território de 99.000 km² ou 65.340 ha, possuindo sesmarias até na capitania do Espírito Santo. Tornou-se o mais destacado criador de gado bovino da colônia. Mantendo-se a frente das expedições que travavam guerra contra os índios, ampliou suas possessões e recebeu a outorga da patente de capitão. Sua chegada ao Sergipe facilitaria a conquista do sertão a partir do Rio São Francisco.

Ao morrer, em 1609, seu grande patrimônio, constituído em morgado e vinculado à Torre⁸ de Tatuapara, foi deixado como herança para o neto Francisco Dias d'Ávila. (MONIZ BANDEIRA, 2007). Com Dias d'Ávila, a conquista dos sertões seria estimulada pela expectativa de existência de metais preciosos. Embora tal atividade consistisse em atribuição da administração colonial, lhe foram conferidos poderes para que empreendesse a busca das tão esperadas minas preciosas. Também pelos serviços prestados na expulsão aos holandeses recebeu mais 200 léguas (1200 km) de terra no sertão e mais 30 léguas (180Km) às margens do São Francisco, ampliando as posses da Casa da Torre.

O segundo Garcia d'Ávila, filho de Francisco Dias d'Ávila, dá início à atividade pecuária nas proximidades do rio São Francisco. Concretizando os intentos do pai, anexa novas terras na margem baiana do rio com o estabelecimento de currais na região. Na década

⁸ As propriedades da família d'Ávila foram reunidas em morgado, eram indivisíveis e ficavam sobre administração daquele que recebesse o morgado como herança. O morgado da família d'Ávila estava vinculado à torre de Tatuapara, daí que a família d'Ávila se tornou conhecida também como Casa da Torre.

de 1650 há o aumento vertiginoso da quantidade de currais e a Casa da Torre chegou a possuir centenas deles.

Na margem pernambucana obtém novas terras em sesmaria estendendo ainda mais seus domínios. “O domínio territorial da Casa da Torre estendeu-se assim por cerca de 20 léguas ao longo do São Francisco” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p.194). Não pararam por aí e ainda se dilataram ainda mais. Com o segundo Dias d’Ávila, por volta de 1670, já se estendiam de Juazeiro, avançando na direção do Ceará. “A grande fazenda de gado dos Dias d’Ávila detinha um milhão de km². Isso incluía, praticamente, as áreas de grande parte dos atuais Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí [...]”. (FRANCA, 2008, p.28).

Diante da imensidão de terras que possuía e da impossibilidade de ocupá-las diretamente, a Casa da Torre arrendava, vendia, ou mesmo doava terras de pequena, média e até de grandes extensões, em troca do compromisso de lealdade do beneficiado para com o mandatário. Através desta exploração podia obter a renda de caráter parasitário a que se refere Guimaraes (1968).

Garcia d’Ávila, senhor do maior latifúndio do Brasil e também foreiro do Conde de Castanheira, não podia explorar sua vasta possessão de terras, [...] senão por meio de arrendamento a terceiros cujo controle fazia através de procuradores, da Torre de Tatuapara. Lá na sua casa-grande ou castelo, onde exercia enorme influência política como vereador mais antigo. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p.142).

Assim surgiram pequenos e médios agricultores e, também, grandes fazendeiros; destes últimos alguns eram consagrados procuradores. Na prática, grandes fazendeiros ocupavam posição social semelhante a dos procuradores e entre suas atribuições estava assegurar a fidelidade de todos que estivessem instalados nos domínios da Casa da Torre.

Tinham eles a incumbência de orientar o trabalho dos vaqueiros, manter a ordem na área sob sua responsabilidade, combater os índios, organizar os empreendimentos de ação coletiva e, substancialmente garantir o cumprimento da vontade e dos interesses daqueles a quem prestavam seus serviços. Alguns dos procuradores chegavam a assumir controle sobre amplas áreas territoriais no interior das quais todos lhes obedeciam. Essa posição dava prestígio e força porque quanto mais forte fosse o seu outorgante, maior também eles seriam. Recebiam títulos e patentes de capitão-mor, sargento-mor e por este instrumento ficavam habilitados a exercer as ações que julgassem necessárias, desde que não ferissem os interesses e as intenções do senhor da região. Este, via de regra, ostentava o título de coronel-de-campo ou mestre-de-campo. (GONÇALVES, 1997, p.16).

Quanto às relações de produção predominantes na criação de gado, Prado Junior (1976), descreve o sistema de retribuição correspondente a repartição de uma quarta parte das

crias, o que consideramos representar uma variante da renda em produtos, mas menciona a existência, mais recorrente, de formas de assalariamento, mensal ou anual. Para Furtado (2003), parte da população livre da região não absorvida pela produção açucareira teria sido atraída pela pecuária. Portanto, para ambos, houve na atividade com o gado, o predomínio da força de trabalho livre. Puntoni (2002, p. 43) também afirma que a pecuária estruturou-se com a presença determinante do trabalho livre, porém com ausência relativa do trabalhador indígena.

Gorender (2010) considera que houve o predomínio de relações escravistas também na pecuária, no sertão nordestino para a qual apresenta dados estatísticos que pretendem comprovar o predomínio da utilização da mão de obra de escravos negros. Por fim, acrescenta que teria se condensado no sertão uma população livre, em substituição aos escravos ou trabalhando ao lado deles, desempenhando atividades nas fazendas de gado, cuja retribuição constituiria formas embrionárias de assalariamento. Gorender (2010) polemiza, mais diretamente, com Sodré (1962) e Guimarães (1968) que consideram que a mão de obra escrava se incompatibilizava com a atividade da pecuária, em virtude da necessidade de vigilância. Para Guimarães (1968, p. 69):

A natureza do trabalho nos currais, a ausência do proprietário, a impossibilidade mesma de uma vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim o sistema de trabalho na pecuária não exigiria o trabalho escravo, adaptando-se melhor às formas de servidão. (GUIMARÃES, 1968, p.69).

Gorender (2010) argumenta que tal incompatibilidade não existia, entretanto, quando menciona a estrutura do sistema escravista, assinala a importância da vigilância como condição para garantir a eficiência do modo de produção escravista colonial, chegando a afirmar inclusive que a vigilância provocava um alto custo e possuía importância estrutural.

Gonçalves (1997), referindo-se especificamente a pecuária no Submédio São Francisco, afirma que, dada a natureza do trabalho e a condição de isolamento na qual o vaqueiro se encontrava, não existe a possibilidade de que tenha sido empregada a mão de obra escrava neste ofício. O vaqueiro não tinha sua atividade fiscalizada. Atuava sozinho e para a defesa do gado, e da sua própria, inclusive, portava armamento. “Em verdade, tratava-se, inicialmente, de um tipo de servo recrutado entre os índios domesticados no litoral e também mestiços e portugueses pobres”. (GONÇALVES, 1997, p.23). É importante, ainda, registrar que paralelamente a pecuária desenvolveu-se uma agricultura de subsistência praticada pelos

vaqueiros. Ao vaqueiro era concedido um lote de terra no qual pudesse produzir seus meios de subsistência em troca dos cuidados com o gado.

Francisco Dias d'Ávila, o terceiro, assumiu o morgado da Casa da Torre, em 1734. Com ele, os negócios da família no sertão do São Francisco foram deixados sob a direção completa de seus procuradores. Esta ausência da Casa da Torre enfraqueceu o seu poder, o que abriu a perspectiva de aquisição de terras, atraindo grandes contingentes de pessoas à região. Dentre estas, havia quem possuísse dinheiro e alguma influência nos altos escalões do governo. Isso possibilitou que alguns rendeiros que haviam entrado em conflito com a Casa da Torre encontrassem apoio entre os procuradores e os fazendeiros desejosos de fortalecerem seu poder local.

Por fim, os potentados locais alcançaram seus intentos de assumir o poder político da região e à Casa da Torre, bastante enfraquecida, restou a garantia do recebimento do dinheiro dos arrendamentos, num acordo estabelecido com os fazendeiros; assim os poderes na região fragmentaram-se e passaram a novas mãos. Vale ressaltar que enquanto a Casa da Torre perdia poder nas imediações do São Francisco, fortalecia seu poder econômico em outras regiões do Estado do Bahia, quando “ocorre a reorientação dos interesses da Casa da Torre” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p.373), explorando outras atividades como a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo e mesmo exploração de pedras preciosas. Quanto ao aspecto político, continuava a ter grande influência nos órgãos estatais e ter membros das famílias em altos postos do Estado.

O fim do poder da Casa da Torre no Submédio São Francisco marca o início da disputa cruenta entre fazendeiros por alargar suas propriedades, aumentar suas riquezas, seu poder político e sua dominação em vastas áreas e subjugar as classes de despossuídos ou menos favorecidas. Para isto, eram utilizados os expedientes mais violentos, que por vezes encontravam resistência e reação, gerando grande instabilidade e violência na região.

Crimes e arbitrariedades de todos os tipos foram a tônica do Médio e do Submédio São Francisco por um longo período. Os atos de violência só poupavam mesmo aqueles que, investidos pela força, se impunham como mandatários que, por outro lado, eram os seus maiores promotores. Despejos de terras, obrigatoriedade de arrendamento imposto àqueles que quisessem estabelecer um curral, eliminação física de quem não se submetesse ao mandatário do lugar, [...] opressão de todos os tipos. (GONÇALVES, 1997, p. 51).

A partir de meados do século XVIII, a pecuária inicia sua fase de decadência em todo o sertão nordestino, particularmente a pecuária na região do Médio e Submédio do São

Francisco. Não tendo evoluído as técnicas de criação, o gado vinha sofrendo perda de peso e queda na produtividade do rebanho. Além disso, outros fatores, como a ascensão da pecuária na região dos pampas, concorriam para a crise.

O declínio da pecuária interrompeu o fluxo comercial que dependia desta atividade, rompendo a integração que se desenvolvia entre o Submédio do São Francisco e a região das Minas Gerais, determinando o isolamento comercial da região, o que, por sua vez, pôs fim à riqueza dos tempos áureos e a região mergulhou numa profunda situação de pobreza.

A atividade de vaqueiro como alternativa econômica se torna a única saída com a qual passa a sonhar a população pobre. Ao vaqueiro era dado o direito de consumir os subprodutos do gado (afinal não havia mercado para que estes fossem vendidos), de ter criação miúda, de plantar gêneros alimentícios, sem ter que pagar meação. A população almejava tão somente à sobrevivência.

As roças das vazantes produziam o essencial para a alimentação do pequeno aglomerado humano de cada fazenda. Do algodão plantado no fundo da casa eram fiadas as roupas dos patrões e dos empregados. O dinheiro era quase uma miragem. Pouquíssimos o possuíam. Os patações azinhavrados fediam na inutilidade bolorenta dos fundos das velhas arcas de couro. Logrado no ermo, o homem acabou presa da mais extrema pobreza. (LINS *apud* LOPES, 1997, p. 66).

Mesmo com a crise uma nova leva de imigração chegava à região, possivelmente atraídas pelos baixos preços da terra em virtude da redução da importância dos currais. Em geral as extensões de terras adquiridas eram bem menores. Em 1822 chega ao fim o regime das sesmarias e até o decreto da Lei de Terras de 1850 as posses poderiam ser reconhecidas convertendo-se em propriedades. Tal medida, aliada aos baixos preços das propriedades e do absenteísmo dos fazendeiros, favoreceu e possibilitou que, em determinado limite, alguns vaqueiros e outros setores da população, como agregados, se tornassem proprietários. Tal processo não se deu sem conflitos já que antigos procuradores da Casa da Torre tentaram por meios violentos manter ou aumentar sua riqueza e poder político.

As boiadas oriundas de Pernambuco e Piauí com destino a capital baiana eram atravessadas pelo rio São Francisco num ponto que ficou conhecido como passagem de Joazeiro, devido às árvores existentes no local. Desde 1730 a margem pernambucana da passagem do Joazeiro já era reconhecida como ponto em que os viajantes provenientes de outras partes do sertão paravam para esperar a travessia do Rio São Francisco.

A localidade se destacava na região do Submédio do São Francisco, por sua posição estratégica, estabelecendo comunicação com Minas Gerais, Salvador e com o interior do Piauí

e de Pernambuco. A passagem do Joazeiro deu origem à cidade Juazeiro, em sua margem direita (lado baiano), e à cidade de Petrolina, em sua margem esquerda (lado pernambucano). Estas duas cidades se tornaram as mais importantes do Submédio do São Francisco, a primeira fundada em 1878, a segunda em 1893.

[...] o comércio incipiente, deu feição comercial a alguns núcleos semi-urbanos, dos quais, na região do Médio e do Submédio São Francisco, Joazeiro foi o principal expoente. Sua localização estratégica, desde o início da navegação, fez com que essa cidade se configurasse como entreposto comercial. Os produtos que subiam e que desciam o rio tinham em Joazeiro e em Pirapora (Alto São Francisco) seus pontos de embarque e desembarque. (GONÇALVES, 1997, p. 81).

Ainda no século XVIII, as possibilidades de tráfego através rio São Francisco permitiram que o comércio se estendesse a uma vasta área exportando sal, algodão, mamona e óleo e importando bens manufaturados e cana de açúcar. O lugar se tornou também ponto de passagem para itens destinados a outras localidades. A partir de 1870 tornou-se o centro da navegação a vapor, transformando-se num entreposto comercial e fazendo circular as mercadorias das regiões que integrava.

Passemos a análise da estrutura de classes na região do Submédio São Francisco. Começamos pela definição do conceito de classe social. Para Harnecker (1983) o conceito de classe social deve ser definido a partir da relação que cada grupo social estabelece com os meios de produção, na esfera de um modo de produção, ou seja, quanto à propriedade ou não dos meios de produção. Estes grupos sociais se constituiriam, então, como grupos sociais antagônicos, no qual se tem uma classe dominante e uma classe dominada.

Ainda sobre o vínculo entre as classes sociais e os meios de produção, faz-se necessário estabelecer a distinção entre propriedade e posse. No modo de produção capitalista o dono da fábrica detém os meios de produção, o operário não possui meios de produção e, portanto, vende sua força de trabalho. No caso do modo de produção feudal, a classe detentora do principal meio de produção (a terra) é a classe dos proprietários rurais, o servo ou o camponês detém os instrumentos de trabalho, exercendo o controle do processo produtivo através da posse efetiva da terra. Neste caso, tornam-se necessários outros fatores para manter a relação de exploração, relação de dependência pessoal entre o senhor feudal e seus servos, a coerção extra econômica.

Para Harnecker (1983), o campesinato é uma classe de transição, surgida no processo de desagregação do feudalismo, que condiciona transformações nas formas da renda da terra até a consolidação do capitalismo. Em *O dezoito de Brumário*, Marx (2011), analisando a

sociedade francesa, expõe uma complexa estrutura de classes sociais na qual o campesinato é apresentado como uma classe que desempenha a atividade agrícola e vive diretamente da sua produção, da qual fazem parte o camponês servo da gleba, submetido aos laços de servidão e o camponês parcelário, pequeno proprietário rural. Para Sodré (1973) o campesinato se compõe da massa de parceiros, arrendatários, médios e pequenos proprietários de terra, posseiros, agregados e vaqueiros, etc.

Quanto à composição de classes no Submédio São Francisco, até a primeira metade do século XX, a classe de grandes proprietários rurais, latifundiários, se constituía como classe dominante. Havia ainda uma classe intermediária de médios proprietários que extraíam renda a partir da exploração dos camponeses, mas que se encontravam numa posição inferior em relação aos grandes latifundiários.

Tabela 1: Posse da terra em Juazeiro e Petrolina 1970

Área (hectares)	<i>Juazeiro</i>		<i>Petrolina</i>	
	Número de Propriedades	Total de Hectares	Número de propriedades	Total de Hectares
Menos de 10	830	1.733	2.348	8.243
11 a 100	132	3.660	480	12.595
101 a 1.000	25	7.750	26	7.932
1.001 a 10.000	2	4.700	3	16.200
10.001 a 100.000	1	10.800	0	0
Total	990	28.643	2.857	44.970

Fonte: Codesf *apud* Chilcote (1991, p.59)

Existia também uma classe de comerciantes e de trabalhadores do comércio e prestadores de serviços. Já haviam sido criadas pequenas e rudimentares fábricas, dando origem a uma incipiente classe operária. Mas a classe antagônica aos proprietários rurais era o campesinato, composto por pequenos produtores, posseiros, meeiros, moradores de fazendas, diaristas e vaqueiros. As relações entre proprietários e agricultores assumiam diversas formas, em geral não assalariadas.

Em alguns casos o trabalhador é um meeiro, fornecendo seu trabalho em troca da metade da produção. Em outros casos o trabalhador é um arrendatário, isto é, ocupa a terra em troca de pagamento. Comumente esse pagamento é feito sob a forma de bens produzidos, que o proprietário compra por um preço combinado ou recebe como pagamento de suprimentos e gêneros alimentícios. O trabalhador está mais ou menos isolado do mercado, numa situação que lembra a feudal, embora haja divergências entre os historiadores sobre se é feudalismo ou alguma forma de capitalismo o que caracteriza esta economia. (CHILCOTE, 1991, p. 158).

Sintetizando os principais aspectos da economia nas cidades de Juazeiro e Petrolina, na década de 1960, pode-se afirmar que a economia se baseava ainda na pecuária e na agricultura comercial, com o surgimento exordial de uma pequena indústria ainda bastante ligada a atividade agrícola. O nível da atividade comercial caracteriza relativo desenvolvimento da integração econômica da região apontando para a formação de um mercado regional.

Quanto às relações de produção, a existência da renda em produtos evidencia o baixo nível de evolução da agricultura comercial no que se refere à penetração da economia monetária no campo, à modificação nas relações de dependência dos camponeses para com os grandes proprietários rurais (latifundiários) e ao avanço em direção ao estabelecimento de relações propriamente capitalistas (assalariadas) no campo. Latifundiários e camponeses constituíam, então, as classes principais e antagônicas, devido ao fato de que “a transição para o capitalismo, embora em curso, não estava completa”. (CHILCOTE, 1991, p. 342).

Passando à esfera política, pretendemos analisar as relações de poder, tomando como ponto de partida a divisão desta sociedade em classes sociais e na consequente existência de uma classe dominante. Em decorrência disto, procuramos identificar as relações que as classes dominantes estabelecem com as estruturas de poder, bem como dos mecanismos e ações através dos quais a classe dominante exerce o domínio ou o controle sobre as demais classes. Neste sentido, a estrutura de poder e a atuação política quando se compara as cidades de Petrolina e Juazeiro, apresentam semelhanças e distinções.

Desde o período imperial, quando Juazeiro atingiu uma posição de destaque na região, havia um grupo de famílias dominantes cujo controle sobre a economia do município era derivado de sua situação no comércio e nos postos ocupados no governo. Como já foi dito anteriormente, a atividade comercial possuía estreita vinculação com a atividade agropecuária de forma que os comerciantes mais destacados descendiam de famílias de proprietários rurais, ou eram eles mesmos grandes proprietários rurais. Havia, porém, uma constante troca de posições entre os membros das famílias mais importantes, que, mesmo diante de disputas internas, dominavam coletivamente a cena política e econômica. Estas disputas teriam originado uma complexa estrutura administrativa desde a organização inicial do município.

De acordo com um ofício da Câmara Municipal da Vila de Juazeiro, encaminhado ao presidente da província e ao juiz de paz da localidade – no qual se reivindicava para cada um, juízes próprios – a estrutura administrativa do município ficava dividida em três distritos⁹.

⁹ Caraibinhas, Curaçá Pequeno e Salitre.

Mais tarde cada um viria a ter seu corpo de funcionários e atribuições próprias. Os termos do ofício em questão eram os seguintes:

A câmara municipal desta vila participa a V. S.^a que em sessão de hoje, foi dividido este termo em três distritos [...] e para que V. S.^a dê cumprimento a nova nomeação de juizes para os mencionados distritos o faz cientificar. (Câmara municipal da Vila de Juazeiro *apud* RIBEIRO, 1968, p.24)

O fracionamento das classes dominantes e a disputa entre os grupos de poder se mantiveram por longo tempo como marca da cidade. O poder político exercido por estas famílias¹⁰, ficou intocado com o fim do Império em 1889, alterando-se no quadro apenas o fato de algumas famílias terem ganhado proeminência e outras terem diminuído ou perdido sua influência. Também após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, quando ocorreu maior centralização em torno da esfera nacional do Estado, mantiveram-se as mesmas premissas. Juazeiro, devido ao tamanho de sua estrutura burocrática, era já dependente de recursos financeiros estaduais e federais¹¹.

Através de uma estrutura burocrático-administrativa relativamente extensa – vale acrescentar que além de instituições municipais, Juazeiro possuía também instituições estaduais e federais – era exercido o controle sobre a atuação de uma grande parcela das classes populares urbanas. Juazeiro chegou a ser conhecida como uma cidade de funcionários públicos (CHILCOTE, 1991, p. 59). Isto significa que uma parcela significativa da população de Juazeiro dependia diretamente da estrutura burocrática composta pelas instituições públicas existentes no município.

Marx (2011) se refere à importância de uma estrutura extensa e capilarizada para o exercício do poder das classes dominantes durante a segunda república na França. Em Juazeiro, a extensão do funcionalismo público – compreendo as instituições municipais, estaduais e federais – concretizava a identificação entre os interesses individuais e a

¹⁰ Segundo Chilcote (1990, p. 59) as famílias Duarte, Ferreira, Melo e Pereira e Silva e Souza ocuparam cerca de 40 % dos cargos administrativos deste o período imperial até fim da republica velha.

¹¹ Ribeiro (1968) demonstra como o município de Juazeiro desde início de sua existência teve que recorrer a província da Bahia solicitando recursos para pagamento de seus funcionários que estavam 18 meses sem receber salários, a transcrição do referido ofício se encontra nas páginas 48/50. Além disso, demonstra, recorrendo a transcrição de atas e regulamentos, como os setores de transportes, obras e serviços públicos eram diretamente dependentes de recursos provenientes dos governos estadual e federal. O município contava ainda com a presença de várias instituições estaduais e federais que atendiam a população de diversos municípios da região. Ressalte-se ainda que o autor, Edson Ribeiro, foi prefeito da cidade em dois momentos: no primeiro por um período de menos de um ano, entre dezembro de 1945 e janeiro de 1946; num segundo momento foi gestor da cidade entre 31 de janeiro de 1951 e abril de 1955, quando deixou a prefeitura para concorrer a uma cadeira na assembleia legislativa.

burocracia administrativa possibilitando que esta última se estendesse por todo o corpo social, alcançando e estabelecendo vínculos com as ações de amplos setores da sociedade. Na medida em que uma classe social exercia o controle sobre esta máquina burocrática, estruturava-se também através dela a dominação de classe.

Quanto à cidade de Petrolina, desde o advento da república e por quase toda a primeira metade do século XX, três famílias exerceram o domínio político no município. A partir da década de 1920 com a evolução da atividade comercial em Petrolina, o coronel Clementino de Souza Coelho (Quelê) destaca-se, tornando-se personalidade de grande influência econômica. No ano de 1927, Clementino Coelho chegou a se tornar prefeito, por um curto espaço de tempo. Foi, porém, com o fim do governo Vargas, em 1945, que se iniciou a disputa pelo domínio do poder político na cidade. Neste mesmo ano, Nilo Coelho, filho do Coronel Quelê, se elegeu deputado estadual por Pernambuco e Gercino Coelho, seu irmão, se tornou deputado estadual pela Bahia. Nas eleições de 1955, o grupo familiar elege além do prefeito, oito vereadores. A esta altura, já possuía também “domínio absoluto sobre a economia do município” (CHILCOTE, 1991, p.108).

A carreira de Nilo Coelho, principal expoente da família na política, é a síntese da própria ascensão familiar. Entre 1952 e 1955, Nilo Coelho ocupou a pasta da fazenda do Estado de Pernambuco, fazendo crescer a influência da família no âmbito estadual. Nilo Coelho foi também deputado federal por quatro legislaturas consecutivas entre os anos de 1950 e 1966. Em 1967 chegou ao posto de governador com os votos da câmara dos deputados, através de eleições indiretas. Foi eleito Senador em 1978 e ocupou o posto de presidente do senado entre 1983 e 1985.

A força política alcançada pelos Coelho é comumente relacionada ao conjunto de obras de infraestrutura que se iniciaram, ainda na década de 1950. “Foi aberta uma estrada pavimentada de Recife a Petrolina, e construídos um novo porto, uma estação rodoviária, um centro educacional e um hotel de luxo” (CHILCOTE, 1990, p.102). A integração econômica do interior ao litoral pernambucano promoveu a ruptura completa com a antiga dependência em relação a Juazeiro. Ao mesmo tempo em que a região melhorava sua estrutura, aumentavam os empreendimentos da família Coelho que, além da agricultura, pecuária e comércio, se estenderam às indústrias de produtos de consumo, construção civil, atividades bancárias e financeiras.

Embora haja diferenças quanto às formas e o exercício do poder político nas duas cidades, há, como traço comum, o fato de que a grande propriedade latifundiária constituiu as bases sobre as quais se erigiram a estrutura de poder. Porém, nas complexas relações entre

classes, estabelecidas no corpo social, é que residem os elementos-chaves para a compreensão dos mecanismos de exercício do poder.

A expressão política do poder dos grandes proprietários rurais na sociedade brasileira tem sido historicamente conceituada como coronelismo. Este fenômeno se caracteriza por uma organização estatal assentada no Poder local ou regional dos latifundiários (coronéis), contrário ao formal caráter democrático e liberal das instituições da República. A hegemonia do latifúndio no Poder local ou regional do país tem sua base econômica na subsistência do problema agrário, herdado da organização social da colônia. É precisamente o monopólio da terra contido na histórica estrutura fundiária, no marco das condições pré-capitalistas da agricultura, que assegura à classe latifundiária esse poder extra-econômico (GUIMARÃES; p. 35).

Octavio Ianni não só generaliza a subsistência do problema agrário à realidade dos países da América Latina, mas coloca-o na base de problemáticas estruturais dessas realidades. “Na maioria dos países [*da América Latina*], o problema agrário está na base de alguns dilemas tais como: as articulações das regiões com a nação; as desigualdades sociais, culturais e outras; a metamorfose da população em povo”. (IANNI, 1993. p. 55, acréscimos nossos). O autor nos oferece uma fundamentação para compreender o coronelismo como um fenômeno que tem sua base no problema agrário e o decorrente conflito entre região e nação, problemática que não foi superada com a introdução do capitalismo e é comum aos países da América Latina.

Os arranjos entre os interesses predominantes nas regiões e, em especial, entre as regiões e a capital, são básicos para a manutenção das estruturas de poder. O gamonalismo, caciquismo, coronelismo, mandonismo [...] sempre têm raízes na província e na capital. As desigualdades regionais são recriadas, quando não criadas, nos arranjos dos blocos de poder que organizam o governo, regime ou estado. (IANNI, 1993, p. 49).

Sem subestimar a necessidade do estudo de suas particulares expressões nacionais, regionais e locais, a assimilação do coronelismo (no Brasil), o gamonalismo (nos países andinos) e o caciquismo (no México) como fenômenos análogos em diferentes países da América Latina, leva-nos a fortalecer nossa compreensão do coronelismo aproveitando os profundos aportes teóricos de José Carlos Mariátegui.

Mariátegui (2010), ao se referir ao problema agrário no Peru, analisa sua estrutura de poder, destacando os seguintes elementos: 1) que as condições históricas do surgimento da sociedade peruana determinavam seu caráter semicolonial e semifeudal; 2) que os grandes

proprietários (*gamonales*) constituíam a classe dominante, cuja atividade econômica se baseia em relações de servidão, determinadas pela existência de formas de renda semifeudal (pré-capitalistas); 3) que o poder dos latifundiários se dão nos aspectos políticos, militares e cultural; possuem influência decisiva no aparato de Estado, em todas as suas esferas de poder.

O autor descreve ainda, que a existência da coerção extraeconômica, possibilitava a extração de formas de renda pré-capitalistas, materializando-se em relações que predominavam na agricultura, denominadas por ele de *enganche* e *Yananconagen*, a primeira consistia na adoção de mecanismos que atavam o campesinato a terra e a segunda se baseava na cobrança da renda em produtos. Com base nestas considerações, o fenômeno que denominado *gamonalismo*, foi sintetizado da seguinte forma:

O termo *gamonalismo* não designa só uma categoria social e econômica: a dos latifundiários ou grandes proprietários. Designa todo um fenômeno. O gamonalismo não está representado somente pelos gamonales propriamente ditos. Compreende uma larga hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, etc. [...]. O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e o mecanismo de Estado. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 54-55).

Buscamos identificar os traços essenciais do coronelismo à coerção extraeconômica e seu papel no conjunto da sociedade na qual está inserida, compondo uma engrenagem que dá sustentação ao poder político. No Submédio São Francisco, os poderes dos grandes proprietários rurais transpassavam a esfera econômica e se constituíam como poderes políticos, militares e administrativos.

Tais poderes constituíam a base para o exercício da coerção extraeconômica sobre os pequenos produtores rurais, que na região se materializavam principalmente nas figuras do vaqueiro e do meeiro/parceiro. A concessão feita aos vaqueiros de um pedaço de terra para a construção da moradia e a prática da agricultura de subsistência atava estes camponeses a terra, assegurando a mão de obra necessária à pecuária, e cristalizava a dependência pessoal em relação ao grande proprietário. Quanto ao meeiro/parceiro, entregava uma parte de sua produção, renda em produtos, pelo direito de lavrar a terra.

Quanto às duas principais cidades do Submédio São Francisco, embora os traços de dominação fiquem mais evidentes em Petrolina, a forma difusa através da qual esta dominação se manifestou em Juazeiro não a impediu de ser exercida de maneira contundente. Considerando-se que a população camponesa constituía a grande maioria da população, pode-se concluir que no domínio exercido sobre o campesinato pelos grandes proprietários rurais se

encontra o elemento central do controle do conjunto da sociedade. Quanto a este aspecto, a seguinte descrição vale para as duas cidades.

Grandes fazendas de criação ofereciam amplas pastagens para os animais e ensejavam a agricultura em pequenas áreas às margens dos rios [...]. Suas colheitas comumente não são comercializadas e certos produtos, como o algodão, são vendidos ou entregues diretamente ao proprietário. No caso do trabalhador receber parte dos bezerros nascidos no rebanho de que cuida, muitas vezes tem de vender essa parte, o que o elimina da competição com o proprietário e relega-o a uma posição permanentemente inferior. (CHILCOTE, 1991, p. 158).

A citação acima evidencia a existência da renda em produtos como forma de exploração do produtor rural (extração do trabalho excedente) caracterizando o mecanismo da coerção extraeconômica. Para Dobb (1977), a coerção extra econômica poderia emanar do poder militar, dos costumes ou de outros instrumentos políticos ou jurídicos, assegurando a extração direta, por parte da classe economicamente dominante, do trabalho excedente dos produtores. Consideramos que, no Vale do São Francisco, a coerção extraeconômica teve, como base de sustentação, todos os elementos apontados pelo autor.

Desde o período da Casa da Torre, se consolidara, na região, um poder dos proprietários rurais que se constituía, não somente como poder político, mas também militar, dispondo inclusive de tropas que teriam sido fornecidas ao governo colonial para reprimir índios e escravos fugitivos que se aglomeravam em mocambos às margens do Rio São Francisco (MONIZ BANDEIRA, 2007). Com fim do domínio da Casa da Torre, as disputas entre os potentados locais acentuaram a ação dos bandos armados, que atuavam sob o mando dos coronéis.

Dourado (1983) descreve a disputa cruenta entre dois coronéis da região, nos anos de 1920. Franklin Albuquerque, da cidade de Pilão Arcado, era temido em vasta área, suplantando inclusive os coronéis de Petrolina e Juazeiro, quando Francisco Leobas, de Sento-Sé, tentou fazer frente ao seu poder. Desencadeou-se, então, uma guerra de consequências trágicas, que promoveu a morte de dezenas de pessoas de ambos os lados, levando vantagem o mandatário de Pilão Arcado que conseguiu manter seu poder. O mesmo Franklin Albuquerque foi o responsável pela força militar que combateu a Aliança Liberal de Getúlio Vargas, quando de sua ascensão em 1930. Acontecimentos como estes faziam parte da vida cotidiana na região.

O regime jurídico de propriedade, através das sesmarias, que deram origem a estrutura fundiária da região, concentrava, nas mãos dos sesmeiros, não somente poder econômico, mas

também poderes políticos e jurídicos, conferindo-lhes poderes estatais, como possuir armas e exigir prestações fiscais. Mas os poderes de coerção senhoriais não teriam sido derivação direta das atribuições legalmente concedidas. Teria ocorrido “apropriação e extensão da autoridade, devido ao raquitismo do Estado, à incapacidade da administração de tão vastas extensões de terra pelos representantes do rei.” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 47). Esta autoridade, cristalizada na tradição e reproduzida nos costumes, mantivera-se e consolidara-se, determinando a condição de inferioridade do produtor rural perante o grande proprietário de terras.

Na administração dos dois municípios, sempre se postaram, em sua dianteira, as classes de grandes proprietários rurais. Desde a conformação dos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, ainda no Brasil Império, passando pela República Velha e permanecendo após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, as classes latifundiárias continuaram no poder. Quando, nos anos de 1960, a economia da região experimenta mudanças, a “modernização agrícola” da região encontraria nestas mesmas classes os seus principais agentes políticos.

1.3 A NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA DO PÓS 1964 E A “MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA” DA REGIÃO NORDESTE

O golpe militar de 1964 ocorreu num momento em que, devido à ação das Ligas Camponesas, a questão agrária ganhara visibilidade e atenção no ambiente político da época, tendo suscitado o início do debate sobre a reforma agrária. Assim que, entre as reformas de base de João Goulart, estivesse a reforma agrária. Com o golpe, desatou-se uma grande perseguição às lideranças camponesas, desarticulando o movimento. Logo em seguida, em 30 de novembro de 1964, foi promulgada a Lei nº 4.504, que ficou conhecida como Estatuto da Terra.

Ianni (1984) recorre à análise da legislação, decretos federais, estaduais e municipais, para abordar as políticas que deram impulso ao desenvolvimento da indústria canavieira no município de Sertãozinho/SP, bem como para ressaltar os marcos jurídicos de regulação da mão de obra, e também das relações de produção no setor sucroalcooleiro. Seguindo este modelo, buscamos abordar o Estatuto da terra a fim de analisar as políticas e ações estatais que nortearam a criação do Pólo Irrigado, estimulando a agricultura empresarial.

Esta lei abordava dois temas, a reforma agrária e a promoção de uma nova política agrícola. Entretanto seu objetivo central não consistia em atacar a propriedade latifundiária. A retórica de uma possível proposta de reforma agrária foi suplantada pela concretização de uma

política agrícola que favorecia as classes latifundiárias e manteve a mesma estrutura fundiária, atuando no sentido de fortalecer o poder econômico e político dos latifundiários.

O Estatuto da terra estabelece, em seu artigo 1º, que “Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964). Entretanto, a proposta de Reforma Agrária se apresenta subjugada à política agrícola, que privilegiava as classes latifundiárias. Assim que, mais adiante, estabelece nos incisos primeiro e segundo, o entendimento e a relação entre Política Agrícola e Reforma Agrária, com claro acento no aumento da produtividade e na industrialização do país. Ainda no artigo primeiro:

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (BRASIL, 1964).

No artigo 4º que trata dos efeitos da referida lei, a definição da condição de parceleiro demonstra esta dubiedade entre reforma agrária e política agrícola. Parceleiro poderia ser tanto aquele que viesse a ‘adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária, quanto àquele que fosse vinculado à colonização pública ou privada’. Ressalte-se o fato de que os projetos de colonização cumpriram papel estratégico na política agrícola, como veremos mais adiante. Ainda no mesmo artigo 4º, em seu parágrafo único, estabelece que não poderia ser considerado latifúndio “o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado.” (BRASIL, 1964).

Nos artigos 16º, 20º e 21º, os minifúndios, ou seja, as pequenas propriedades aparecem também como possíveis alvos de desapropriação por interesse social. No artigo 21º, fica determinado que “em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.” (BRASIL, 1964). Sob esta perspectiva, a existência inadequada dos minifúndios constituiria um problema maior para estrutura fundiária brasileira que as grandes propriedades.

O Brasil, historicamente, possuiu alto índice de concentração territorial, coexistindo também grande quantidade de terras devolutas. No início dos anos de 1960, a reivindicação por democratização da terra só poderia ser concretizada através de uma política direcionada a promoção do acesso à propriedade territorial a um conjunto maior da população, com base na desagregação da grande propriedade fundiária. Por isto consideramos que a preocupação em descaracterizar a qualificação de latifúndio em função de sua produtividade, ao mesmo tempo em que os minifúndios são apontados como distorções da estrutura agrária brasileira a serem corrigidas, constitui uma clara intenção de proteger os setores mais capitalizados do latifúndio e tirar o foco daquele que deveria ser o verdadeiro alvo de uma política de democratização da posse e propriedade da terra.

Na prática, as desapropriações de minifúndios fizeram com que muitos pequenos camponeses perdessem suas propriedades para dar lugar à instalação de empreendimentos da política agrícola. Exemplo disto foi a construção da barragem de Sobradinho (1978) e, mesmo, a conformação de empresas agrícolas particulares na região do Submédio do São Francisco. Em virtude disto, posteriormente, elevou-se, ainda mais, a concentração fundiária na região, como veremos nos próximos capítulos.

A desapropriação por interesse social aparece, no artigo 17º, como uma das formas de aquisição de terras, mas não a única, ao lado dela continua vigorando a compra como via de acesso à propriedade. E, justamente por isto, a mesma lei estabelece os princípios para a assistência financeira e creditícia. Na seção VI, do Estatuto da Terra, foram definidas as regras para concessão de empréstimo destinado a aquisição de terras. O artigo 81º estabelece:

Para aquisição de terra destinada a seu trabalho e de sua família, o trabalhador rural terá direito a um empréstimo correspondente ao valor do salário-mínimo anual da região, pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária, prazo de vinte anos, ao juro de seis por cento ao ano. (BRASIL, 1964).

A inclusão desta política de financiamento e creditícia demonstra que a compra continuou sendo o principal mecanismo de acesso à propriedade territorial, mantendo os alicerces da concentração fundiária e criando uma barreira para que um conjunto mais amplo da sociedade tivesse acesso a terra.

Retomando o tema da colonização, o título III do Estatuto da terra, que trata do Desenvolvimento rural, em seu segundo capítulo aborda, especificamente, a atividade da colonização, estabelecendo a distinção entre colonização oficial, conduzida pelo Estado, e a privada, de iniciativa particular. Apresenta o detalhamento da organização do processo,

dispondo sobre a conformação dos Projetos de Colonização, que posteriormente tiveram ampla difusão, particularmente, nas regiões norte e nordeste.

A execução da colonização oficial, segundo o artigo 56º, se daria em “terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo” (BRASIL, 1964), isto significa dizer que terras já pertencentes à União e terras incorporadas ao patrimônio do Estado através dos processos de desapropriação poderiam ser destinadas aos Projetos de Colonização. Ou seja, as desapropriações não estariam vinculadas necessariamente a execução da reforma agrária e, efetivamente, foi o que ocorreu na maioria dos casos.

Quanto à Colonização particular, se tratava de empreendimentos conduzidos por empresas ou proprietários individuais que visassem explorar o ramo da atividade agrícola comercial. Com o objetivo de dar impulso a esta atividade, o Estado deveria criar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tanto com a consecução de obras de infraestrutura quanto pela adoção de uma política de facilitação de crédito e de abertura para o capital. Da seguinte forma, a matéria é tratada no artigo 14º:

O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agroindustrial. Também promoverá a ampliação do sistema cooperativo e organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital. (BRASIL, 1964).

Por fim, o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária foi substituído pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970. A modificação do nome do instituto, criado pelo próprio Estatuto da terra, tem correspondência com o conteúdo da legislação e com o andamento da política agrícola que, neste momento, já havia criado alguns projetos de colonização e impulsionava a construção de outros. Incontestavelmente, ficou demonstrado que os projetos de colonização cumpriam papel de destaque dentro da política agrícola, que, por sua vez, como já foi afirmado, era o objetivo central do Estatuto da terra.

Com a Lei 5.508, de 11 de outubro de 1968, as linhas gerais da política de modernização agrícola definidas no Estatuto da Terra foram especificadas, compondo um conjunto de ações e medidas a serem realizadas em toda a região nordeste. A quarta etapa do Plano Diretor para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste – PDN¹² tinha previsão de execução para o período compreendido entre os anos de 1969 e 1973. Três órgãos

¹² Daqui em diante será tratado apenas como PDN.

estatais, cada um com funções específicas, teriam a seu cargo a responsabilidade da administração deste conjunto de projetos e medidas. Assim, no artigo 2º, fica estabelecido:

Os programas e projetos especificados nos Anexos desta Lei terão sua execução financiada com recursos orçamentários federais e de outras fontes internas e externas, comportando, as respectivas dotações, dispêndios de capital e custeio, inclusive gastos com as atividades de administração da SUDENE, da SUVALE e do DNOCS. (BRASIL, 1968).

Os objetivos da quarta etapa do plano diretor obedeciam três eixos: reerguer a produção canavieira das áreas próximas ao litoral, particularmente, o litoral de Pernambuco; explorar a região do Rio São Francisco com o objetivo de convertê-la numa área de grande produção agrícola comercial e; a realização de obras, projetos e programas em áreas rurais (principalmente) populosas, sobretudo no sertão, com intuito de amenizar as contradições com a estrutura fundiária altamente concentrada. O primeiro eixo diretamente a cargo da SUDENE, o segundo a cargo da SUVALE e o terceiro a cargo do DNOCS.

A SUDENE, criada em 1959, no governo de Juscelino Kubistchek, como parte de sua política desenvolvimentista, foi encarregada da aplicação de um programa de desenvolvimento para o Nordeste. Em 1961, foi desenvolvida a primeira etapa do Plano Diretor que, fundamentalmente, se voltou para a produção energética concentrando seus esforços para a criação da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a realização de algumas obras de infraestrutura de transportes. A segunda etapa do PDN se desenvolve entre os anos de 1963 e 1965 dando continuidade aos projetos iniciados na primeira etapa.

A terceira etapa do plano diretor, nos anos de 1966, 1967 e 1968, já apresentava conexão com o Estatuto da terra. Regulamentada pela Lei nº4.869, de 1º de dezembro de 1965, o artigo 9º, estabelece que “Os planos ou programas que, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, visem à Reforma Agrária e à Política Agrícola [...] serão elaborados em estreita cooperação com a SUDENE, sem cujo pronunciamento não poderão ser executados.” (BRASIL, 1965). Foi, no entanto, com a Lei 5.508/ 68 e com o programa da quarta etapa que se tornou mais evidente a vinculação entre o PDN e a política agrícola delineada na Lei nº 4.504, de 1964. Neste contexto a SUDENE assumiu a posição de maior destaque na gerência de projetos e programas, cabendo a ela a elaboração e o acompanhamento do PDN, a análise da viabilidade de projetos e recomendação de liberação de recursos do BNB – Banco do Nordeste do Brasil, dentre outras prerrogativas. Esta lei previa ainda a atuação coordenada conjunta de instituições estatais como EMBRAPA, BNB, Banco do Brasil, dentre outras.

Esta lei continha diretrizes voltadas a contemplar o setor canavieiro com a promoção de uma “racionalização da agroindústria canavieira do Nordeste” (BRASIL, 1968, Art. 29°), prevendo a realização de programas com o intuito de elevar a produção e modificar sua estrutura econômica, promovendo a modernização do setor. A concretização do programa destinado a este setor se daria a partir da ação conjunta da SUDENE, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Banco do Brasil S.A., membros do Conselho Deliberativo do Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN).

Quanto ao objetivo de exploração da região do Vale do São Francisco, em 1948, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) com os objetivos principais de promover obras que regularizassem o curso das águas do rio São Francisco, estruturar a navegação e promover projetos de colonização. Entretanto, até então, a concretização de tais empreendimentos na região não havia logrado maiores sucessos. Em 1967, a SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco foi criada para substituir a Comissão do Vale do São Francisco.

A existência da SUVALE, uma superintendência destinada especificamente ao gerenciamento da execução do PDN na bacia do Rio São Francisco, evidencia a importância da região para o projeto político em andamento e, também, a medida do poder político dos latifundiários locais. Vale ainda ressaltar que o empreendimento de maior vulto realizado na bacia do São Francisco foi a criação do Perímetro Irrigado Petrolina/Juazeiro, para a efetivação do qual a SUVALE dispôs de poderes suficientes para concretizar todas as obras de infraestrutura necessárias ao concurso de seus objetivos, como fica atestado, no artigo 62°:

A Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) realizará investimentos em energia elétrica, irrigação, abastecimento de água, esgotos sanitários, rodovias, promoção agropecuária, portos, aeroportos, habitação, saúde e educação onde se façam reclamados pelo desenvolvimento regional. (BRASIL, 1964).

O DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, cuja origem foi a antiga Inspetoria de Obras Contra a Seca – IOCS, criada em 1909, assumiu a denominação atual em 1945, durante o governo de Getúlio Vargas. Desde seu surgimento, o DNOCS foi um mecanismo através do qual algumas medidas como obras emergenciais e frentes de trabalhos, controladas pelos latifundiários, serviram fundamentalmente a estruturação do clientelismo que contribuiu para a manutenção de seu poder político. Com a Lei nº 5.508, de 1968, o

DNOCS passou também a administrar projetos de colonização, sua esfera de abrangência se estendia por toda a região nordeste, excluindo-se apenas o Estado do Maranhão e o território de Fernando de Noronha. Entretanto não podia atuar na bacia do rio São Francisco, área de atuação da SUVALE. Suas ações se concentraram, fundamentalmente, no sertão.

Os anexos da Lei 5.508 trazem um cronograma completo de um conjunto de obras e ações compreendendo obras de infraestrutura como a produção e distribuição de energia elétrica, construção de rodovias, sistema portuário, saneamento básico e abastecimento de água; ações e obras nas áreas de educação e saúde; e projetos mais diretamente ligados à política agrícola como pesquisas, análises e programação do setor agropecuário, colonização e irrigação. O quadro a seguir apresenta as cifras de recursos destinados à consecução do plano diretor, discriminando o montante correspondente a cada uma das instituições envolvidas em sua execução.

Tabela 2: Recursos para execução de obras pelas instituições regionais (1969-1973)

Órgãos	Custo (R\$ 1000)					
	Total	1969	1970	1971	1972	1973
SUDENE	2.343.958	320.222	381.906	462.330	542.256	637.231
SUVALE	773.059	120.254	133.923	146.313	173.540	199.030
DNOCS	1.223.108	192.165	210.077	240.930	273.185	306.750
TOTAL	4.340.125	632.641	725.906	849.573	988.981	1.143.011

Fonte: Elaboração própria. Anexos da lei 5.508/1968. Valores corrigidos e atualizados.

As características deste modelo de evolução do setor agropecuário no Brasil demonstram a manutenção de estrutura fundiária concentrada e a predominância do poder das classes latifundiárias em aliança com setores da burguesia. A execução do projeto se deu por um governo discricionário que exercia controle sobre o parlamento, tendo o Estado como seu grande financiador. Diante de tais elementos a tese de modernização conservadora alcançou grande adesão por parte da intelectualidade brasileira. Por outro lado, a ideia de “uma revolução vinda de cima” confluía para a justificativa que os próprios militares davam ao golpe que promoveram, de que haviam realizado uma revolução para livrar o país do perigo comunista e para a promoção do progresso econômico da nação.

A influência das concepções de Moore (1983) no debate da época, inclusive entre os marxistas brasileiros, pode ser identificada em um artigo de Alberto Passos Guimarães, publicado em espanhol com o nome de *Agricultura: la estratégia de la modernización conservadora*, no qual ele adota a terminologia para classificar o processo em curso na agricultura brasileira. Considera, porém, que a aplicação da estratégia da modernização conservadora à realidade brasileira era um lamentável equívoco (Guimarães, 1976). O autor

aponta um aspecto importante, qual seja, a presença do capital monopolista estrangeiro, enfocando que, subjugando a produção agropecuária brasileira, comprometia a conformação e a ampliação do mercado interno, impedindo ou limitando o desenvolvimento da indústria nacional.

Em outro texto *O Complexo agroindustrial*, Guimarães (1976) assevera que se estruturou um setor de “insumos” responsável pelo fornecimento de alta tecnologia (equipamentos mecânicos, adubos químicos, sementes, etc.) voltado à produção agrícola, estabelecendo uma nova dinâmica para a produção de matérias primas; e outro setor, de processamento destas matérias primas produzindo itens a serem destinados diretamente ao consumo (laticínios, oleaginosas, derivados do fumo e do couro, gêneros alimentícios em geral). O primeiro seria anterior a produção agropecuária e o segundo posterior a ela, ambos estariam sob o domínio do capital estrangeiro.

[...] a Sanbra, esta última pertencente ao grupo Bunge e Born, iniciaram suas atividades no Brasil como exportadoras de produtos agrícolas para depois ingressarem em larga escala no ramo industrial, tanto como processadoras de gêneros alimentícios quanto como supridoras de insumos. (GUIMARÃES, 1976, p.9).

O grupo Bunge & Cia foi fundado em Amsterdã, no ano de 1818, por Johann Peter G Bunge, com o objetivo de comercializar grãos e produtos importados das colônias. Em 1876, Ernest Bunge, neto do fundador do grupo, se estabelece na Argentina. A Bunge Chega ao Brasil se associando ao Moinho Santista, em 1905. Em 1923 compra a empresa Cavalcanti & Cia e muda seu nome para Sanbra, desde então o grupo amplia seu negócios não apenas nos ramos de alimentos, mas também passando a explorar jazidas de calcário no Vale do Ribeira e dando início à produção de fertilizantes. O grupo Bunge é a demonstração de como o capital monopolista internacional passou a controlar o conjunto da atividade agrícola brasileira, sendo ainda mais favorecido pelas modificações que ocorrem no setor, a partir da década de 1960.

A vinculação entre a evolução da atividade agrícola e a formação do mercado interno é enfatizada por Lênin (1982) ao formular os possíveis caminhos para a consolidação plena do capitalismo. O autor enumera, como características da via prussiana, não apenas a manutenção da propriedade latifundiária, mas também de relações de produção semifeudais ou pré-capitalistas, condicionadas por um lento processo de formação do mercado interno. Neste processo, a produção de bens de capital e sua introdução na atividade agrícola teria importância fundamental para o estabelecimento de relações propriamente capitalistas.

No Brasil estes bens de capital eram (e ainda são) fornecidos pelos trustes internacionais que canalizam a riqueza produzida impedindo a acumulação de capitais no país. Com a falta destes capitais, as pequenas e médias unidades de produção camponesa agonizam, não podendo dispor de maiores recursos tecnológicos e não adotando relações tipicamente assalariadas. Ao manter intocada a grande propriedade latifundiária com a introdução de alta tecnologia, seguia-se a via prussiana. O que, entretanto, só poderia ocorrer efetivamente numa economia voltada ao mercado interno, cumprindo a fase de acumulação primitiva do capital. Como isto não pode ocorrer em países dominados como o Brasil, a via prussiana se converte num caminho burocrático de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, provocando apenas a evolução da semifeudalidade.

Devido à manutenção de relações de produção semifeudais continuou existindo uma numerosa classe de camponeses. O que, por sua vez, significa que um dos objetivos do processo de modernização agrícola, que era transformar camponeses em trabalhadores assalariados, operários agrícolas, não foi completamente atingido. Com a falência completa do projeto de modernização agrícola, quando os capitais direcionados a região, na forma de incentivos e/ou benefícios governamentais e investimentos privados de outras partes do país e do mundo, atingiram o esgotamento, novamente uma massa de camponeses insurgiu reivindicando o acesso a terra, nos anos de 1990.

1.4 O POLO IRRIGADO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Quando o São Francisco se transformar em área ocupada firmemente, em região desenvolvida e progressista, quando ele puder atrair massas humanas ao invés de as ver partir, terá se tornado um elo fortíssimo, material de união e unidade brasileiras. Não se pretende apenas melhorar a navegação e, com isto, encontrar intercambio entre o norte e o sul, que irá se fazer mais intenso com as ligações ferroviárias e rodoviárias que se ultimam, mas povoar melhor as margens do grande rio, torná-las economicamente estáveis, elevar o padrão de vida de suas populações, implantar uma civilização ribeirinha, que seja síntese, uma transição, uma ligação, entre as civilizações que se constroem no nordeste e no centro do país. (A TRANSFERÊNCIA..., 9 de fevereiro, de 1956).

A citação acima é o trecho de uma carta publicada, no ano de 1956, num jornal de circulação diária na cidade de Petrolina, por ocasião da transferência do Bispo Dom Avelar¹³, de Petrolina para outra cidade. O conteúdo do texto produz uma análise das contradições da sociedade local a partir das concepções de uma determinada classe social, ao mesmo tempo,

¹³ Dom Avelar tinha formação em agronomia e defendia a necessidade da adoção de novas técnicas de cultivo na agricultura da região.

traduz seus anseios quanto à necessidade de medidas modernizantes. Segundo a citação, o motivo que levava as pessoas a abandonarem a região era a falta de desenvolvimento técnico e estrutural, não aparecendo, por exemplo, a concentração territorial como um problema relevante.

Assim, o discurso sobre melhorias na estrutura e capacidade de exploração dos recursos da região vinha sendo difundido desde a década de 1950. Alguns intelectuais da época, como Lambert (1973), corroboravam com esta visão, alegando que o problema do atraso da agricultura brasileira era a falta de capitais, necessários à exploração mais eficiente do solo, e não a grande propriedade territorial. A conformação do polo irrigado viria como atendimento a estes anseios e foi recebida com entusiasmo pelos grandes proprietários locais.

Devido às limitações do meio geográfico quanto à disponibilidade de água para a prática da agricultura, tradicionalmente, a produção agrícola da região era de dois tipos: agricultura de chuva e agricultura de vazante, a primeira adotada nas regiões mais distantes do rio, se baseava no regime de chuvas, por isto também era conhecida por cultura de sequeiro; a segunda era praticada nas terras úmidas da beira do rio São Francisco. Para aumentar a produção e praticar uma agricultura mais racionalizada se necessitava da adoção de novas técnicas de cultivo, particularmente, da técnica de irrigação.

A evolução das técnicas de cultivo no Submédio São Francisco remonta à formação do campo prático de viticultura de Juazeiro, no ano de 1900, transformado em Horto Florestal, no ano de 1907, e que daria origem a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco – FAMESF, em 1965, onde foram desenvolvidas técnicas de irrigação. A utilização da irrigação na produção agrícola local teve início no final da década 1940 ou começo da década 1950 com o plantio de cebola.

Porém, a produção irrigada começa a se estruturar de fato com a instalação da fazenda experimental do Projeto Bebedouro que, no ano de 1961, detinha 10.000 ha, dos quais 1.500 irrigados com a água do rio São Francisco, constituída “mediante um acordo conjunto da FAD, das Nações unidas, com a SUDENE”. (CHILCOTE, 1991, p. 165). Era a primeira iniciativa com o objetivo de introduzir nova técnicas que almejavam aumentar a produção agrícola, estabelecendo uma agricultura comercial em moldes empresariais e promover o assentamento de colonos. Esta nova fase do projeto contava com vultosas somas de capitais, fruto da associação entre capital privado e instituições estatais.

Em 1971 foi instalado o Projeto Mandacaru, na cidade de Juazeiro, o primeiro na margem baiana do rio. Seguindo a mesma lógica do Projeto Bebedouro, visava dar impulso ao novo modelo agrícola cuja “intenção era criar uma sociedade de assalariados rurais e de boias

frias” (GONÇALVES, 1997, p. 147). Embora ocupasse uma área bem menor que a área do projeto Bebedouro, abria caminho para a instalação dos outros que viriam a se instalar em Juazeiro.

[...] irrigar e cultivar 50.000 hectares, com investimento de 90 milhões de dólares em vinte e quatro projetos, com o apoio do ministério do interior e participação da Twig do Brasil, grupo inglês, da ADELA, ‘empresa e banco de desenvolvimento multinacional’ e da Sociedade Anônima do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SADEVAL), sediada em Recife, de que participavam dezoito pecuaristas da região. (CHILCOTE, 1991, p. 165).

Durante a fase inicial de operação dos projetos a cebola continuou sendo o principal item de produção. Posteriormente, a produção de tomates foi ganhando espaço e deu origem a agroindústria da tomaticultura, que se tornou a mais importante do setor. A consolidação da agricultura empresarial veio, porém, com a fruticultura e as chamadas frutas nobres (melão, melancia, uva e manga), produzidas com destino, principalmente, ao mercado internacional.

Com a política de incentivos governamentais (isenção de impostos, facilitação de créditos), “estabeleceram-se na região a Agrovale (7.000 hectares), a Alfamor (4.000 hectares) e a Cica-Norte (500 hectares)”. (CHILCOTE, 1991, p. 334). No projeto Tourão as duas primeiras cultivavam cana de açúcar para a produção de álcool. A Cica-Norte se estabeleceu em Maniçoba e monopolizou o mercado de tomate. No projeto Bebedouro três empresas, com capitais belga, norte-americano e pernambucano, arrendaram terras por quinze anos. (CHILCOTE, 1991).

Tabela 3: Perímetros Irrigados do Polo Juazeiro/ Petrolina

Projetos de Irrigação	Localização	Ano de implantação	Início de operação	Área implantada (ha)
Bebedouro	Petrolina/PE	1968	1968	1.060
Mandacaru	Juazeiro/BA	1971/1972	1971	376
Bebedouro II	Petrolina/PE	1972/1973	1977	576
Maniçoba	Juazeiro/BA	1975/1981	1980	4.197
Curaçá	Juazeiro/BA	1975/1979	1982	4.165
Tourão	Juazeiro/BA	1977/1979	1979	10.548
Nilo Coelho	Petrolina/PE	1979/1984	1984	13.146
Maria Tereza	Petrolina/PE	1994/1996	1996	7.165

Fonte: Dados CODEVASF (2004) *apud* Franca (2008, p.121)

As inovações tecnológicas introduzidas na atividade agrícola com a instalação dos perímetros irrigados foram acompanhadas pela construção de rodovias, geração de energia e eletrificação rural, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento básico. Foram promovidas atividades de pesquisas, análises e programação do setor agropecuário. Com isto,

grandes fazendas empresariais foram criadas na região, se instalando por iniciativa própria. Conformou-se, assim, o Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro, que, no ano de 1980 (ver tabela 03) já contava com seis perímetros irrigados em operação e se tornou conhecido, nacionalmente, como Polo da Fruticultura Irrigada. A esta altura a dinâmica da agricultura empresarial já era predominante na economia da região.

O centro das atividades de venda de insumos e comercialização da produção se encontrava nas cidades de Juazeiro e Petrolina, respectivamente, nos Estados de Bahia e Pernambuco. Porém, além das duas cidades, o polo irrigado compreende as cidades de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, em Pernambuco; Sobradinho, Casa Nova e Curaçá, na Bahia, onde se instalaram várias unidades de produção agrícola e agroindústrias.

Neste capítulo, buscamos demonstrar a vinculação entre a instalação do Polo Irrigado e a política agrícola definida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) e pela Lei nº 5.508/68. Que seu objetivo era preservar a propriedade latifundiária e introduzir modificações de caráter técnico e tecnológico para promover transformações nas relações pré-capitalistas de produção existentes, convertendo camponeses em trabalhadores assalariados. Dessa forma a instalação do Polo Irrigado contou com enormes somas de recursos que assegurou sua rápida instalação. Na medida em que esta política favoreceu às classes latifundiárias, mantendo as barreiras à distribuição de terras aos pequenos camponeses, preservou o principal pilar de sustentação da semifeudalidade, a grande propriedade territorial. A análise das modificações ocorridas no setor agrícola, bem como dos impactos gerados constituirão objeto do próximo capítulo.

2 DA “CALIFÓRNIA BRASILEIRA” À CRISE DA AGRICULTURA IRRIGADA (1980-1995)

Na formação da sociedade brasileira, no povoamento, distribuição demográfica pelo território e na viabilização da atividade econômica, a migração cumpriu, desde o primeiro momento da colonização, um papel extremamente importante. Foi a migração forçada dos africanos através do tráfico negreiro que promoveu, ainda no século XVI, a entrada dos escravos que asseguraram a mão de obra empregada na produção canavieira.

Segundo Prado Junior (1976) as correntes de povoamento que efetivaram a ocupação do território brasileiro foram orientadas e definidas pelas atividades econômicas instituídas no processo de colonização. Dessa forma, a ocupação inicial se deu na zona da mata, próxima a faixa litorânea, em função da produção canavieira, região em que se conservou até o século XIX o maior adensamento populacional. Com a expansão da colonização para as áreas interioranas do sertão nordestino se consolidou a pecuária, atividade que se conjugava com agricultura de subsistência. Em virtude do emprego mais reduzido da mão de obra na criação de gado, houve uma ocupação mais rarefeita, dando origem a núcleos de povoados mais esparsos.

A descoberta do ouro nas Minas Gerais marca a primeira grande modificação no povoamento da colônia, “o século XVIII abre-se com a revolução demográfica que provoca a descoberta do ouro, no centro do continente“ (PRADO JUNIOR, 1976, p. 71). Em função do ouro se deram grandes e bruscos deslocamentos, grandes contingentes de migração partiram da metrópole em direção à colônia e num prazo relativamente curto foi povoado o planalto mineiro. O ouro promoveu uma atração demográfica intensa, fazendo a população crescer rapidamente, “a mineração concorre para decuplicar a população colonial.” (SODRÉ, 1963, p. 97).

Com o declínio e posterior esgotamento do ouro nas Minas Gerais ocorre o restabelecimento da agricultura. O algodão ainda no século XVIII alcança as terras férteis do Maranhão que se tornou o novo destino para a mão de obra escrava, alimentada pelo tráfico negreiro. A numerosa população de origem africana se tornaria assim uma marca do povoamento daquele Estado, “modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios ou seus derivados mestiços” (PRADO JUNIOR, 1976, p. 82).

Com a cafeicultura que se inicia no Rio de Janeiro, por volta de 1830, mas que consolida em terras paulistas, na segunda metade do século XIX, se dá um novo movimento

migratório e esta região se tornou um polo de atração que passou a disputar com as demais regiões, especialmente o nordeste, a força de trabalho existente na colônia. Há, porém, com a cafeicultura, uma modificação importante. Até então o deslocamento da força de trabalho, exceto na atividade da pecuária, significava fundamentalmente a transferência da mão de obra escrava. Tendo o café rapidamente se tornado o principal item de comercialização, em torno dele se concentrava também a geração de riquezas. Entretanto com a extinção do tráfico negreiro em 1850, surgia a demanda de novos mecanismos de obtenção de mão de obra. A imigração europeia, mais especificamente alemã e italiana viria suprir tal demanda.

Com a cafeicultura ocorre, definitivamente, a transferência do centro econômico para a região sudeste. A partir da década de 1930, cessa a migração europeia, porém as inovações introduzidas na atividade agrícola, que já não se resume a cafeicultura, bem como a industrialização do Estado de São Paulo demandavam grande contingente de força de trabalho, que só poderia ser obtida com o deslocamento de populações de outras regiões do país, principalmente da região nordeste. A súpula do processo de povoamento do Brasil pode ser apresentada da seguinte forma:

O povoamento do Brasil foi outrora determinado pelos grandes ciclos econômicos originados pelas necessidades das metrópoles europeias; a prosperidade de uma cultura de exportação ou da mineração acarretava o povoamento de novo território [...]. O ciclo da cana de açúcar no nordeste [...], o ciclo da mineração [...], o ciclo do café nas regiões montanhosas do Rio de Janeiro e no leste de São Paulo [...]. (LAMBERT, 1986, p. 130).

A região do Submédio São Francisco vivencia a partir do final dos anos de 1960 uma onda migratória que guarda similitude com os deslocamentos anteriores através dos quais se conformou a estrutura demográfica brasileira. As modificações decorrentes de um novo empreendimento econômico, desta vez numa parte específica do sertão nordestino, criou um polo de atração populacional. Partindo da relação entre grandes empreendimentos econômicos e migração, buscamos compreender o grande aumento populacional, bem como sua relação com a luta de classes na região.

2.1 A “NOVA CALIFÓRNIA”: TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO POLO IRRIGADO

No final do século XIX, com a intensificação da navegação a vapor, consolida-se uma rota comercial que tinha Juazeiro como um ponto de comunicação cuja extensão atingia, em direção ao sul, o Estado de Minas Gerais e, em direção ao norte, se comunicava com vários estados da região nordeste. A partir da década de 1930, esta rota comercial se torna também o

caminho através do qual milhares de pessoas se deslocavam, sobretudo, do sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Piauí e Paraíba, em direção ao sul (sudeste) do país. Quando, no final dos anos de 1960, teve início às obras de infraestrutura para a instalação do Polo Irrigado parte deste contingente migratório começou a se redirecionar para o Submédio São Francisco.

Buscando os registros das transformações econômicas do período nos órgãos de imprensa, consultamos alguns jornais locais. “A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno chegar até o público” . (LUCA, 2008, p. 139). A imprensa local foi grande exaltadora do progresso econômico regional e nos fornece também um conjunto de informações importantes sobre alguns aspectos sociais do período.

O principal veículo de imprensa utilizado foi o **Jornal de Juazeiro** cujo material se encontra no arquivo do jornal **Diário da Região**, nome que o **Jornal de Juazeiro** passou a adotar a partir de dezembro de 2000. Durante as décadas de 1970/1980 sua periodicidade era de duas edições por semana. Utilizamos também algumas edições dos jornais **O Sertão** e **O Farol** que se encontram no acervo do museu do sertão, porém se apresentavam bastante reduzidos, incompletos e aleatórios. Como o **Jornal de Juazeiro** dispunha de um material mais completo e conservado, decidimos tomá-lo por base.

Para apreender as características do processo migratório no Submédio São Francisco utilizamos como fontes alguns dados do IBGE sobre o aumento populacional no período. No **Jornal de Juazeiro** encontramos os resultados de um estudo sobre a migração vinculado a um programa do Ministério do Interior – MINTER, bem como uma série de reportagens sobre as condições de vida nos bairros da periferia de Juazeiro. Sobre Petrolina, encontramos no **Jornal de Juazeiro** e também nos jornais **O Farol** e **O Sertão** informações sobre a população migrante, particularmente, no que tange ao problema habitacional.

Porém, a fonte mais importante, para os objetivos deste tópico, das quais pudemos dispor, é um relatório parcial e preliminar sobre as modificações ocorridas no Vale do São Francisco em consequência da evolução da agricultura irrigada, encontrado nos arquivos do Escritório da Comissão Pastoral da Terra – CPT, de Juazeiro/BA. Este relatório parcial¹⁴, escrito em 1995, intitulado *Um mundo a parte, mas nem tanto: pobreza e modernização agrícola no nordeste irrigado* se baseou nos resultados de uma pesquisa realizada por

¹⁴ A pesquisa, desenvolvida nos anos de 1993 e 1994, enfocava as modificações decorrentes da modernização da atividade agrícola, a partir de três eixos de investigação: as relações sociais de produção, os papéis familiares e as relações de vizinhança. O relatório encontrado está incompleto, contemplando apenas a investigação sobre o primeiro eixo, ou seja, as relações sociais de produção, objetivo principal de análise deste capítulo.

iniciativa da própria CPT, em conjunto com a CEAS – Centro de Estudos e Ação Social da Bahia. A partir do cotejamento das diferentes fontes encontradas procuramos construir nossa argumentação. É importante salientar que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (BARCELAR, 2008, p. 63). Portanto, é necessário levar em consideração que o relatório reflete as avaliações e concepções da CPT.

Na medida em que as modificações econômicas ocorriam, com a instalação do Polo Irrigado, foram acompanhadas pela aceleração do crescimento populacional. Em 1970 as cidades que compõe o polo irrigado registravam uma população total de 196.564 habitantes, em 1980 atingia a cifra de 306.307 habitantes, registrando um aumento, da ordem de mais de 50%. Em 1991, a região já contava com uma população de 439.252 habitantes, ou seja, em duas décadas a população mais que dobrou. (Ver tabela 4).

Tabela 4: Evolução demográfica do Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro

	1970	1980	1991
Petrolina/PE	61.252	104.297	175.538
Santa Maria da Boa Vista/PE	18.837	23.876	42.006
Lagoa Grande/PE ¹⁵			
Juazeiro/BA	61.648	118.175	128.767
Casa Nova/BA	37.036	39.321	46.838
Curaçá/BA	17.791	20.638	24.895
Sobradinho/BA ¹⁶			21.325
Total	196.564	306.307	439.252

Fonte: Dados extraídos de Censo Demográfico/series estatísticas do século XX. IBGE. Anuário estatístico do Brasil, vol. 54, Rio de Janeiro, 1994.

Tal crescimento foi consequência do grande fluxo migratório que atendia a demanda de mão de obra gerada pela atividade econômica. Marx (1984) ao se referir à evolução da agricultura comercial na Inglaterra, que se combinava com o estabelecimento dos grandes centros industriais urbanos, analisa as consequências para a população camponesa, que acaba sendo expropriada e expulsa de suas terras. Este campesinato, que não detém mais a posse dos meios de produção, constituiria a população nômade de origem rural que se tornaria a infantaria ligeira do capital, atuando de acordo com sua necessidade, ora se deslocando para um ponto, ora para outro.

¹⁵ O município de Lagoa Grande foi conformado em 1995, depois de se emancipar da cidade de Santa Maria da Boa Vista/PE.

¹⁶ O município de Sobradinho foi criado em 1980, após a construção da barragem de Sobradinho, em território que antes pertencia à cidade de Juazeiro/BA.

O afluxo de pessoas para Submédio São Francisco, nos anos de 1960 conforma uma mão de obra “livre” que poderia se integrar tanto as obras de infraestrutura, quanto a atividade industrial propriamente e mesmo nas novas formas e condições de exploração da força de trabalho da agricultura, sobretudo nesta última. É neste período que a região começa a ser conhecida como uma terra de prosperidade e oportunidades, passando a ser chamada de “Nova Califórnia” ou “Califórnia Nordestina”.

O epíteto de Nova Califórnia trata-se de uma referência ao processo que ocorrera nos EUA no início do século XX, onde milhares de pessoas se deslocaram para a região da Califórnia, atraídas pelo rápido crescimento econômico que tinha por base a grande produção de frutas¹⁷. A propaganda e exaltação do desenvolvimento econômico experimentado pela região era um forte atrativo que levava muitos sertanejos, que antes se deslocavam para São Paulo e outros estados da região sul, a se voltarem para o Vale do São Francisco. A cobertura e o tratamento dado pela imprensa local contribuíram enormemente para a construção da imagem de progresso e milagre econômico.

2.1.1 Crescimento acelerado de Juazeiro – Maior cidade do Polo Irrigado

A cidade de Juazeiro cresceu de maneira mais acelerada que Petrolina, na primeira década (1970), o município baiano alcançou o número de 118.175 habitantes enquanto o vizinho pernambucano registrou o número de 104.297. Segundo o relatório da CPT (1995) o grande motivo do aumento populacional de Juazeiro, neste período, pode ser creditado às obras de construção da barragem de Sobradinho, entre 1972 e 1979, pois a agricultura irrigada, propriamente, só teria passado a exercer papel determinante no fluxo migratório a partir de 1980, “quando a expansão da agricultura de irrigação criou uma demanda de força de trabalhadores de outras regiões ou suscitar mecanismos de agenciamento [...]” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p.54). O fato de que a criação dos perímetros irrigados de Maniçoba, Tourão e Curaçá só ocorreu na segunda metade da década de 1970 e o seu funcionamento efetivo se deu a partir de 1980, quando entraram em operação as empresas Cica Norte e a Agrovale, apontam no mesmo sentido da interpretação da CPT (1995).

A estimativa da CPT (1997) é de que, aproximadamente, 72 mil pessoas teriam sido afetadas somente pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho. A influência da construção da barragem de Sobradinho no aumento populacional teve dois aspectos. O

¹⁷ Jonh Steinbeck, em 1941, publica o livro *Vinhas da Ira*, que apresenta uma narrativa fictícia da história de uma família que segue para a região da Califórnia/ EUA atraída pelo sonho de prosperidade.

primeiro quanto ao grande contingente de pessoas que se evadiram de seus locais de origem, uma vez que ela não atingiu somente pessoas da zona rural do município de Juazeiro, do qual a localidade de Sobradinho fazia parte, mas também pequenos produtores dos municípios vizinhos, como Casa Nova, Sento-sé e Pilão Arcado, onde foi necessário deslocar e reconstruir seus núcleos populacionais. O segundo aspecto é que a construção da barragem promoveu, também, a atração de muitas pessoas de outros estados que buscavam trabalho em seus canteiros de obras.

Analisando as edições do **Jornal de Juazeiro**, o ano de 1983 chamou a nossa atenção, pois no correr das edições deste ano, pudemos encontrar reportagens e artigos cuja exaltação do “progresso econômico” se apresenta de maneira muito forte. Mas também evidenciamos a presença da temática da migração e do crescimento populacional. Em que pese esta preocupação com as condições de vida da população migrante, prevalece a certeza de que o modelo econômico adotado fazia a região trilhar o caminho do desenvolvimento.

Era comum encontrar nas páginas do **Jornal de Juazeiro** informações sobre a atividade produtiva das empresas, estimativas de geração de empregos, balanços contábeis, tecnologia empregada, anúncios das empresas e etc. Mas, de maneira específica, algumas reportagens, publicadas em diferentes números, entre setembro e outubro de 1983, pretendiam de maneira mais direta abordar os êxitos da agroindústria regional. No editorial da edição de 02/05 de outubro, com o título *Progresso Industrial para Juazeiro*, os motivos para a realização da série de reportagens ficam assim expostos:

Quando o Jornal de Juazeiro pôs em prática a idéia (sic) de visitar semanalmente cada um de nossos empórios industriais para uma divulgação à altura, inclusive com ampla cobertura fotográfica, seu objetivo já estava delineado: divulgar em toda a região Sanfranciscana e nas regiões limítrofes onde chega nosso jornal a existência da nossa indústria e as qualidades de comercialização dos produtos por ela manufaturados. Essa divulgação sem qualquer ônus para as empresas que foram selecionadas vai ser grandemente benéfica para a indústria de nossa terra, que, desse modo, poderá aumentar suas rendas e, conseqüentemente, criar mais possibilidades de emprego para muitos chefes de família [...]. (PROGRESSO..., 02/05 de outubro de 1983, p. 2, grifos nossos).

Não se pode negar que a série de reportagens tenha tratado de diferentes empresas, de atividades diversas, porém, às empresas Agrovale e Cica Norte foram reservadas coberturas bastante especiais. Estas duas empresas possuíam anúncios constantes, veiculando sua propaganda a este periódico e tendo aparecido em suas páginas em várias outras edições da década de 1980.

A matéria sobre a cobertura jornalística feita na empresa Cica Norte publicada na edição de 02/05 de outubro de 1983, possui o seguinte título: *Cica Norte proporcionando 500 empregos diretos e 12.000 indiretos*. O mote da matéria é a geração de grande quantidade de empregos por uma fábrica, que pertence a uma das principais empresas do ramo de alimentos do país cuja marca faz parte de um grande grupo, conhecida e reconhecida nacionalmente.

Foram descritas as instalações da fábrica, “o enorme pavilhão da fábrica, onde são processadas as várias fases a que os tomates são submetidos” (CICA NORTE..., 02/05 de outubro de 1983, p. 3), acompanhadas de registo fotográfico. Também foram detalhados a estrutura de irrigação e os equipamentos de produção. O pivô central, que garantia a irrigação de grande extensão de plantio, e a máquina de triturar tomate, trazida dos EUA, constituíam exemplos da alta tecnologia empregada o que garantiria uma produção de alta qualidade no processo de beneficiamento do tomate que é descrito como “rigorosamente higienizado”.

A reportagem concluía que a empresa expandia sua atividade na região, discriminando tanto as cifras de investimento, quanto do faturamento, de maneira entusiasta. Ressaltava ainda a ampliação das instalações, que aos 200 hectares que possuía inicialmente somou-se mais uma área, na qual se pretendia irrigar mais 600 hectares, ambas no Projeto Maniçoba. Informa ainda que a empresa havia desativado, temporariamente, a unidade de Produção que era mantida em Pesqueira/PE, enquanto duplicava a produção na cidade de Juazeiro. Neste quadro de expansão, com a necessidade de aumento do corpo de funcionários da empresa e com o aumento da demanda de matéria prima, seriam criados 12.000 postos de trabalho, de formas direta e indireta.

Na matéria intitulada *Agrovale uma potência a serviço da região*, publicada na edição de 21/26 de outubro de 1983, o título já indica o teor de exaltação, o que, entretanto fica bastante evidente na afirmação de que a empresa era “de fato e justiça, um empório industrial de primeira grandeza não só para o progresso de Juazeiro, como para o progresso do próprio Estado da Bahia”. (AGROVALE..., 21/26 de outubro de 1983, p. 9). A reportagem descreveu as instalações da empresa e os equipamentos, com direito a imagens fotográficas. Os vários setores da empresa foram percorridos, apresentando detalhes sobre a produção de açúcar e álcool. Quanto aos números da produção houve uma longa descrição expondo, separadamente, os dados de cada uma das safras anuais, cuja primeira se deu em 1980. Destaque especial foi dado à geração de empregos e as agrovilas destinadas à moradia dos trabalhadores.

Quanto a geração de empregos, a matéria afirmava que no ano de 1983 foram gerados no período da safra (4 meses), cerca de 5 mil empregos que atendiam a uma demanda de

produção diária de corte de 3 mil toneladas de cana de açúcar. Diante da previsão de aumento da produção de cana para 6 mil toneladas diárias, com 6 meses de produção ininterrupta, a reportagem argumentava que seriam criados “muitos empregos para centenas de chefes de família da região” (AGROVALE..., 21/26 de outubro de 1983, p. 9).

Sobre cada uma das três agrovilas já construídas, foi informado o número de habitações, bem como a composição e distribuição dos cômodos. Destacou-se ainda a construção, em andamento, de mais uma vila que, além das casas, contaria com “duas escolas, capela e um supermercado, e áreas de lazer para os operários, inclusive com campos de esporte, à margem do grande açude que fica na proximidade das duas baixas.” (AGROVALE..., 21/26 de outubro de 1983, p. 9). Entretanto o total de casas, incluindo a Vila em construção, não chegava a 500 casas para um número de operários permanentes que ultrapassava os 1.500, sem contar os trabalhadores do período de safra que com a previsão de aumento da produção para o ano seguinte poderia atingir o número de 10 mil trabalhadores.

As reportagens sobre as duas empresas seguiram a lógica de que havia uma expansão da atividade industrial e do aumento da demanda de mão de obra promovendo o progresso regional. Tal lógica está de acordo com as considerações de Lambert (1986) de que a grande propriedade próspera aumentaria a mobilidade necessária de uma mão de obra, de vastas regiões do nordeste, que tem caráter instável. Com isto seriam atenuados os efeitos de desagregação social, “graças aos serviços sociais que só a grande propriedade próspera pode organizar no interior”. (LAMBERT, 1986, p. 143). Esta também era, exatamente, a opinião das elites locais.

No mesmo ano de 1983 encontramos, também no **Jornal de Juazeiro**, a abordagem de temas ligados ao crescimento demográfico, tais como a migração populacional, expansão das áreas periféricas da cidade, condições de vida da população, ações e políticas estatais. Um ano antes, em 1982, teve início um projeto do Ministério do Interior - MINTER direcionado às cidades que estavam registrando os maiores crescimentos populacionais no período. Este projeto, denominado Cidade de Porte Médio, foi assim definido:

O Ministério do interior, através da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU-MINTER) e Conselho Nacional de Desenvolvimento urbano (CNDU), responsabilizou-se a nível nacional pela implantação do programa, desde o planejamento até a fase de obras, que no momento compreende apenas nove cidades brasileiras – Florianópolis, Vitória, Pelotas, Juiz de Fora, Montes Claros, Natal, Campina Grande, Juazeiro, Petrolina, devendo entrar em breve mais 12 outras. (PROJETO...,15/19 de julho de 1982, Suplemento Especial).

Petrolina e Juazeiro se encontravam, portanto, entre as cidades que registravam maior fluxo migratório, no território brasileiro, no período. Por isto cada uma das duas cidades foi contemplada pelo projeto, cujo intuito seria concretizar um programa de ações contra os problemas gerados em consequência da migração. Ao mesmo tempo em que promovia medidas para equilibrar a distribuição populacional entre as cidades do Pólo Irrigado, de maneira mais adequada as necessidades das empresas.

Como parte deste programa foi criada, em Juazeiro, o CEPLA – Fundação Centro de Planejamento e Desenvolvimento Municipal, que, por sua vez, encomendou uma pesquisa sobre os aspectos socioeconômicos do município de Juazeiro. Esta pesquisa foi realizada pela empresa Geotécnica S.A., em 14 dos 17 bairros que faziam parte da periferia de Juazeiro e apontou o município como um polo migratório. “Alguns vêm pra cá porque ouvem falar de Juazeiro. Outros, e é a grande maioria, foram expulsos dos seus pequenos pedaços de terras”. (OS NÚMEROS..., 15/22 de julho de 1983).

Segundo a referida pesquisa, 15% da população da periferia estava na cidade em período inferior a dois anos e 26% a menos de um ano. Ou seja, confirma que o ciclo migratório se encontrava em curva ascendente. Quanto às origens, 24% desta população vinha de outros municípios baianos, 12 % era oriunda da zona rural de Juazeiro. Disto se pode concluir que a grande maioria da população, mais de 60% vinha de outros estados. Quanto à população que vinha da zona rural de Juazeiro, a maioria havia perdido suas terras e moradias justamente para a construção dos projetos.

Quanto ao exercício de atividade remunerada, apenas 16% teriam trabalho regular, 84% estavam desempregados, destes 17% vivia de biscates, trabalho ocasional. Nesta categoria de trabalho ocasional pode ser incluído o trabalho dos diaristas, que buscavam ocupação nas médias ou mesmo nas pequenas roças, em períodos de entressafra. Este excesso de mão de obra era absorvido nos períodos de safra, na condição de trabalhadores temporários.

No mesmo ano 1983, o **Jornal de Juazeiro** publicou uma série intitulada o *Clamor dos bairros*. Nela se enfocava a situação dos bairros, apontando as condições precárias de vida da população em consequência do que eles denominavam de crescimento desordenado. A maior parte dos bairros da periferia não contava com água encanada, sendo a população atendida através de chafarizes, não contavam também com sistema de esgotamento sanitário e não dispunham de atendimento médico no local. A maior parte destes bairros se formou com chegada de pessoas de outras regiões, que foram estabelecendo nos arredores da área urbana da cidade. Em alguns bairros, muitas das habitações sequer eram de tijolos.

Dentre os bairros que estiveram mais diretamente ligados à atividade agrícola da cidade podemos citar alguns. O bairro João Paulo II, que desde a sua formação teve a maior concentração de migrantes, ficava a certa distância das áreas irrigadas nas quais a maioria de seus habitantes trabalhavam, porém dele se podia avistar “[...] os campos de cana da maior área irrigada – a Agrovale.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p.27). Posteriormente os bairros Itaberaba e Tabuleiro surgiram em função da sua proximidade com a mesma Agrovale e cuja população, em geral, era de trabalhadores permanentes da empresa ou de pessoas que ficavam à espera das contratações em período de colheita. Outros bairros com características semelhantes eram o Codevasf e o Juazeiro IV, também conhecido como Dom José Rodrigues, que se localizavam no entorno das antigas instalações da Cica Norte.

No ano de 1993, como já foi informado, duas instituições, CPT e CEAS, desenvolveram uma pesquisa sobre as modificações decorrentes da modernização agrícola da região. Para estudo de campo foram definidas três áreas, em três municípios do Pólo Irrigado, Juazeiro/BA, Casa Nova/BA e Petrolina/PE¹⁸. Em Juazeiro, o bairro João Paulo II foi escolhido como área de pesquisa. Isto se deu porque, na década de 1990, o Juazeiro 8, como a localidade também era conhecida, continuou sendo o maior bairro de Juazeiro, tendo uma população estimada em 12.000 habitantes, naquele mesmo ano.

O bairro João Paulo II foi criado entre 1979 e 1981 com a construção de 2.500 casas, com recursos públicos destinados à construção de habitações populares por um programa governamental que acreditamos ter sido uma espécie de projeto piloto do Programa *Cidades Porte Médio*¹⁹. As famílias alocadas no bairro viviam anteriormente em áreas da cidade sujeitas a inundação.

A grande maioria da população deste bairro era composta por migrantes, constituindo “uma grande concentração de assalariados – empregados e desempregados – trabalhadores temporários, pequenos funcionários públicos, biscateiros e pequenos comerciantes, etc.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p. 26/27). Outro traço, destacado no mesmo relatório, referente às habitações era o costume de ter árvores frutíferas, plantas comestíveis ou medicinais e animais domésticos de pequeno porte destinado ao consumo doméstico, o que remonta fortemente ao ambiente rural e a um estilo de vida camponês.

¹⁸ Para o nosso objeto de estudo nos interessa os estudos de campo em Juazeiro e Petrolina.

¹⁹ O que nos leva a chegar a esta conclusão é o fato de que outros conjuntos habitacionais, construídos posteriormente no município e que possuíam as mesmas características das habitações do bairro João Paulo II, tiveram verba orçamentária determinada pelo Programa Cidade de Porte Médio. A discriminação de verbas previstas se encontram na matéria jornalística: Projeto Especial Cidades de Porte Médio. Jornal de Juazeiro, 15/19 de julho de 1982, suplemento especial.

A pesquisa realizada no bairro João Paulo II entrevistou 210 trabalhadores, de 210 casas distintas, cujo critério de seleção era de que cada família tivesse pelo menos um membro trabalhando nas empresas ou roças da agricultura irrigada. O resultado apontava que 91 % dos trabalhadores não haviam nascido no município de Juazeiro, 71% da população do bairro era advinda de outros Estados da região nordeste (36% de pernambucanos, 18 % de paraibanos e 18% de cearenses); dentre os migrantes 61% tinham origem rural.

Dentre os casos relatados na pesquisa no bairro João Paulo II, em Juazeiro, nos chamou a atenção um tipo característico de camponês pobre, cuja pequena produção em constante ruína o obrigou a procurar trabalho em outras regiões. Porém, constantemente, retornava ao seu local de origem e tentava retomar sua atividade econômica original. Destacamos a história e o depoimento de alguém identificado apenas como Sr. Alcides, como retrato desta realidade.

O Sr. Alcides era pequeno proprietário na cidade Ouricuri/PE (200 km de Petrolina), trabalhador temporário da área irrigada. Diante da insuficiência da produção obtida com o seu pequeno pedaço de terra, que se agravava nos períodos de seca, já havia se deslocado para outras regiões do país, tendo trabalhado na agricultura do Estado de São Paulo e na construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Havia retornado para sua cidade em 1987, onde ficou até 1992, trabalhava como diarista, quando decidiu se mudar para Juazeiro com o objetivo de procurar trabalho nas áreas de irrigação. Vejamos como ele descreve a sua própria realidade:

Na seca quando a gente vê se no final do inverno tirou alguma coisa já sabe se dá para ficar lá [...] quando não dá voltamos para cá tentar arrumar alguma coisa. No ano passado o inverno já foi pouco, não deixando muita coisa [...] depois disto estou indeciso se vou voltar ou vou ficar. (ALCIDES *apud* COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p. 65).

Fica evidente, no depoimento, o desejo e intenção de retornar mais uma vez, a reticência se dá em virtude de não ter se recuperado ainda da última situação de ruína e da incerteza quanto às condições climáticas mais favoráveis ao plantio, necessitando permanecer no trabalho da área irrigada a fim de acumular os recursos (dinheiro) que possibilitem o seu retorno e permanência em sua terra, ainda que por pouco tempo. “A agricultura deficitária dos pequenos estabelecimentos atingidos pelas variações climáticas não pode prescindir do assalariamento dos produtores para cobrir necessidades não asseguradas por aquela.” (ID, 1995, p. 62). O trabalho na área irrigada representa, nestes casos, uma alternativa de restabelecer ou dar impulso à pequena produção camponesa.

2.1.2 Petrolina ultrapassa Juazeiro: Impulso no crescimento a partir dos anos de 1980

O município pernambucano só começaria a suplantar o baiano quando o Projeto Nilo Coelho entrou em operação, no ano de 1984, este possuía uma grande área agricultável (13.146 ha). Na sequência várias empresas privadas viriam a se instalar em Petrolina e em Santa Maria da Boa Vista. Nas proximidades do Projeto Nilo Coelho foi conformado também o Distrito industrial com o objetivo de expandir a produção agrícola, o que, por sua vez demandava mão de obra e impulsionou a migração para o município. A população de Petrolina que era de 104.297, em 1980, atingiu a cifra de 175.538 habitantes, em 1990, registrando um crescimento de mais de 68%, enquanto o percentual de crescimento de Juazeiro foi de menos de 10%, no mesmo período.

A construção do aeroporto, no mesmo ano de 1984, representou, também, um aspecto importante para a estrutura física de exportação e mais um fator de atração de grupos empresariais para a cidade. Em 1985, o aeroporto de Petrolina já transportava frutas (melão, manga e uva) para a Europa, além disso, facilitava os contatos com outros estados do país. Na medida em que Petrolina foi aumentando sua infraestrutura passou a atrair um maior número de empresas para o solo pernambucano, em detrimento dos municípios baianos.

As empresas instaladas em Petrolina, embora ligadas a agricultura irrigada, possuíam maior diversificação e atividades. As principais empresas de insumos agrícolas (adubos, equipamentos, automóveis e etc.), se fixaram em solo petrolinense, bem como as firmas de importação e exportação. Talvez por isto, a cidade tenha adquirido uma fisionomia mais urbana que Juazeiro, influenciando nas características da própria mão de obra, assunto ao qual voltaremos mais adiante. A diversidade das empresas em atividade em Petrolina podia ser identificada nas propagandas em jornais impressos nas quais aparecem, de maneira mais destacada alguns grupos como: J. BRANDÃO, implementos agrícolas e construção civil, cuja matriz era do Estado do Ceará; VEMAQ/NORDESTE, que atuava na venda e aluguel de máquinas e equipamentos, fazia parte do grupo VALMET DO BRASIL/SA, que por sua vez pertencia à marca finlandesa VALMET.

Entretanto o grupo de presença mais constante nas propagandas dos jornais consultados e que exercia forte influência na economia da cidade de Petrolina e de outros municípios pernambucanos era a família Coelho. As atividades empresariais deste grupo abarcavam a agricultura, a indústria (têxtil e marcenaria), construção civil e comércio. Este grupo teria conseguido manter seu poder econômico porque representaria, em Petrolina, “a presença de uma oligarquia altamente modernizadora” (COMISSÃO PASTORAL DA

TERRA, 1995, p. 49). Na verdade o que ocorreu foi que este grupo se vinculou aos representantes do grande capital que chegou a região porque tinha articulações políticas que possibilitaram aproveitar os incentivos e favorecimentos governamentais. Conseguiu tirar proveito das modificações econômicas para manter e ampliar seu poder econômico e político.

A instalação do distrito industrial nas proximidades do Projeto Nilo Coelho visava atrair empresas que absorvessem a produção dos itens agrícolas produzidos na área irrigada, dentro do plano de criar um complexo agroindustrial na cidade de Petrolina, como eixo da produção agrícola regional. Com a criação do Distrito Industrial seriam oferecidas condições vantajosas para as “empresas interessadas em se instalar na área do projeto Nilo Coelho com capacidade irrigável de 15.545 hectares”. (TOMATE..., 21 de setembro de 1985, p.11). Com a exploração do potencial da área se alcançaria a “geração de 12.500 empregos, beneficiando a indústria de transformação”. (TOMATE..., 21 de setembro de 1985, p.11).

Também no Distrito Industrial de Petrolina foi instalada a empresa Etti Nordeste Industrial S.A. Em matéria publicada no **Jornal de Juazeiro**, edição de 24/26 de novembro de 1983, sob o título *Região receberá grupo Fenícia* é divulgada a chegada, à região, do grupo Fenícia, dono da marca Etti. A reportagem foi produzida depois de uma visita às obras de instalação da empresa, que entraria em operação no ano seguinte, procurando destacar como a chegada da empresa possibilitaria a diversificação e ampliação da produção de tomates na região.

Outra matéria, publicada no Jornal **O Sertão**, em 21 de setembro de 1985, intitulada *Tomate do Velho Chico para o mundo*, descrevia a atividade desenvolvida pela empresa com a produção da polpa do tomate que, em seguida era enviada para unidade em São Paulo, onde se dava a fase final de preparação e o enlatamento dos diferentes produtos a base de tomate. Informa que a empresa pretendia atingir a quantidade de 47 mil toneladas de polpa de tomates preparada naquele ano e anuncia que estava sendo construída uma unidade que seria destinada a acabamento e execução da fase final do produto.

Duas outras empresas produtoras de polpa de tomate se instalariam em Petrolina no ano de 1985, a Frutos do Vale e a Costa Pinto. A primeira se tornaria no ano de 1989 a maior produtora de polpa de tomate da região atingindo a marca de 35.000 toneladas, bem superior a Etti que no mesmo ano produziu 7.800 toneladas. A Etti, porém, não apenas produzia polpa, mas também comprava a produção de outras empresas, mais adiante voltaremos ao assunto.

O volume das atividades econômicas nos permite concluir que houve um aumento significativo da demanda por mão de obra. Incontestável é o fato de que Petrolina se tornou o principal município do Polo Irrigado a atrair os fluxos migratórios, a partir de meados da

década de 1980. A presença dos enormes contingentes que chegavam à cidade pode ser apreendida das matérias jornalísticas sobre “invasões” de terrenos, nos quais eram construídas moradias improvisadas por aqueles que chegavam à cidade, procurando trabalho.

O déficit habitacional foi um problema bastante grave na cidade. Embora tenham sido construídas casas populares, em Petrolina, através do Programa Cidade de Porte Médio, foram em números que ficaram bem aquém das reais necessidades. As ocupações de terrenos se tornaram, por isto, um recurso bastante utilizado, o que gerou muitos conflitos. O caso mais emblemático foi o local onde se instalaram muitas famílias que chegaram a Petrolina, ainda na sua fase de menor fluxo migratório, no ano de 1979, dando origem a uma aglomeração de pessoas, que ficou conhecida por Vila Papelão. Estava localizada entre a parte urbana da cidade e o Projeto bebedouro, com acesso as principais áreas agrícolas.

Depois da construção de algumas habitações populares, o bairro criado recebeu o nome de José e Maria. Entretanto, o número de habitações construídas foi muito pequeno em relação à quantidade de famílias existentes. Além disso, não paravam de chegar novas famílias, de forma que as ocupações no entorno persistiram, e a citada aglomeração chegou a ser considerada “uma das maiores favelas de que se tem notícia, no Vale dos São Francisco” (AÇÃO..., 29/31 de março de 1982, p. 2).

A propriedade da área foi reivindicada judicialmente²⁰ e os moradores foram despejados no dia 26 de março de 1982, “[...] a ação de despejo envolveu mais de 1.500 pessoas, representadas por cerca de 400 famílias”. (AÇÃO..., 29/31 de março de 1982). Para garantir a desocupação do terreno foi enviada uma companhia do 5º Batalhão de Polícia do Estado de Pernambuco, acompanhada por agentes da prefeitura que destruíram os barracos. Pouco tempo depois a população retornaria a ocupar o mesmo terreno. Desta área, uma parte da população seria alocada do outro lado da cidade, no bairro que recebeu o nome de João de Deus.

O João de Deus, alguns anos mais tarde, foi o bairro escolhido como área de campo, no município de Petrolina, pela CPT/CEAS para o desenvolvimento da já citada pesquisa desenvolvida por estas organizações. Neste momento, contava com 19.000 habitantes, aproximadamente, já havia se tornado o maior bairro de Petrolina. Quanto à localização, foi construído nas proximidades do Projeto Nilo Coelho e de outras áreas irrigadas.

O bairro foi formado em 1987, além das famílias do bairro José e Maria, pessoas de outra “invasão” no bairro Pedro Raimundo também foram remanejadas para a nova

²⁰ O responsável pela ação foi Manoel Egberto de Araújo, professor universitário, que morreu sem um desfecho final para o processo que arrastaria por anos, chegando até os dias atuais.

localidade. Foram destinados recursos públicos a compra de material para a construção de 500 casas, entretanto, em virtude de desvios, o número de casas construídas foi de, apenas, 100, as demais famílias se instalaram de forma precária, em casas com tijolo sem reboco, de pisos com terra batida, “[...] o João de Deus parece mais um acampamento improvisado e descuidado do que um bairro”. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p. 45).

A pesquisa no João de Deus, assim como no João Paulo II, se baseou numa amostra de 210 trabalhadores, de 210 famílias distintas. Frisamos o fato de que a população do primeiro é bem maior que a do segundo. Quanto às características da migração, o bairro de Petrolina, apresenta diferenças em relação ao bairro de Juazeiro. O percentual de migrantes de outros estados consistia num percentual bem menor, 37%, destes 17% eram do Ceará. Os migrantes de origem rural, em Petrolina, 44%, também correspondiam a um percentual menor que o de Juazeiro.

A pesquisa aponta que Petrolina atraía para o município também pessoas oriundas de localidades urbanas, acreditamos que isto esteja relacionado ao fato de ter se estruturado em Petrolina também um setor de insumos, implementos e maquinários, bem como de comercialização, o que fazia com que a necessidade de mão de obra, no setor de serviços e em atividades industriais, fosse maior e mais diversificada que em Juazeiro.

A distribuição e concentração na área urbana por pessoas que trabalhavam nas áreas rurais foi outro fator característico, “a proximidade dos perímetros de irrigação em relação à concentração urbana de Petrolina leva muitos trabalhadores a preferirem fixar residência nos bairros periféricos da cidade, de onde se deslocam diariamente para o campo” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p. 52). Ou seja, embora residissem na área urbana, desempenham atividade produtiva em área rural, moravam na cidade, mas trabalhavam no campo e permaneciam vinculados a ele.

Na pesquisa no bairro João de Deus, em Petrolina, aparece outro tipo característico de camponês pobre, aquele que não possui terra e produz em terra alheia, conhecido em quase todo o sertão no nordeste como meeiro, ou parceiro numa denominação utilizada em outras regiões do país. Está submetido a um proprietário que se encontra em nível superior na escala econômica e social, vive uma ruína ainda maior que a do pequeno camponês proprietário, pois submetido a uma intensa exploração, daquilo que produz ainda tem que entregar uma parte ao proprietário da terra, após a colheita. A história do Sr. José Moura, morador de fazenda na Paraíba, pai de 12 filhos, que deixou para trás o seu estado e seguiu com destino a Petrolina, é um exemplo. É do Sr. José Moura, o seguinte depoimento:

O sentido de eu ter saído da Paraíba e ter vindo para cá é pelo motivo da agricultura. Lá estava meio difícil e além de difícil os proprietários que tem terra não ajudam a quem trabalha. O sentido deles lá é botar um morador na propriedade e que este bote uma roça, depois de plantar, zelar e na hora da colheita ele quer receber a melhoria dele sem ter nenhum trabalho. E eles lá não ajudam em nada. Era uma sujeição. Em quase todas as roças é assim. A gente sai de nossas terras para vir para cá por isso. Eles não ajudam a ninguém, em nada não dão uma semente, o trator, um adubo nada. Eles não ajudam em nada. (JOSÉ MOURA, *apud* COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p.76).

Nas relações de meação, o trabalhador rural só tem a contrapartida efetiva do seu trabalho ao final da colheita, após a repartição dela. A alta concentração territorial ao impedir que uma massa camponesa tenha acesso a propriedade da terra, possibilita aos latifundiários manterem esta massa como agregados, concedendo-lhes parcelas de terra e adotando o sistema de meação através das quais extrai a renda agrícola. Uma renda agrícola subtraída, na maior parte dos casos, única e exclusivamente devido ao monopólio da terra, uma vez que, geralmente não há o fornecimento de instrumentos de trabalho ou investimentos em equipamentos e/ou tecnologia, nem mesmo remuneração regular é fornecida pelo proprietário. Esta entrega de parcelas cumpria o papel de promover a fixação de mão de obra no local para assegurar reserva de mão de obra, “mais que a renda agrícola interessa-lhe a reserva de trabalho, necessária nos momentos de safra” (MOREIRA, 1990, p. 44).

Desta forma o camponês assume todos os encargos da produção, já que o proprietário da terra “não dão uma semente”. A insatisfação e/ou revolta contra este nível de exploração levou muitos a migrarem para o Pólo Irrigado e se integrarem ao trabalho nas fazendas e empresas da região, como diaristas, trabalhadores temporários ou assalariados. Porém, a maioria alimentava as esperanças de obterem condições que lhes fossem mais favoráveis para a prática das relações de meação, “[...] o fato ou possibilidade de vir trabalhar como parceiro continua sendo um dos maiores fatores de atração de migrantes do sertão nordestino.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p. 89).

2.2 IMPACTOS DA AGRICULTURA EMPRESARIAL E DO GRANDE CAPITAL NO POLO IRRIGADO

Para Moreira (1990), a lei 4.504 fomentou a industrialização acelerada da agricultura, redefinindo o caráter das relações agrárias, fundindo num único movimento de industrialização, a relação entre a indústria e a agricultura. Para o autor, a partir da década de 1960, as características fundamentais da atividade agrícola seriam a introdução intensiva de

novas técnicas e tecnologias nos trabalhos agrícolas e sua completa ligação ao mercado urbano industrial.

Esta modernização da atividade agrícola teria como efeito uma profunda alteração na forma de propriedade, que assumiria gradualmente a forma de propriedade burguesa da terra, dissolvendo as formas pré-capitalistas e/ou não capitalistas. Em correspondência a esta nova forma de propriedade, a renda da terra assumiria também uma nova forma, a **renda diferencial**. A renda diferencial se caracteriza pelo emprego da mão de obra assalariada, na produção dos itens agrícolas que são destinados ao mercador consumidor na forma de mercadorias. Dessa forma, a agricultura passa a constituir um ramo da produção capitalista que recebe a inversão de capitais e possibilita a extração de mais valia. Isto corresponderia, portanto, ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Entretanto, o surgimento da grande agricultura empresarial no Polo Irrigado, como já foi afirmado anteriormente, ocorre interrompendo o processo de acumulação do capital mercantil local, que se encontrava em curso, sobrepondo à inversão de grandes somas de capitais. Ou seja, já nasce vinculada ao grande capital, boa parte, fornecido pelos grandes grupos internacionais, alguns se associando aos grupos locais.

Começam os investidores privados a vir para a região, inicialmente prospectando. A viagem de Rockefeller, a experiência dos Sampaio Ferraz, as uvas de Molina, a cebola dos barranqueiros-agricultores, o pioneirismo dos Coelho [...] são indicações positivas de que o “Vale é um bom negócio”[...] Em Petrolina, ao lado do império shumpeteriano dos Coelhos [...] começam a instalar-se outros investidores [...] o ex-governador de Pernambuco, líder varão natural do clã, é quem recebe, acolhe e orienta os investidores, quase todos seus amigos: do Sul, do Nordeste, do exterior [...]. Nilo Coelho mantém-se em contato quase frequente com Robert McNamara, presidente do Banco Mundial. (ALCÂNTARA²¹ *apud* CHILCOTE, 1990, p.1).

A família Coelho, grupo econômico dominante, que já possuía grandes empreendimentos na cidade, quando se abre a modernização agrícola, diante das novas possibilidades econômicas, associou-se a grupos econômicos de outras partes do país e mesmo a grupos internacionais. Assim, o grande capital e a alta tecnologia, a seu serviço, se prendem às formas pré-capitalistas de produção. Isto se deve a forma peculiar de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bastante diferente daquele que se instituiu nos principais países da Europa e nos Estados Unidos. Um capitalismo de tipo burocrático.

²¹ Marco Aurélio Alcântara, “Informativo econômico”, Diário de Pernambuco, 13/06/1972, reproduzido em O Farol, LVII, 15/jul/1972.

2.2.1 O capitalismo burocrático: dominação imperialista e relações de produção semifeudais (pré-capitalistas)

A formulação do conceito de capitalismo burocrático surgiu com Mao Tsetung durante o processo da revolução chinesa, num artigo intitulado **A situação atual e nossas tarefas** (*La situación actual e nuestras tareas*), datado de 25 de dezembro de 1947. Neste artigo, afirma que apenas quatro famílias monopolizavam as artérias vitais da economia chinesa; que este capital monopolista combinado com o poder de Estado se convertera em capital monopolista de Estado. (TSETUNG, 2008, p. 8, tradução nossa).

Tal capital monopolista de Estado, ao provocar a concentração e a evasão de suas riquezas, impedia a acumulação de capital necessária ao fortalecimento da economia nacional. Dessa forma, submetia o povo chinês, os operários, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional, a uma condição de pobreza generalizada. Este capital, denominado de capital burocrático, se apoiou na existência de grandes propriedades latifundiárias e nas relações de produção feudais que então prevaleciam, preservando-as.

O marxista peruano Abimael Guzmán estendeu as formulações de Mao Tsetung ao conjunto dos países dominados. A conceituação de países dominantes e dominados parte das formulações de Lênin (1979) sobre o imperialismo, caracterizado como encerramento da fase de livre concorrência e passagem ao predomínio do capital monopolista. Nesta fase surge também o capital financeiro, que corresponde à fusão entre o capital industrial e bancário. A concentração de capitais atinge grandes proporções. Em 1910, os quatro países mais industrializados, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, reuniam “479 mil milhões de francos, isto é, cerca de 80% do capital financeiro mundial”. (LÉNINE, 1979b, p. 621). O capitalismo que, na fase da livre concorrência, exportava mercadorias, com o excedente gerado na era dos monopólios, passa a ter como traço característico a exportação de capitais.

No momento em que o capitalismo passa a fase imperialista, a maior parte dos países do globo se encontrava num estágio em que ainda predominavam relações de produção pré-capitalistas. Ao penetrarem nestes países, ao contrário de promover o desenvolvimento econômico, o capital monopolista impede o avanço das forças produtivas nacionais. Estes capitais burocráticos provenientes das exportações de capitais imperialistas das grandes potências orientam a evolução do capitalismo dos países dominados, interrompendo o processo de acumulação de capital que gerava o mercado interno, impulsionando a economia nacional.

A partir de então, a economia destes países seguiu um caminho burocrático de desenvolvimento que determinou o surgimento de uma forma específica de capitalismo diferente da que se instaurou nos países imperialistas. A tese do capitalismo burocrático apresenta uma interpretação da questão agrária no mundo atual, de que maneira ela se relaciona ao sistema capitalista, em sua fase imperialista, bem como das contradições relativas a ela.

Sobre uma base semi-feudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce atado à semi-feudalidade e submetido ao domínio imperialista [...]. O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados, [...] pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim se vai gerando o capitalismo burocrático atado, [...] à feudalidade, submetido ao imperialismo e ao monopólio [...]. (GUZMÁN *apud* MARTÍN MARTÍN, 2007a, p.14-15).

Martín Martín (2007a) esclarece que os países onde existe o capitalismo burocrático são caracterizados por: 1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade) de natureza pré-capitalistas; 2) Manutenção e reprodução de campesinato minifundista (com formas coletivas ou parcelárias); 3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato à terra, incluídos aí o controle sobre os trabalhadores diaristas e as denominadas ações clientelistas (patriarcais, de patronato e apadrinhamento).

Este tipo de capitalismo mantém a semifeudalidade que se materializa na existência do latifúndio, da semisservidão e/ou do coronelismo (gamonalismo). A grande propriedade, que impede o acesso à terra, constitui a base da sujeição do camponês ao grande proprietário, o coronel, que continua exercendo sobre ele a coerção extraeconômica. O poder do coronel dispõe de uma estrutura na esfera política e econômica da sociedade que garante a sua reprodução.

A consequência disto de acordo com Martín Martín (2007a, p. 6) é que: a) a renda pré-capitalista continua absorvendo grande porcentagem do lucro capitalista; b) o sistema de pagamento em trabalho pressupõe uma produtividade mais baixa do trabalho (não desenvolvimento das forças produtivas); c) onde os arrendamentos são mais caros para o campesinato em relação aos capitalistas e a remuneração no referido sistema de pagamento é mais barata que no “livre” contrato capitalista; d) onde subsiste a coerção extraeconômica como base da dependência pessoal do pequeno campesinato e campesinato sem terra.

Para Martin Martín (2007a), a questão agrária, entendida como o problema da distribuição e da propriedade da terra, constitui-se no principal problema enfrentado pelos países pobres e dominados pelo imperialismo. As burguesias do terceiro mundo introduziram algumas medidas, que, no entanto, não foram capazes de ofertar uma solução à questão agrária. Nos países do terceiro mundo a semifeudalidade se mantém com velhas e novas formas (MARTÍN, 2007a p. 17-18).

Sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, embora Ianni (1993) afirme que houve como uma “revolução burguesa”, ao destacar as características que o sistema capitalista assume nestes países, aponta sua vinculação com o capital monopolista e que esta revolução burguesa fora “tardia, induzida do exterior e pelo alto [...]. E o que se moderniza atende interesses externos” (IANNI, 1993, p. 30). Em relação à questão agrária, argumenta que as fortes limitações das tentativas de reforma agrária nos países da América latina resultaram em uma modificação das formas como se expressa o problema agrário, mas não representaram sua solução.

Quanto ao Brasil, Ianni (1984) aponta a existência de uma economia de bases agrárias, submetida ao capital monopolista, viabilizada por uma política de estado responsável pelo impulso da “exportação de produtos agrícolas, pecuários, extrativos e de mineração para atender às exigências do modelo econômico imposto ao Estado brasileiro pelo capital monopolista” (IANNI, 1984, p. 158). Destaca a presença direta do imperialismo na economia nacional, com a formação de grandes e poderosos complexos econômicos. Evidencia a existência de formas ‘tradicionais’ de exploração agrícola, como arrendamentos e parceria, combinadas ao trabalho assalariado.

Destacando a presença e ação do imperialismo, bem como a persistência do problema agrário no país, Camely (2009) considera que o Brasil é um país no qual vigora o capitalismo burocrático, em consequência de ser um país semicolonial e semifeudal, como expressão de dois problemas centrais: o problema da terra e o problema nacional.

Semi-colonial porque embora o Brasil seja formalmente independente é oprimido pelo imperialismo, principalmente estadunidense. Semifeudal porque não resolveu o problema da terra, onde no Brasil, a despeito de seu imenso território, a contradição principal ocorre entre o latifúndio e os camponeses sem terra ou com pouca terra, principalmente no nordeste e na Amazônia. (CAMELY, 2009, p. 28).

Sendo o problema agrário o elemento mais importante, em consequência da não solução do problema agrário, a contradição principal da sociedade é a que opõe camponeses pobres e latifundiários. Em virtude disto a luta pela terra segue sendo a principal forma de

expressão da luta de classes, particularmente, nas regiões norte e nordeste, onde a concentração territorial atinge níveis mais elevados. Assim as massas camponesas seguem como principal agente da luta de classes no país.

2.2.2 A agricultura empresarial de exportação

Desde o primeiro momento, a grande agricultura empresarial do Polo Irrigado almejava o mercado internacional, orientando-se pela lógica de gerar saldo positivo na balança comercial através da exportação. A exploração intensa da atividade agrícola e as exportações eram os objetivos da criação de um “Complexo Agroindustrial” para o qual a conformação dos projetos de irrigação constituiria apenas a primeira etapa. Em 1986 com a consecução do PLANVASF – Plano Diretor do Vale do São Francisco se pretendia acelerar e ampliar a irrigação na região. O PLANVASF, por sua vez, fazia parte do PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste, que tinha por meta irrigar 1 milhão de hectares no Nordeste. Destes, 400 mil hectares seriam através dos projetos públicos e 600 mil hectares através de projetos privados, que, geralmente, recebiam financiamento estatal e obviamente, se destinava a grande produção.

A gestação deste projeto, porém vinha de longe. “Em janeiro de 1981 o Governo Federal determinou a elaboração do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (PLANVASF).” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1989, p. 10). Neste momento estavam a pleno vapor os financiamentos estatais destinados às áreas de irrigação privada, cuja estrutura montada na Fazenda Catalunha, que veremos adiante, é um dos maiores exemplos. É importante dizer ainda que mesmo nos projetos públicos, grande parte da área era destinada às grandes empresas. Claro está que o aumento tão grande da produção visava o mercado internacional.

Do ponto de vista comercial, a produção da região de Petrolina e Juazeiro leva vantagem quando se busca o mercado internacional, pois a região produtora está mais perto do Porto de Salvador do que a de São Paulo está de Santos. E Salvador está mais perto do hemisfério norte que São Paulo. (RELATÓRIO 3ª DR CODEVASF 85-89, *apud* COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990, p. 5).

Voltemos agora a três empresas, já citadas, pertencentes aos três maiores grupos, instalados na região, com atividades no ramo agroindustrial: a Agrovale S.A, a Cica Norte e a Etti. As duas primeiras empresas se instalaram em Juazeiro/BA, a última em Petrolina/PE. A Agrovale é produtora, ainda hoje, de açúcar e álcool, quanto às empresas Cica Norte e Etti

atuavam na produção de derivados do tomate. Salientamos que, nesta fase da grande agricultura irrigada, a produção de tomates foi o seu carro chefe, constituindo-se como o setor mais lucrativo e que absorveu maior quantidade de força de trabalho.

A Agrovale – Agroindústria do Vale do São Francisco foi criada em 1972, ocupando 7.000 hectares da área total de 10.548 hectares do Projeto Tourão, em Juazeiro/BA. À frente da Agrovale estavam empresários do setor sucroalcooleiro de Pernambuco e Alagoas, como Gustavo Colaço Dias e Carlos Gilberto de Farias, cujas usinas produtoras de açúcar iniciaram, a partir de 1950, o deslocamento para as regiões mais interiores do agreste. A irrigação possibilitou a produção canavieira no semiárido.

A Agrovale possuía, desde o início, relação direta com a estrutura de produção açucareira tradicional do nordeste, cujo destino sempre fora o mercado internacional. A primeira safra da empresa, ocorrida em 1980, teve a produção de cerca de 160 mil sacas de açúcar. Em 1985 atingiu o montante de 900 mil sacas, média que manteve durante a década de 1990. Esta produção era quase que completamente destinada à exportação. Neste período, o açúcar nordestino correspondia a 22% das exportações brasileiras do produto.

A produção de tomate no Brasil entre os anos de 1979 e 1987 se elevou de 1.501.097 para 2.049.324 de toneladas, atingindo um índice de aumento de 36%. Cerca de 800.000 toneladas seriam destinadas à industrialização. Neste mesmo período, o Estado de Pernambuco se tornou o segundo maior produtor de tomates, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo, enquanto o Estado da Bahia ocupava então a sexta posição. Segundo Espinoza (1991), estimava-se que, de toda a produção do nordeste no período, o Polo Petrolina/Juazeiro respondesse por mais de 56%, o que, em relação à produção nacional, corresponderia a, aproximadamente, 19%. Ainda de acordo com Espinoza (1991) objetivava-se atingir até o final da década de 1980 a produção de 700.000 toneladas por ano, no Polo Irrigado, o que seria equivalente a mais de 52% do total nacional.

A Companhia Industrial de Conservas Alimentícias, popularmente conhecida como Cica, foi fundada em 1941, em Jundiaí/SP, a partir da associação entre o banqueiro Alberto Bonfiglioli e outros grupos, como as famílias Messina, Guerrazzi e Guzzo. Viria a se tornar, mais tarde, um dos grandes representantes da agroindústria brasileira. O principal produto de comercialização era o extrato de tomate **Elefante**. Nas propagandas veiculadas nos meios de comunicação locais se intitulava como Complexo Agroindustrial Cica. Chegou a ser considerada o maior produtor de alimentos em conserva da América Latina na década de 1980. Pouco tempo depois passou por uma crise quando o Banco Auxiliar, controlado por Rodolfo Bonfiglioli, decretou falência.

O Complexo agroindustrial Cica se instalou em Juazeiro em 1978/79²², com o nome de Cica Norte. A unidade instalada em Juazeiro tinha capacidade para absorver 600 toneladas de tomate/dia, grande parte de sua produção direcionada ao mercado internacional. “Aproximadamente 70% de sua produção tem se destinado a exportação para diversos países, entre eles Estados Unidos, Haiti e Porto Rico.” (CICA NORTE, 02/05, de outubro de 1983, p.3). A tabela 05 aponta que, em 1989, 50% da produção tinha como destino a exportação, embora em valores percentuais represente uma baixa em relação ao período anterior, em valores absolutos a exportação havia aumentado.

O grupo Etti foi fundado em 1955 por Carmelo Paoletti, quando foi montada uma fábrica de processamento de azeitonas, em Várzea Paulista/SP. Na década de 1970 se tornaria um dos pioneiros da produção de derivados de tomate no Brasil, em 1979 a Etti passaria a integrar o Grupo Fenícia, que já detinha as marcas Simeira, Lotus, Banco Neugebauer, GG Presentes e Prosdócimo. A Etti²³ – agroindústria se instalou em Petrolina no ano de 1984, também objetivando o mercado internacional. “Eles sabem que o tomate do São Francisco tem tudo para conquistar facilmente o mercado internacional [...]” (TOMATE, 21 de setembro de 1995). Em 1989 chegou a exportar 60% de sua produção.

Inicialmente as duas referidas empresas produziam o tomate e extraíam a polpa, posteriormente passaram a comprar a produção *in natura* de outras fazendas, depois passaram a comprar a polpa produzida por outros estabelecimentos. Esta polpa que era enviada para as unidades, que ficavam em outros Estados, onde eram finalizados e enlatados os produtos que, depois, seriam destinados à comercialização. Assim que ao final da década de 1980, as empresas Frutos do Vale e Costa Pinto já haviam suplantado a produção de polpa que, em grande parte, eram destinadas aos dois grandes grupos do complexo agroindustrial.

Tabela 05: Dados da produção de polpa de tomates no ano de 1989

Empresa	Produção in natura (t)	Produção de polpa	Exportação (%)
Etti	65.000	7800	40 – 60
Cica	70.00	10500	50
Frutos do Vale ²⁴	250000	35000	50 – 70
Costa Pinto	1600	4500	70

Fonte: Dr. Peter Simits(1990) *apud* Espinoza, 1991, p.19.

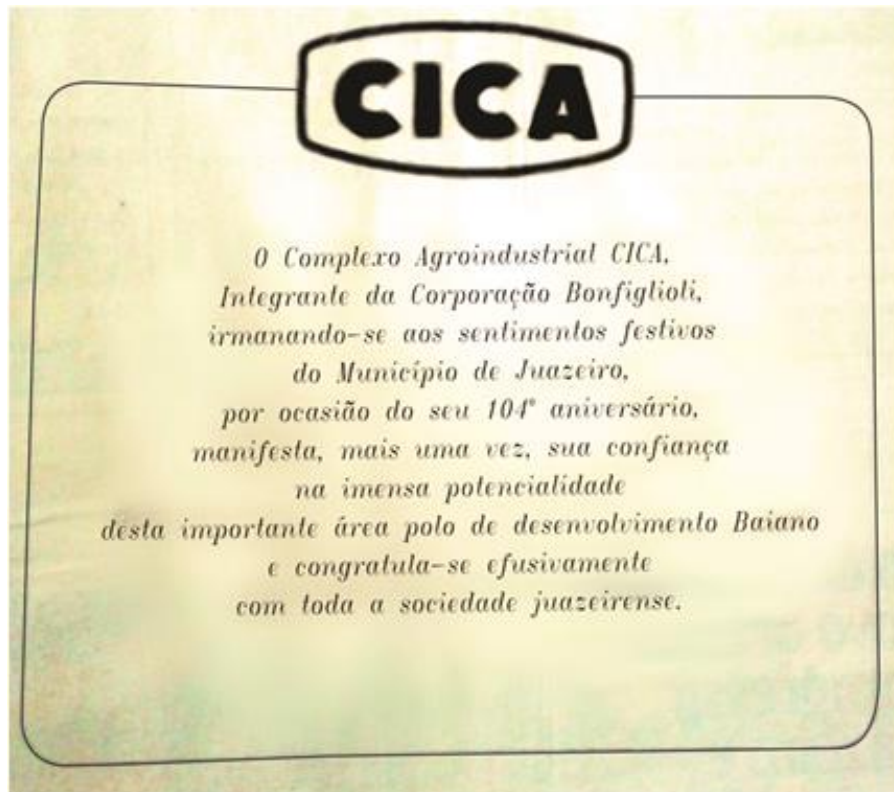
²² Em 1993, a empresa foi vendida ao grupo Gessy Lever, atualmente conhecida como Unilever.

²³ Em 1998 passaria a fazer parte do grupo Parmalat, a partir de 2006 ficaria sob o controle da hipermercado, em 2011 foi comprado pela Bunge.

²⁴ O deputado Geraldo Simões em audiência pública, no dia 28/04/1999, afirmou que a empresa também pertencia ao grupo OAS.

Na dinâmica de fornecimento de matéria primas ou subprodutos para os dois grandes grupos que monopolizam a produção de derivados de tomate, Cica e Etti, se inserem as atividades que são desenvolvidas em duas das três fazendas agroindustriais objeto de estudo deste trabalho. As fazendas Catalunha e Safra tinham, dentre os principais itens que produziam, a cultura do tomate para o fornecimento de matéria prima ao grupo Etti.

Ilustração 2: Imagem de propaganda de um grande grupo capitalista no Polo Irrigado



Fonte: Jornal de Juazeiro, 15/19 de julho de 1982, p. 15.

Outro grande grupo com atuação na região se estabeleceu em 1987. O grupo Labrunier, inicialmente, era dono de duas empresas produtoras de uva de mesa, número que, em poucos anos chegaria a cinco. O grupo Labrunier, segundo REIS (2009), surgiu no Vale do São Francisco como um dos ramos de investimento do grupo varejista francês Carrefour. Por sua vez, o Carrefour, na época, já era um dos maiores grupos monopolistas com atuação no Brasil e em diversos outros países²⁵.

Neste momento a fruticultura e, particularmente, a produção de uvas começava a se fortalecer, anos mais tarde, com o declínio da produção de tomates este se tornaria o setor

²⁵Labrunier se tornou, em 2007, parte de outro grupo denominado Jacques Defforey (JD), que possui também atividades de criação de gado, no Mato Grosso, e laranja, no Paraná, mantendo, porém a marca.

mais importante da agricultura irrigada. Como parte da estruturação da exportação de frutas no Vale do São Francisco com destino aos mercados consumidores internacionais foi criada a Associação de Produtores exportadores de hortigranjeiros e Derivados do Vale dos São Francisco (Valexport)²⁶, que intermediava a venda, armazenava a produção e organizava o transporte das frutas. Através da Valexport a uva produzida na fazenda Ouro Verde, que faz parte do objeto de estudo deste trabalho, chegava ao mercado internacional.

Ilustração 3: Imagem de propaganda de um grupo econômico local tradicional



Fonte: O Farol, 07 de setembro de 1979, p.12.

As duas imagens anteriores são propagandas veiculadas em jornais da região. A Figura 2 é uma propaganda da Cica, integrante da grande corporação Bonfiglioli, no **Jornal de Juazeiro**, é o registro da presença do grande capital na região. A figura 3 é uma propaganda do grupo Coelho, os dizeres tradição e renovação fazem algum sentido, já que o grupo mais tradicional da oligarquia regional se vinculou ao capital monopolista, se renovando para manter sua tradicional dominação.

²⁶Posteriormente foi criada outra organização com o mesmo fim, a Brazilian Grapes Marketing Association (BGMA).

2.3 CATALUNHA, SAFRA E OURO VERDE – VITRINES²⁷ DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO

Buscamos, neste tópico, apreender a vinculação entre as fazendas ou empresas agrícolas locais e os grandes grupos monopolistas em atividade no Polo Irrigado, bem como examinar a estrutura de produção destas empresas. Investigamos os casos concretos de três empresas agrícolas que entraram em decadência nos anos de 1990 e deram origem aos assentamentos Catalunha, Safra e Ouro verde. Nesta perspectiva, procuramos destacar tanto aspectos da capacidade produtiva e destino da comercialização, quanto das relações sociais de produção propriamente, ou seja, o caráter da mão de obra utilizada.

Ianni (1984)²⁸ em alguns artigos analisa a evolução da produção canavieira do município de Sertãozinho/SP. Para caracterizar as relações de produção, em sua investigação, destaca as formas e mecanismos de contratação e regulação de mão de obra, destacando a mão de obra dos rendeiros (arrendatários e parceiros) e dos boias-frias (assalariados). “Os dados relativos à parceira e ao arrendamento podem ser de interesse para avançarmos um pouco mais na caracterização da economia e sociedade rurais” (IANNI, 1984, p. 43). Quanto à mão de obra assalariada, dentro da dinâmica de colheita e entressafra, Ianni (1984) verificou uma oscilação na demanda de trabalhadores assalariados, dividindo-os entre trabalhadores temporários e permanentes. Em relação às fontes, o autor utilizou dados oficiais do INCRA e entrevistas, especialmente quanto aos trabalhadores assalariados.

Com base nos trabalhos de Ianni (1984), adotamos como fontes para este tópico a utilização de documentos cartoriais de propriedade, registro empresarial das empresas, documentos do INCRA, artigos/notícias de periódicos e entrevistas. Quanto ao perfil dos entrevistados são de antigos trabalhadores destas empresas, com diversificados tipos de vínculos de trabalho. A história oral permite acessar “informações transmitidas de geração em geração ou dentro de um grupo profissional” (ALBERTI, 2004, p. 25).

2.3.1 A Agropecuária Fazenda Catalunha

A Agropecuária Fazenda Catalunha, inscrita sob o número de registro no CNPJ 11.642.808/0001-99, com data de abertura em 13/03/1970 e sede na cidade São Paulo/SP, é

²⁷ Esmeraldo Lopes Gonçalves, em Opará: Formação histórica e social do Submédio São Francisco, utiliza este termo para se referir às fazendas empresariais melhor conceituadas do Polo Irrigado.

²⁸ Trata-se do livro *Origens agrárias do Estado brasileiro* que reúne uma coletânea de artigos escritos pelo autor entre os anos de 1961 e 1983.

descrita como sociedade empresária limitada, cuja atuação econômica principal era discriminada como atividades de apoio à agricultura. Sua atividade no Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro inicia-se em 1984, no imóvel situado na BR 428, zona rural do município de Santa Maria da Boa Vista/PE.

Quanto à propriedade da empresa, por se tratar de uma sociedade empresarial não há um dono individual, porém, no endereço eletrônico para contato, aparece a sigla OAS, aparentando se tratar de um email institucional. O vínculo entre a Agropecuária Catalunha e o grupo OAS foi apontado em diversas reportagens e matérias de jornais, bem como nas entrevistas concedidas por pessoas que vivenciaram o período anterior a desapropriação da fazenda. Em matéria veiculada no **Jornal do Comércio**, no dia 01 de novembro de 1998, se referindo a desapropriação do imóvel afirma que “o imóvel pertence a Agropecuária fazenda Catalunha, empresa ligada ao grupo OAS” (MENEZES; CUNHA, 1998, p. 1). O Sr. Carlos José da Silva, de 56 anos, mecânico ex-funcionário da fazenda, na qual trabalhou, entre os anos de 1988 e 1993, também compartilha da opinião de que a fazenda pertencia ao grupo OAS. O entrevistado afirma que “era uma fazenda que ela era da OAS, essa empresa que tem em Salvador, a sede era lá na OAS” (SILVA, 20/05/2015).

O Grupo OAS teria surgido no Estado da Bahia, em 1976. Inicialmente se constituiu como uma empreiteira que atuava no ramo da construção civil, passando a atuar também em outros ramos, como o setor agroindustrial. Tornou-se uma grande corporação, ampliando sua atuação para além do território nacional.

A OAS nasceu em 1976, na Bahia, com atuação no setor de engenharia e infraestrutura. Hoje, é um conglomerado multinacional brasileiro, de capital privado, que reúne empresas presentes em território nacional e em mais de 20 países. [...]. A OAS ampliou rapidamente suas atividades no exterior, com importantes obras estruturantes, como a Usina Hidrelétrica de Baba, no Equador e a rodovia de Quilca Matarani, no Peru, entre outras. (OAS, QUEM SOMOS, 2015).

O crescimento do grupo acompanhou a ascensão política de Antônio Carlos Magalhães e grande parte dos empreendimentos desenvolvidos pelo grupo esteve relacionada à execução de obras estatais²⁹. A sigla OAS seria derivada dos sobrenomes dos três sócios fundadores: a letra “O” de Durval Olivieri, a letra “A” de César Araújo Matta Pires, genro de Antônio Carlos Magalhães, e a letra “S” de Carlos Suarez. (EVELIN; PEDROSA; FILGUEIRAS, 1999).

²⁹ Atualmente a OAS tem sido relacionada aos desvios de verba investigados pela operação lava-jato.

Havia entre os trabalhadores da Agropecuária Catalunha a opinião corrente de que Antônio Carlos Magalhães seria mesmo o seu proprietário, o que se pôde verificar em alguns depoimentos. José Cicero Bezerra de 51 anos, assentado que participou da ocupação, afirma que “era uma empresa de um grande líder do Estado de Salvador, Antônio Carlos Magalhães. Antônio Carlos Magalhães com filho e genro [...]. Lá naquele poste lá, uma placa assim, um negócio bem feito com o nome dos proprietários.” (BEZERRA, 19/04/2014). Da fala do Sr Carlos pode-se deduzir, inclusive, que havia certa frequência nas visitas de Antônio Carlos Magalhães “sempre ia lá, de vez em quando ia lá, vi ele umas três vezes, tinha até campo de pouso. Vinha o avião e pousava lá diretamente.” (SILVA, 20/05/2015).

Ilustração 4: Fotografia da Antiga casa de bomba e adutora da Fazenda Catalunha.



Fonte: Foto de Franciel Amorim, 2013.

Ilustração 5³⁰: Fotografia do canal de distribuição de água na extensão da propriedade.



Fonte: Foto de Franciel Amorim, 2013.

³⁰ Este sistema levava a água do Rio São Francisco aos canais de irrigação. A adutora tinha 14 Km de comprimento e, aproximadamente, 1 metro de diâmetro.

Quanto às características da fazenda, diversos elementos indicam que se tratava de uma grande empresa agrícola, começando pelo tamanho da propriedade que possuía uma área de 6825 hectares. Além disso, muitos outros fatores, ainda mais relevantes para sua caracterização como grande empresa, dizem respeito à sua infraestrutura. A fazenda contava com um complexo sistema de irrigação e maquinário, empregando alta tecnologia de produção. Vejamos a seguinte descrição:

Entre as benfeitorias, destacam-se os 80 hectares de uva e os 50 hectares de manga plantados, os 24 pivôs³¹ centrais de irrigação (estrutura aérea à base de energia elétrica), oito casas de bomba com capacidade para irrigar sete mil hectares, adutora principal com 10 km, 15 adutoras secundárias, além de casas, depósitos de safras e sistema de irrigação por micro aspersão e gotejamento. (SEM TERRA OCUPAM..., 11 de março de 1998, grifo nosso).

Podemos identificar a vultosa estrutura física da propriedade, cabendo, porém algumas considerações a partir do cruzamento destas informações com os depoimentos dos entrevistados. Quanto aos itens cultivados, 80 e 50 hectares para a produção, respectivamente, de uva e manga, numa propriedade que possuía quase sete mil hectares e dispunha de capacidade para explorar a área total da propriedade, representava uma produção pífia destas culturas. Especificamente sobre a uva, o Sr. Carlos afirma que “o pessoal da uva era pouco. Tinha um pessoal só pra uva que era daqui mesmo, era de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista. Era mais o pessoal daqui.” (SILVA, 20/05/2015). Portanto concluímos que as referidas culturas representavam uma pequena parcela da produção da fazenda.

Como já foi dito anteriormente, a principal cultura produzida no Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro, na década de 1980, era o tomate. No período áureo da produção na Agropecuária Fazenda Catalunha também era o item mais rentável, que ocupava maior área plantada e, conseqüentemente, detinha o maior percentual de mão de obra da empresa. O destino principal da produção de tomate era o fornecimento de matéria prima ao complexo agroindustrial Etti.

Isso era um projeto feito para a *Etti*. Plantava para vender diretamente para a *Etti* depois ela comprou uma fabricazinha aqui no distrito industrial, que o nome não me recordo agora; aí eles amassavam o tomate aí e já mandavam a polpa direto. [...]. Os maquinários mesmo vieram dos Estados Unidos, era 4

³¹ Em relação à quantidade dos pivôs, alguns entrevistados apontam o número de 21 e não de 24 como foi mencionado, depois da ocupação da fazenda estes equipamentos desapareceram e as suspeitas recaíram sobre os acampados que são enfáticos ao afirmar que não foram eles que se apropriaram dos equipamentos.

máquinas, 3 máquinas para colher tomates e várias plantadeiras, cultivadores vieram todos dos Estados Unidos. (SILVA, 20/05/2015).

Quanto ao caráter desta mão de obra empregada, havia um conjunto permanente de trabalhadores assalariados, responsáveis pelos trabalhos regulares como a administração, manutenção do maquinário e a parte mais regular e estável do plantio e cuidados com as culturas até o ponto de colheita. Na propriedade existia uma vila na qual moravam muitos destes funcionários, outros funcionários residiam nas adjacências e se deslocavam diariamente para a empresa.

No período de safra, a necessidade de mão de obra aumentava muito. Para este trabalho sazonal buscava-se um grande contingente de trabalhadores, por isto, na estrutura da fazenda, havia alojamentos destinados especificamente a estes trabalhadores temporários. Quanto à origem mais exata destes trabalhadores, o entrevistado afirma em outro trecho que:

Era 800 pessoas o fixo, na época de colheita passava de 1500. Eles ia pegar muito aqui no Crato, Penaforte, Juazeiro [do Norte], aquelas cidades mais perto de Salgueiro, mandava o carro ir buscar, [...] um de Lagoa Grande, dois de Lagoa Grande [...] um de serviço de colheita, um de Petrolina [...] chamavam de gato. (SILVA, 20/05/2015, acréscimos nossos).

As cidades mencionadas pelo entrevistado são municípios de diferentes estados do sertão nordestino, que na sua maioria sobrevive da agricultura de subsistência, em regiões que dependem do ciclo de chuvas. Na maior parte do ano, muitas famílias camponesas não encontram ocupação remunerada em seu local de origem, constituem uma população de “sertanejos que trabalham sazonalmente na região, voltando para suas terras na época de chuva” (BLOCH, 1996, p. 49).

Disto, se pode concluir que esta mão de obra denominada de assalariada, na verdade é uma mão de obra oscilante, que se combina às formas originais da pequena produção camponesa. Uma população camponesa que devido à ruína constante da agricultura de subsistência se deslocava para outras regiões em busca de ocupação, porém, devido ao caráter temporário desta ocupação, acabavam por retornar para o local de origem.

2.3.2 A Fazenda Agropastoril do São Francisco – SAFRA

A fazenda SAFRA – Sociedade Agropastoril do São Francisco LTDA, sociedade empresária limitada, está inscrita no CNPJ sob o número 10.268.969/0001-00, endereço sede distrito Porto de Palha, município de Santa Maria da Boa Vista/PE, criada em 30/10/1972, quando iniciaram suas atividades no Polo Irrigado. Sua principal atividade era a horticultura.

A formação da fazenda Safra começou com a compra de uma pequena lavra de terras de apenas de 100 braças em 18/10/1973, conforme o registro da propriedade no cartório de Santa Maria da Boa Vista/PE. Posteriormente, com a aquisição de várias outras propriedades (em sua grande maioria, de pequenas propriedades), foi aumentando seu tamanho até atingir a área de 2245 hectares. O que evidencia um processo de concentração da propriedade da terra, onde antes predominavam as pequenas posses.

Todo o processo de compra das terras foi feito por um representante da empresa, cujo registro consta na escritura de propriedade e que, posteriormente, assumiu também a gerência da fazenda. Este representante era o engenheiro agrônomo José Teodomiro, quem se acreditava ser o proprietário e que era conhecido pelos camponeses como José Japonês, “[...] o patrão aqui era o José Japonês.” (SOUZA, 27/01/2016).

Diferentemente da Fazenda Catalunha, a Safra não dispunha de um sistema de grande estrutura física, utilizava-se o sistema de irrigação mais simples e mais econômico, não houve, portanto, grandes obras de irrigação e drenagem na propriedade. A fazenda Safra gozava, porém de uma vantagem, possuía uma extensa faixa na beira do Rio São Francisco, ou seja, suas terras eram mais facilmente irrigáveis.

Ilustração 6: Fotografia da casa de bomba da adutora da Fazenda Safra³²



Fonte: Foto de Renato Lucena, 2015.

³² Em comparação ao sistema adutor da Fazenda Catalunha, como se pode ver, era bem mais modesto.

A partir de 1975 teve início o plantio de frutas como pinha, graviola, manga, e, principalmente, melão. A fruticultura não era ainda uma atividade de vulto, mas o melão já ganhava certo destaque. A produção de melão era destinada ao Rio de Janeiro, para onde se dirigiam os cerca de quatro ou cinco caminhões que saíam da propriedade semanalmente. Segundo os depoimentos e entrevistas colhidos, havia alguns trabalhadores permanentes, que moravam na propriedade e desempenhavam a atividade do plantio. Em período de colheita, quando havia um aumento na demanda da força de trabalho, eram contratados diaristas. Encontramos entre os atuais assentados, apenas uma pessoa que presenciou e participou desta fase.

O senhor Francisco Ferreira de Souza, 68 anos, nascido em Patos/PB, ainda criança se mudou para Brejo Santo/CE, chegou a Santa Maria da Boa Vista/PE em 1976, desde então foi trabalhador temporário na fazenda Safra em inúmeras ocasiões. Segundo o entrevistado não se adotava, de início, a produção de meia na propriedade, mas havia moradores na fazenda “[...] tinha muitos, isso aqui por todo canto nesses pé (sic) de árvore ali tinha uma casa velha que o pessoal morava” (SOUZA, 27/01/2016). A moradia concedida assegurava a permanência da mão de obra que nos períodos de plantio tinha demanda oscilante, garantia ainda uma parte da mão de obra dos períodos de colheita quando a demanda aumentava bastante.

Quanto à caracterização do tipo de mão de obra empregada, o entrevistado descreveu como se dava o trabalho de diarista que desenvolveu na propriedade, afirmando que na fazenda vigorava o sistema de barracão. Através deste sistema eram fornecidas aos trabalhadores as mercadorias necessárias ao consumo (alimento, higiene, utensílios, etc) e que depois eram descontadas no ato do pagamento, alguns nem chegavam a receber pagamento em dinheiro. O sistema de barracão era aplicado também aos moradores.

Trabalhei como diarista, ali em cima, nesse alto aí, era um povoadozim [...] antigamente tinha um galpão grande que fornecia para o pessoal, né? A gente trabalhava, mas tirava aquilo em barracão, o saldo que a gente ganhava recebia em comida [...] Ali neste outro alto da caixa d’água é onde tinha os açougue (sic), os matadouros de gado, de bode, de porco, para fornecer o pessoal da fazenda, mas ali só fornecia, e o que a gente ganhava ficava aqui mesmo. (SOUZA, 27/01/2016).

O sistema de barracão se enquadra naquilo que Martin Martín (2007a) aponta como uma forma de controle sobre os trabalhadores diaristas. Tal fornecimento, ao prescindir o pagamento em dinheiro, lhes tirava a possibilidade de fazer compras em outros locais e os obrigava permanecer no local onde existia este fornecimento. No caso dos moradores, isto era

ainda pior, pois gerava débitos que fortaleciam ainda mais este controle e os motivos de permanência na localidade. Na prática é como se trabalhassem em troca apenas de comida.

Os relatos e o INCRA (2002) apontam que no ano de 1979 houve uma grande chuva provocando uma enchente que teria levado a dizimação da produção de graviola. A partir dos anos de 1980, se iniciou uma nova fase da história da Fazenda Safra. A produção de frutas entrou em declínio e a propriedade ficou em estado de semiabandono, o que levou outros grandes proprietários das proximidades a se apossar de parcelas da propriedade. “[...] eles começaram a quebrar e começaram a sair fora até que saíram, até que ficou por conta desses latifundiários” (SOUZA, 27/01/2016).

Verificando o processo de desapropriação da propriedade (INCRA, 2009, p.6) foi possível identificar que quatro pessoas constavam como arrendatários de parcelas da fazenda. Entretanto, os nomes apontados por alguns entrevistados como detentores da posse naquele momento, não se confirmou. Acreditamos que pudesse haver um acordo de arrendamento verbal, ou que os arrendatários oficiais poderiam na verdade ser representantes de outras pessoas (laranjas). Fato é que esses referidos latifundiários passaram a utilizar a mão de obra de meeiros. Foram tornados meeiros os antigos moradores da fazenda que permaneceram na fazenda e passaram a produzir para estes novos “donos da terra”.

A fazenda Safra chega a um estágio de falência e aqui vai se exercer o trabalho de meeiro [...] principalmente essas pessoas que trabalhavam aqui no auge da produção de graviola, da pinha e da manga e que permaneceram morando na fazenda, mais tarde vão assumir a função de meeiros na fazenda. (SILVA, 27/01/2016).

Tratava-se de pequenas explorações com base na mão de obra familiar, produzindo culturas de subsistência como feijão e milho. Mantiveram-se também, em vários casos, a produção de frutas. A produção neste sistema de meação, como regra geral, subentende a divisão da produção em partes iguais. Porém a situação em vários casos era bem mais onerosa. Sobre o período em que foi meeiro o Sr Francisco Ferreira de Souza relata:

A gente trabalhava de meeiro e tinha licença de receber aquele fornecimento [...] era assim, nos plantava, nós colhia o melão, se eu precisasse de trabalhador, eu botava trabalhador dentro de minha roça, dois ou três, três ou quatro ou cinco trabalhador, quando acabasse a colheita aí o patrão ia fazer a conta do dinheiro daquele que eu botei, ia fazer conta do meu fornecimento que eu comi e o dinheiro até aquele da colheita, ia cobrar o veneno, a aração, o adubo, tudo em cima do meu, da minha parte [...] se eu tivesse dado uma produção que sobrasse, eu tinha saldo, mas era muito difícil sobrar pagando este tanto de coisa. (SOUZA, 27/01/2016).

Para Martin Martin (2007a) o sistema de parcerias com repartição de colheitas configura relações de natureza pré-capitalistas, o que, por sua vez, constitui uma característica da semifeudalidade. Além disso, os detalhes salientados pelo entrevistado permite concluir que os mecanismos dos quais dispunha o proprietário poderiam ser utilizados também como uma forma de controle sobre o campesinato. Uma atividade tão onerosa, por vezes, gerava dívidas que obrigavam o camponês a insistir numa nova colheita, na esperança que conseguisse uma produção maior o suficiente para lhe possibilitar saldar as dívidas da colheita anterior. Não conseguindo quitar as dívidas isto poderia se tornar um ciclo infundável.

A partir de 1987, teve início uma terceira fase na história da fazenda Safra, a empresa Etti estabeleceu um acordo para a produção de tomate nas terras da fazenda, e sua destinação direta à própria Etti. Esta produção continuou a se basear no emprego do trabalho do meeiro, o que teria se tornando um atrativo para muitas famílias, já que a produção de tomate tinha a absorção garantida. Uma destas famílias foi a de José Sandro da Silva, 36 anos, que viriam a ser assentados no Safra. Nascido em Ouricuri/PE, José Sandro, ainda criança, migrou com sua família para a região do Polo Irrigado, no final dos anos de 1980, onde sua família produziu tomate por sete anos.

Existia um acordo com o proprietário da terra [...]. Basicamente o que seria acordado era, por exemplo, a questão do incentivo, do plantio e aí desde a aração da terra dos insumos e até um acordo em relação a questão do preço [do tomate], ou seja, um acordo prévio antes da colheita. (SILVA, 27/01/2016, acréscimos nossos).

Disto, fica claro que o caráter da mão de obra empregada na fazenda, nas três fases distintas de organização da sua produção teve o predomínio de relações semifeudais de produção. Particularmente, em relação à produção de tomate que esteve vinculada a uma grande empresa, pertencente a um grande grupo capitalista, também teve a meação como forma de exploração da mão de obra familiar, o que é muito recorrente na pequena produção camponesa.

2.3.3 A Fazenda Ouro Verde

A fazenda Ouro Verde pertencia a Mamoru Yamamoto, imigrante japonês que até década de 1960 residia no Paraná, chegou ao Vale do São Francisco no início da década de 1970 atraído pelas possibilidades da produção de uva em áreas irrigadas. Em 1971 iniciou a compra de pequenos sítios que deram origem à propriedade de nome de Fazenda Ouro Verde, conforme escritura registrada no cartório único do ofício, de Santa Maria da Boa Vista, em 28

de abril de 1977. Com novas compras de pequenas glebas de terra, a propriedade chegaria a 765,5654 ha. Fica assim, evidente, que assim como no caso da Fazenda Safra, trata-se de um processo de concentração da propriedade da terra.

Com base apenas na extensão territorial, a propriedade, seguindo os critérios adotados para as áreas de semiárido, seria considerada uma propriedade de porte médio. Porém, em virtude da faixa de terras que margeava o rio São Francisco, que apresentava relativa facilidade para adoção de sistemas de irrigação, tinha aumentado, em muito, seus índices de produtividade. Este é o provável motivo pelo qual tenha sido considerada, ao final da década de 1980, uma das principais fazendas empresariais agrícolas do Polo Irrigado.

Ilustração 7: Fotografia do trecho do Rio São Francisco que atravessa a propriedade³³



Fonte: Foto de Sérgio Nere, 2012

A fruticultura apenas iniciava seus passos e não atraía ainda os maiores volumes de investimentos se comparada à produção de tomates. Provavelmente as condições naturais e de localização da propriedade tenham sido consideradas adequadas para a produção de uva de mesa, pois possibilitava a utilização de um sistema de irrigação relativamente simples, bem como o próprio emprego de maquinário também menos complexo. Assim, a mão de obra assalariada foi pouco adotada, se restringindo, basicamente, às atividades administrativas.

Diferentemente do tomate, que é uma cultura anual, a uva é uma cultura perene, ou seja, não necessita ser replantada após cada ciclo de safra. Em virtude disto, a manutenção do cultivo necessitava de um volume menor de mão de obra. Na atividade desta fazenda não foi

³³ A proximidade entre o Rio São Francisco e a área plantada possibilitava a adoção de sistemas de irrigação mais simples.

aplicado o assalariamento, mas sim um sistema de arrendamento, através do qual cada arrendatário recebia uma parcela de pouco mais de 0,5 ha de terra.

O Sr. José Amaro dos Santos, 77 anos, nascido em Araripina, que fica a 200 km de Santa Maria da Boa Vista, se deslocou para esta cidade na década de 1980, buscando trabalho na agricultura irrigada, se tornou arrendatário da Fazenda Ouro Verde. O depoimento concedido pelo mesmo revela o caráter das relações de produção (tipo de mão de obra) empregada na Fazenda.

Eu tenho o contrato de arrendamento lá, tá guardado o contrato, porque dentro da Ouro Verde ... eu acho, eu acho mesmo, que é difícil você achar um cadastrado com contrato de arrendamento, tem eu que corri atrás e guardei e que me serviu na hora da requisição para eu me aposentar. (SANTOS, 15/08/2012).

O que ele denomina de cadastrados são os contemplados pelo Projeto de Assentamento, dentre estes alguns trabalharam e produziram para antiga empresa agrícola naquelas mesmas terras. De fato, outros dois entrevistados mencionaram terem morado na Fazenda Ouro Verde e desempenhado atividades de produção na condição de arrendatários (rendeiros), mas nenhum apresentou maiores informações do período. O Sr. José Amaro dos Santos foi quem nos forneceu os detalhes e evidências que procurávamos, inclusive, uma cópia do contrato de arrendamento firmado entre ele e o proprietário da Fazenda Mamuru Yamamoto, documento que o entrevistado ainda guardava consigo após tantos anos.

O comentário feito pelo entrevistado, sobre a importância do contrato de arrendamento para obtenção da aposentadoria, está relacionado ao tipo de mão de obra na qual ele se enquadrava, pois o referido contrato lhe assegurava o direito à aposentadoria rural, ao comprovar que se tratava de um pequeno produtor rural. O direito à aposentadoria para trabalhadores assalariados é obtido mediante o tempo de contribuição à previdência social. Isto nos dá mais um elemento para afirmar que o trabalho desempenhado pelos 80 arrendatários da Fazenda Ouro Verde não era trabalho assalariado.

As relações de produção que existiam na Fazenda Ouro Verde podem ser analisadas a partir das formulações de Martín Martín (2007a) que tipificam a subsistência de relações semifeudais como pilares de sustentação de um capitalismo burocrático. A primeira característica descrita por Martín Martín (2007a) é a manutenção de relações de produção (regimes de propriedade) de natureza pré-capitalista com sistema de pagamento em trabalho, parcerias em colheitas e entregas de parte da produção.

A sexta cláusula do contrato de arrendamento atende exatamente a esta descrição. Ela estabelece que o rateio da uva, onde ambas as partes recebem 50% (cinquenta por cento), segundo o peso da uva, seria feito no armazém sede da Fazenda, sem incluir as despesas com a embalagem. Ou seja, é praticado o sistema de repartição de colheita. Além disso, a referência à despesa com as embalagens, nos permite concluir que a comercialização total da produção é feita pelo proprietário da fazenda e, portanto, o camponês é obrigado entregar a comercialização de toda a produção a este.

Ilustração 8: Fotos dos galpões e do antigo escritório da fazenda onde se fazia a divisão da produção e acerto pela venda das uvas



Fonte: Foto de Sergio Nere, 2012.

A segunda característica é a manutenção e reprodução de um camponês minifundista. Na descrição inicial do contrato de arrendamento menciona uma gleba de terras com dez ruas³⁴ para que o arrendatário, juntamente com sua família, explore a cultura da uva de mesa. Vejamos uma descrição da forma de organização desta produção familiar

Quem labora e conhece uva sabe disto, né? Uma perca de uma safra é um ano de prejuízo, como eu era um cara pobre e não tinha condições, o que é que eu ia fazer? Eu tinha que ir para uma empresa, deixar minha família cuidando do lote que eu tenho o contrato de arrendamento que tá lá em casa. (SANTOS, 15/08/2012).

³⁴Dez ruas de uva da fazenda Ouro Verde correspondia à (30 m X 150 m = 4500 m² ou 0,45 hectares), aproximadamente 0,5 ha.

Esta pequena exploração camponesa conta com o trabalho de todos os membros da família, cujos rendimentos dependem do sucesso ou insucesso da colheita. Além disso, pelo fato de não serem proprietários da terra que lavram, tem seus rendimentos diminuídos uma vez que uma parte destes se destina ao pagamento da renda ao proprietário. Desta forma, o saldo que lhes resta ao final da colheita, por vezes, era insuficiente para assegurar suas necessidades básicas.

Havia ainda o risco da ocorrência de uma colheita ruim ou da perda da safra, o que reforça a necessidade de procurar uma fonte complementar de recursos para sua manutenção, não abdicando, porém, de continuar produzindo em seu lote. Para isto, deixava a produção sobre o cuidado dos outros membros da família. Para Lênin (1982), o campesinato pobre é aquele cujas rendas agrícolas obtidas na parcela da qual dispõe não são suficientes para garantir sua subsistência e de sua família, necessitando completar sua renda com trabalhos em outros estabelecimentos.

Outro aspecto importante é que o mesmo Sr. Amaro, que vende sua força de trabalho e poderia, por isto, aparecer nas estatísticas como mão de obra assalariada, é um camponês arrendatário, exercendo atividade assalariada apenas em caráter complementar. Segundo Bloch (1996) era comum uma família ter um ou mais membros exercendo trabalho assalariado temporário ou permanente para viabilizar a pequena produção familiar.

Outra característica importante se pode extrair numa análise do contrato de arrendamento, identificada a partir das formulações tanto de Lênin (1982), quanto Chilcote (1991), é em relação à posse dos instrumentos de produção utilizados pelo produtor. Quando isto ocorre, significa que não há uma sujeição completa do trabalhador ao capital. O produtor não foi completamente dissociado de seus meios de produção, condição necessária para se tornar, completamente, um trabalhador assalariado. Tal situação se evidencia na quarta cláusula, em que consta que o arrendador não oferecerá utensílios como ferramentas, ou seja, o trabalhador teria que lavrar a terra utilizando os seus instrumentos de produção.

Por fim, a análise das relações de produção na Fazenda Ouro Verde nos permite afirmar que a uva produzida na referida propriedade se dava pela exploração da força de trabalho de pequenos produtores rendeiros, ou seja, não proprietários. Aponta-nos ainda, que parte da mão de obra, definida como assalariada, empregada em outras empresas da região consistia, na verdade, no trabalho de pequenos camponeses pobres que buscavam viabilizar sua produção camponesa familiar com o rendimento complementar obtido com a venda da sua força de trabalho. Esta constituía uma forma de vinculação da mão de obra assalariada com a produção camponesa, evidenciando assim um traço de semifeudalidade.

2.4 TRABALHO ASSALARIADO E LUTA PELA TERRA?

Bloch (1996), com base no relatório preliminar da pesquisa desenvolvida pela CPT, conclui que a região vivia a expansão do trabalho assalariado. A pesquisa citada teve início no ano de 1993, a partir da avaliação de que a instalação dos projetos de irrigação fora acompanhada por profundas mudanças que teriam impactado profundamente na realidade social local.

De modo geral, o avanço da agricultura irrigada pode ser interpretado como uma grande transformação agrícola que, modificando o valor da terra, a estrutura de classes, as dotações de capital e tecnologia e as relações de mercado, foi mais do que o suficiente para alterar os modos de viver e produzir anteriormente existentes. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p.7).

Dentre estas modificações destacava-se a migração e o trabalho assalariado. Tal pesquisa consistia, não apenas numa análise sobre o trabalho assalariado e sim num balanço sobre a implantação dos projetos irrigados. Pois, considerava que o trabalho assalariado era consequência do processo de modernização que teria ocorrido a partir do surgimento da agricultura irrigada.

A CPT em Juazeiro surgiu em 1976, num primeiro momento, motivada pela questão da realocação de milhares de famílias desalojadas para a construção da barragem de Sobradinho. Posteriormente, com a instalação dos primeiros projetos de irrigação, pequenos proprietários e posseiros também perderam suas terras e foram levantadas pela pastoral as reivindicações de assentamento e/ou indenizações dessas famílias. Desta forma a bandeira da luta pela terra, até a década de 1980, permaneceu como o elemento central do trabalho desenvolvido pela instituição.

Ao final dos anos de 1980, a CPT começa a apontar que a região passava por mudanças, indicando modificações em seu trabalho e destacando “a necessidade de priorizar a sua atuação no mundo dos assalariados” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990, p.1). Os relatórios dos anos seguintes demonstram que a concentração das atividades da CPT entre os trabalhadores das grandes empresas da área irrigada, especialmente entre os trabalhadores do corte da cana da Agrovale, se tornara de fato sua atividade principal.

A greve dos trabalhadores do corte da cana da empresa Agrovale, no fim de 1989 e, na sequência, outra paralização, no início de 1990, fortaleceu a avaliação da necessidade de um trabalho específico para os trabalhadores assalariados. Entre os anos de 1990 e 1994, foi estruturado um setor distinto dentro da Pastoral da Terra destinado somente o trabalho com os

assalariados. Marina Rocha Braga, 56 anos, natural de Casa Nova/BA, foi uma das responsáveis pelo início deste trabalho, nos concedeu o seguinte relato:

[...] a CPT percebendo esta demanda, precisava ter uma equipe que assumisse esse trabalho, principalmente porque a CPT não tinha experiência de trabalho com assalariados rurais. Então, havia necessidade de uma formação de equipe, formação, conhecimento da realidade de outras regiões que já existiam trabalho com assalariados. Então, eu vim, inclusive ajudei a organizar para acompanhar estes trabalhadores e trabalhadoras aqui da região. Quando eu cheguei, a primeira experiência que a gente vivenciou foi uma greve dos assalariados rurais da cana-de-açúcar da Agrovale. Então nesta época, neste período, foi a primeira experiência que a gente teve, final de ano de 89, mais ou menos no mês de novembro, o pessoal fez uma greve, paralisou, teve toda uma repercussão, teve uma adesão muito grande dos trabalhadores. (BRAGA, 13/01/2016).

Para Prado Junior (2000), o estatuto do trabalhador rural de 1963 seria o marco para a regulamentação do trabalho no campo e a constituição do operariado agrícola. Para Ianni (1984), o Estatuto do trabalhador e o Estatuto da terra de 1964 representavam a evolução do capitalismo no campo, o primeiro quanto ao surgimento de novas relações de produção no campo, o segundo quanto à penetração de capital e à evolução técnica. Para ambos, Ianni (1984) e Prado Junior (2000), este processo resultaria numa diminuição gradativa do campesinato e no correspondente aumento da classe operária do campo. Com isto, a luta de classes no campo assumiria cada vez mais o caráter de luta por direitos trabalhistas.

Posteriormente Ianni (1984) afirmaria que ocorrera o crescimento do proletariado agrícola no campo “no sentido de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, por tarefa, empreitada, dia, semana ou mês” (IANNI, 1984, 162). O que, é necessário frisar, não corresponde ao estabelecimento de relações assalariadas plenamente desenvolvidas. Entretanto, este crescimento do operário agrícola não teria significado a redução do campesinato que, ao contrário, estava crescendo em medida superior ao trabalho assalariado no campo, o que ele denominou de recamponesação da economia agrícola. “Cresce numa nova forma, articulada com a produção mercantil, subordinada ao grande empreendimento econômico de comercialização” (IANNI, 1984, p. 152). Esta recamponesação significava que a luta pela terra não apenas se mantinha como uma necessidade, mas que se ampliava.

Na apresentação dos objetivos do segundo capítulo do relatório preliminar da CPT (1995), que enfoca as relações sociais de produção, é destacada a “heterogeneidade e segmentação do mercado de trabalho local” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995, p. 24). Refere-se ao trabalho temporário (sazonal), por dia, entre outras, que vigorava nas grandes empresas. Entretanto, em consonância com as interpretações de Prado Junior (2000)

e, inicialmente de Ianni (1984), a CPT acreditava que o capitalismo havia se consolidado e que a classe operária se tornava predominante na estrutura de classes da região.

O trabalho anterior desenvolvido pela CPT, entre os pequenos proprietários ou pequenos camponeses sem terra, tinha como reivindicação o acesso à propriedade ou regularização da propriedade da terra. O trabalho entre assalariados tinha como objetivo a reivindicação da aplicação das leis trabalhistas, bem como o apoio à formação de sindicatos no setor e a organização de greves. Ocorre, porém, que entre os assalariados, muitos trabalhadores desejavam restabelecer a pequena produção camponesa. Daí que, segundo Marina Rocha, o trabalho da CPT se orientaria no seguinte sentido:

[...] nós trabalharmos para que os trabalhadores assalariados, que na busca pelos direitos, é o seguinte: aqueles que querem voltar para a terra nós vamos apoiar as ocupações e aqueles que querem defender seus direitos e querem continuar trabalhando enquanto empregados, nós vamos apoiar a defesa de seus direitos [...].(BRAGA, 13/01/2016).

Como se pode perceber, há o reconhecimento de que uma parcela da massa de assalariados continuava tendo como reivindicação a democratização do acesso à propriedade da terra. Porém, fica evidente que as atividades se concentraram na defesa dos direitos trabalhistas e na organização de greves, identificadas como forma principal de manifestação da luta de classes na região.

A verdade é que, de maneira subjacente à produção agroindustrial de grandes grupos como Cica, Etti e Carrefour, que determinavam a orientação da produção agrícola da região, subsistiam as formas de produção camponesa. A meação identificada nas fazendas Safra e Ouro Verde constituiu o principal tipo de mão de obra empregada nestas e em diversas outras fazendas empresariais. Entre os meeiros da fazenda Ouro Verde identificamos como o trabalho assalariado, em vários casos, tinha por objetivo ajudar na manutenção da produção do camponês meeiro.

Muito mais difundida que as relações assalariadas era a prática da meação no Polo Irrigado. Enquanto o assalariamento, em maior volume, tinha caráter temporário, a meação era permanente. Um estudo, cujos resultados foram publicados em 1988 sobre a utilização da parceria³⁵ na atividade agrícola do Polo Irrigado concluía que “regra geral na área empresarial constata-se a presença da parceria como uma das formas de ocupação da área irrigada [...]” (GRAZIANO DA SILVA, 1988, p. 36).

³⁵ O trabalho tem por objetivo abordar a utilização da parceria na agricultura brasileira e o termo meação é compreendido como um termo regional que teria o mesmo sentido de parceria.

Mesmo no caso da fazenda Catalunha, em que havia o emprego de mão de obra assalariada permanente, seu volume era bastante reduzido se comparado com o trabalho sazonal, suprido com a busca de trabalhadores de origem camponesa, em outras cidades sertanejas e até de outros estados. Com base no perfil dos trabalhadores da irrigação, apreendidos da pesquisa da CPT, podemos afirmar que a maioria destes trabalhadores que desempenhava trabalho temporário era também de pequenos camponeses, rendeiros ou meeiros em seus locais de origem.

O trabalhador jornaleiro (diarista) possui um duplo caráter, é um camponês pobre que não consegue assegurar suas necessidades básicas a partir de sua própria produção e, ao ser obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência adota relações mais próximas do trabalho assalariado. Entretanto o seu caráter essencial continua sendo o de camponês, pois ainda está vinculado à produção camponesa por diversas formas, como demonstramos. Qual seria então o critério para definir se este trabalhador é operário agrícola ou um camponês? O critério é o conteúdo de suas reivindicações.

Para Martin Martin (2006), quando o conteúdo de sua reivindicação é econômica – aumento salarial, direitos trabalhistas – o trabalhador diarista se identifica com o proletariado agrícola, mas quando sua reivindicação é a democratização da terra a identificação é com o pequeno camponês. Quando a crise do capitalismo burocrático se fez sentir na região, reduzindo os incentivos e benefícios e levando à fuga de grandes capitais, como dos grupos Etti e Cica, para outras regiões, a grande massa populacional concentrada na região protagonizou intensos movimentos, cuja reivindicação era o acesso à propriedade da terra.

É necessário reconhecer que a greve da Agrovale, no ano de 1994, foi um movimento massivo, que teve grande repercussão e conquistou a adesão de trabalhadores de outras empresas agrícolas da região. Ainda assim, tratou-se de um movimento que envolveu, fundamentalmente, os canavieiros da Agrovale. Comparando-se com o conjunto de trabalhadores da agricultura irrigada representou um universo muito pequeno. Em contrapartida, a onda de ocupações de terra, que ao longo de cinco anos deu origem a mais de 200 acampamentos, atingiu uma dimensão muito maior. A grande maioria dos trabalhadores vinculados à agricultura irrigada tinha como reivindicação a democratização do acesso à terra, por isto podemos afirmar a região ainda se constituía, majoritariamente, de camponeses.

Neste capítulo procuramos demonstrar que a agricultura empresarial provocou grande concentração populacional na região. Porém, não foi capaz de criar, efetivamente, um setor urbano-industrial, embora contasse com grandes capitais e alta tecnologia. Os trabalhadores que se deslocaram para a região, cuja origem, na maioria dos casos, era camponesa,

continuaram, por diversas formas, vinculados a pequena produção camponesa. A prática da meação, o trabalho diarista complementar a pequena produção e, mesmo, o assalariamento se evidenciam como formas de viabilizar a pequena produção.

Dessa forma, a reivindicação desta classe continuou sendo a democratização do acesso a terra e no momento em que a crise se instaurou na região, fruto do esgotamento do modelo implementado, a luta dos camponeses pela posse da terra se difundiu em toda a região. No próximo capítulo, analisaremos o auge da luta pela terra na região, a partir de 1995, como expressão da luta de classes entre camponeses pobres e grandes proprietários rurais e, em consequência dela, a conformação dos assentamentos Safra, Catalunha e Ouro Verde.

3 LUTA DE CLASSES NO POLO IRRIGADO (1995-1998)

Neste capítulo vamos analisar a criação dos P.A's Safra, Ouro verde e Catalunha, no contexto geral da luta pela terra no Brasil e, de maneira particular, na luta pela terra na região, de acordo com suas características e dinâmica próprias. Em meados dos anos de 1990 um novo despertar da luta pela terra se anunciava em diferentes partes do país. No Vale do São Francisco, as greves de trabalhadores de algumas empresas agrícolas, principalmente, do setor canavieiro, vinham tomando corpo desde o fim dos anos de 1980. A partir de 1995, a luta pela terra passava ao papel de destaque, primeiro com os colonos dos perímetros irrigados e, logo, com as ocupações de terra.

As mobilizações e a luta pela terra conquistaram grande adesão na região. No lado baiano do Polo Irrigado destacou-se a cidade de Casa Nova, no lado Pernambucano a cidade de Santa Maria da Boa Vista, onde se concentraram as primeiras e principais ocupações de terra. Em consequência desta grande adesão, se deu uma generalização das ocupações que em alguns meses já eram dezenas. O objetivo de tais ações era a reivindicação da aplicação da política de reforma agrária, recém-regulamentada pela lei 8.629/93.

Pela dimensão que alcançou, tanto pelo número de pessoas envolvidas, quanto pela repercussão, a luta pela terra foi muito mais expressiva que as greves nas empresas agrícolas que, em alguma medida, ainda prosseguiam. Nesse sentido, consideramos que a forma principal pela qual a luta de classes se concretizou, na região do Polo irrigado do Vale dos São Francisco, foi a luta dos camponeses pobres pelo direito à posse e propriedade da terra. A luta de classes dos camponeses pobres, sem terra ou com pouca terra, contra latifundiários e grandes empresas agrícolas, como o confronto entre duas formas antagônicas de propriedade fundiária. Procuraremos então debater mais detidamente a luta dos camponeses pela posse da terra na região, dentro de um contexto de nova ascensão da luta pela terra no Brasil.

Para a elaboração deste capítulo, utilizamos como referenciais teóricos Moore Junior (1983), Marx (2011) e outros autores clássicos do marxismo, além de marxistas contemporâneos como Martin Martin (2007). Quanto às fontes, utilizamos a grande imprensa nacional, regional e local. Jornais de circulação nacional como **Folha de São Paulo**, **Jornal do Comércio**, de Pernambuco, **Jornal de Juazeiro**, dos quais procuramos apreender informações através das notícias sobre os acontecimentos da luta pela terra em nível nacional, bem como sobre as ocupações e os processos de conformação dos projetos de assentamentos na região. Consultamos também a imprensa popular, o **JTRST**, jornal do MST. Consultamos ainda documentos oficiais do INCRA, documentos cartoriais e, inclusive, do poder judiciário,

para obter informações sobre a execução da política de reforma agrária. Recorremos a alguns documentos e publicações do MST e das Ligas Camponesas, afim de abordar o conteúdo e significado da Lei de reforma agrária. Adotamos também fontes orais, cujo perfil dos entrevistados era de camponeses que vivenciaram as ocupações e a criação dos assentamentos. Os depoimentos nos ofertaram informações que fazem parte da elaboração de suas próprias experiências de vida, tomamos “as entrevistas como ações (ou narrações), e não somente como relatos do passado” (ABERTI, 2004, p. 25).

3.1 OS CAMPONESES E A LUTA DE CLASSES

Para Moore Junior (1983) o desenvolvimento da agricultura comercial e o papel desempenhado pelo campesinato nas transformações sociais se constituíram como elementos fundamentais para o estabelecimento das democracias ocidentais e de suas respectivas estruturas fundiárias. A França é o exemplo característico, no qual a aliança entre os camponeses e a burguesia urbana, no processo revolucionário dirigido contra o rei e a aristocracia, teve como resultado final a democracia parlamentar que promoveu a distribuição territorial. Por outro lado, a Alemanha foi a expressão mais evidente da aliança entre a classe dos grandes proprietários rurais e a fraca burguesia urbana, responsável por reprimir e esmagar as lutas camponesas que se iniciaram. O resultado foi a conformação de um Estado semiparlamentar³⁶, no qual foi preservada a grande propriedade territorial.

Das formulações de Moore (1983) podemos apreender que a questão agrário-camponesa guarda relação direta com a evolução econômica, social e política que constituíram as bases para formação das principais nações capitalistas do mundo atual. E, ainda, que a relação entre camponeses e grandes proprietários foi um elemento fundamental para a formação do mundo moderno.

O papel dos camponeses na luta de classes despertou o interesse dos formuladores do marxismo, ainda no início de sua produção teórica. A participação do campesinato nos eventos que fizeram parte da onda revolucionária que se estendeu por toda a Europa, em 1848, foi analisada por Marx e Engels, respectivamente na França e Alemanha.

Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, texto publicado pela primeira vez em 1852, Marx (2011) analisa, especificamente, a realidade francesa, cujos eventos da onda revolucionária culminaram no golpe de Estado dado por Luís Bonaparte que se

³⁶ Para Moore (1983) o autoritarismo era uma componente deste Estado semiparlamentar.

autoproclamou Imperador Napoleão III. Como parte de sua investigação, procura entender a relação entre o golpe de Estado e a atuação política do campesinato no referido desfecho. Engels (2010), em *As guerras camponesas na Alemanha*, publicada em 1850, na Nova Gazeta Renana³⁷, procura demonstrar de que forma as contundentes ações do campesinato serviram a formação e consolidação do Estado Nacional alemão, no qual a nobreza logrou preservar seu domínio.

Para Marx (2011), a força política do campesinato, que consistia na classe mais numerosa da França de meados do século XIX, foi o fiel da balança no qual Luís Bonaparte se apoiara em meio à intrincada disputa entre as diversas classes e grupos que se confrontavam pela supremacia na estrutura do Aparato Estatal. Para Engels (2010) os grandes beneficiários da revolução de 1848, ou seja, das guerras camponesas, na Alemanha, foram os príncipes da Áustria e da Prússia. Segundo as análises de Marx e Engels é possível afirmar que o campesinato representou uma força numerosa, com potencial de grande radicalidade e que desempenhou papel decisivo na luta de classes, na formação das nações europeias e na consolidação do capitalismo na Europa. Sintetizando a importância que tinha cobrado a questão camponesa na teoria desenvolvida por Marx e Engels, o segundo afirmou em 1894:

Os partidos burgueses e reacionários admiram-se extraordinariamente que, de repente, os socialistas [comunistas] coloquem agora e em todos os lugares na ordem do dia o problema camponês. Na realidade deveriam espantar-se de que isto não tenha já sido feito há muito. Da Irlanda à Sicília, da Andaluzia até a Rússia e a Bulgária, o camponês é um elemento essencial da população, da produção e do poder político. (ENGELS, 1977, p.421, tradução e acréscimos nossos).

No II Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1919, em torno do debate sobre o problema nacional e colonial, foi apontada a relevância da questão agrária e camponesa para o processo revolucionário, sobretudo nos países localizados fora do círculo da Europa ocidental. Afirmava-se que, nos países atrasados, era necessário dar apoio ao movimento camponês contra os latifundiários, contra a propriedade latifundiária e contra todas as manifestações ou sobrevivências do feudalismo; e esforçar-se por exortar de ânimo revolucionário o movimento camponês, estabelecendo a aliança entre o proletariado comunista e o movimento camponês revolucionário (LÊNIN, 1979).

Na China, a questão agrária, como traço econômico e social característico, e o campesinato, como classe mais numerosa da sociedade, foram os elementos chave para a

³⁷ Em alemão: *Neue Rheinische Zeitung*, revista de política e economia dirigida por Karl Marx.

unificação e o desenvolvimento econômico do país. Em 1927 tivera início a guerra popular na China, através da qual os comunistas chegaram ao poder em 1949. A força principal da revolução chinesa foi a classe camponesa, especialmente os camponeses pobres. Diante dos insucessos das tentativas de insurreições em algumas cidades e das perseguições do Kuomintang, os membros do Partido Comunista da China se deslocam para o campo.

A linha política desenvolvida pelo Partido Comunista consistia em mobilizar as massas camponesas em torno de um programa de distribuição das terras tomadas dos latifundiários. Em seguida, pela conformação de um poder que concretizasse a aliança entre os camponeses e os comunistas a nível local, a partir do qual se estabelecesse gradualmente um novo Poder Político em toda a nação. Este programa partia de uma interpretação da realidade chinesa, com base na dialética materialista, e considerava a contradição entre camponeses pobres e semifeudalidade (sistema latifundiário) como a contradição principal da sociedade chinesa.

As formulações de Mao Tsetung (1979), decorrentes da revolução na China, aprofundando os apontamentos da Internacional Comunista, estabeleceram que na realidade dos países dominados pelo imperialismo, nos quais o problema agrário-camponês não tenha sido resolvido, este constitui a contradição principal. Como decorrência, a principal e mais evidente forma de manifestação da luta de classes é a luta pela terra.

3.2 BRASIL – LUTA DE CLASSES NO CAMPO

O regime de propriedade instituídos no Brasil e a estrutura fundiária que se formava em consequência dele, constituíram um obstáculo à formação da pequena propriedade camponesa. Para Guimarães (1968), ainda que, no quadro da produção açucareira, alguns indivíduos menos abastados tenham recebido sesmarias, cujas dimensões eram menores, foram criados diversos mecanismos jurídicos para submetê-los à grande propriedade. Exemplo disso foi a proibição da produção de aguardente e perseguição aos engenhos que insistisse em produzi-la. O resultado foi a vinculação dos pequenos sesmeiros à grande produção de açúcar, o que, por fim, teria os convertido em agregados dos grandes latifúndios.

A pequena propriedade camponesa no Brasil só teria, efetivamente, sido conformada no século XIX. Para tanto percorreu um longo e secular caminho que se iniciara ainda no século XVI e que, acima de tudo, fora resultado da própria luta camponesa. “Jamais ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o

inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa” (GUIMARÃES, 1969, p. 110).

Neste processo, de luta e enfrentamento ao sistema latifundiário, a figura do posseiro ou intruso teve o papel central. A posse foi o caminho pelo qual se conformou a pequena propriedade que, de início, não contou com nenhum respaldo da legislação. As posses consistiam em ocupações que, inicialmente, buscavam as faixas de terras de intervalos existentes entre sesmarias diferentes. Posteriormente, passaram a ocupar sesmarias abandonadas ou não cultivadas e, por fim, se dirigiram para as terras devolutas ou mesmo para as terras de latifúndios semiexplorados. Tais ocupações eram feitas pelas massas camponesas individualmente, em pequenos grupos ou grandes aglomerações.

Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história como arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra. (GUIMARÃES, 1968, p. 113)

No período compreendido entre 1822, com a revogação da lei de sesmarias, e a aprovação da lei de terras de 1850, houve a generalização de ocupações e expansão das propriedades constituídas por posses, em disputas pelas quais muitos pagaram com a própria vida. Em alguns casos as posses também serviram à conformação de latifúndios, porém, enquanto o latifúndio contava com todo o amparo da legislação e os aparatos e instituições estatais, para a pequena propriedade a posse representava a única via. Através dela se abriu uma fenda no sistema latifundiário e as posses se consagraram como via de obtenção de propriedade. “A ocupação e o cultivo de terras devolutas viria a ser considerada, inclusive, o modo legítimo de aquisição de domínio” (CIRNE LIMA *apud* GUIMARÃES, 1968, p. 114) .

O aumento populacional em virtude da descoberta do ouro nas regiões de Minas Gerais, mas também no centro oeste e na Bahia, trouxeram consigo a necessidade da produção de gêneros alimentícios em maior volume, o que também constituía um estímulo à expansão da pequena propriedade. Entretanto com a Lei de terras de 1850, que estabelecia a compra como o único mecanismo oficial de aquisição de propriedade, erigiu-se uma nova barreira à expansão da pequena propriedade. Barreira que continuaria existindo após a Proclamação da República (1889).

A partir da segunda metade do século XIX, quando o café se tornou o principal item brasileiro no mercado internacional, o centro de gravidade da economia agroexportadora, que até então tinha na região nordeste sua estrutura colonial mais tradicional, baseada na cana de

açúcar, foi transferido para a região sul³⁸, que então se tornou o núcleo econômico mais dinâmico do território nacional.

No Nordeste, a situação agravou-se quando, na segunda metade do século XIX, o centro da gravidade econômica se foi transferindo gradativamente para o Sul, mais desenvolvido do ponto de vista capitalista. O Nordeste, com seus arraigados remanescentes feudais e acentuada debilidade técnica, foi perdendo terreno em todos os domínios. (FACÓ, 1965, p.14)

O impacto destas modificações para a região nordeste significou a decadência econômica, da qual jamais se recuperariam completamente as classes latifundiárias locais, fazendo acentuar as mazelas decorrentes do monopólio da terra. Embora os latifundiários em geral exercessem a hegemonia política no contexto nacional, a região nordeste ficaria desde então subjugada, econômica e politicamente, em relação ao centro sul do país. Mesmo em decadência, na região nordeste, o sistema latifundiário não foi desmembrado, os latifundiários conservaram seu poder político, mantendo subjugada uma grande massa de camponeses. Ao latifúndio interessa ter a sua disposição a mão de obra da qual necessita, particularmente nos períodos de safra quando se exige um volume maior.

Ao mesmo tempo em que o latifúndio impede o acesso à propriedade da terra a milhares de camponeses, oferece pequenas parcelas cedidas para o cultivo em regime de parceria ou arrendamento. Dessa forma o latifundiário assegura sua reserva de mão de obra cativa, já que os camponeses sem alternativa são obrigados a aceitarem a condição de morador ou agregado. Porém, o latifúndio nunca fora capaz absorver a totalidade da mão de obra desta massa de camponeses sem terra, devido à própria dinâmica de produção que necessita de maior volume de mão de obra apenas numa parte do ano. Era grande o número daqueles que não encontravam ocupação e perambulavam em busca de terra para plantar, trabalho e comida. “Cria-se no Nordeste uma espécie de nomadismo permanente, que as secas só fazem aumentar e dar características mais trágicas”. (FACÓ, 1965, p. 33)

3.2.1 De Canudos às Ligas Camponesas

É no contexto descrito acima que, no ano de 1893, Antônio Conselheiro arregimentou grande número de seguidores. Muitos despossuídos e pequenos camponeses pobres o seguiram até a abandonada fazenda Canudos, batizada por ele de Arraial de Belo Monte. A

³⁸ A incorporação de significativa parte do território que veio compor a região sul, oficialmente, se deu apenas no século XVIII e sua ocupação efetiva já no século XIX. Até então os territórios que hoje compõem os Estados de São Paulo e Rio De Janeiro compunham o que era considerada a parte sul dos domínios da Coroa Portuguesa e posteriormente do Brasil Império.

antiga fazenda em ruínas se tornou o ponto para onde afluía um numero cada vez maior de pessoas que encontravam ali o sonhado pedaço de terra para plantar. No auge de sua prosperidade, Belo Monte reuniu aproximadamente 30 mil pessoas, constituindo a segunda maior aglomeração de pessoas do Estado da Bahia, ficando atrás apenas da capital, Salvador.

A existência do arraial de Belo monte no Sertão baiano afetava diretamente os interesses dos latifundiários, já que a massa de agregados e moradores de suas fazendas acorria para o arraial, gerando sérios problemas de escassez de mão-de-obra, afetando a estabilidade da produção nos latifúndios. Daí que se desatou uma intensa campanha, inicialmente, taxando-os de fanáticos e logo de monarquistas. Isto serviu como justificativa para a intensa repressão por parte das forças oficiais do Estado que, mobilizando um imenso contingente militar em quatro expedições, dizimou o arraial de Belo Monte.

Com canudos, a questão agrário-camponesa se evidencia como uma questão fundamental para a formação da nação brasileira, diante da recém-proclamada república, que historiografia denominaria mais tarde de Republica velha. Mais do que isto, revelaria a gravidade da confrontação entre sistema latifundiário e camponato pobre, como expressão da luta de classes no país. Desde então, em muitas outras ocasiões posteriores, esta contradição novamente viria à tona.

À semelhança de Canudos, deram-se outros enfrentamentos envolvendo grandes contingentes de massas camponesas, todos reprimidos. Forças oficiais foram enviadas para reprimir camponeses na guerra do Contestado³⁹ (1912-1916), numa região habitada por posseiros, na qual os monges⁴⁰ chegaram a reunir 12 mil pessoas, que empreenderam uma resistência armada por cerca de quatro anos. Voltando à região nordeste, no ano de 1926 foi conformada a comunidade do Caldeirão, pelo beato José Lourenço, no município do Crato/CE, cuja prosperidade, à semelhança de Canudos, fez com que ela se tornasse um ponto de atração de pessoas de diversas partes da região nordeste. Em 1938 uma expedição militar, composta por forças federais e estaduais, foi enviada para destruí-la, seus remanescentes se deslocaram para a fazenda Pau de colher, na cidade de Casa Nova/BA, que também foi destruída, no mesmo ano, por aparatos militares oficiais.

A destruição das comunidades de Caldeirão e Pau de Colher ocorreu em 1938, portanto, após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930. O Movimento Liberal de 1930 é

³⁹ A região recebeu este nome por que se tratava de uma área em litígio, localizada entre os limites dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

⁴⁰ Os monges do contestado, como se tornaram conhecidos, reuniam-se em torno do monge José Maria que “deu início à organização de uma comunidade que misturava preparativos militares e cerimônias religiosas” (HERMANN, 2003, p. 150)

considerado, por muitos, como marco da nova república, da consolidação do poder da burguesia e industrialização do país. Entretanto, no fundamental, o poder das classes latifundiárias não foi afetado, sem que, mais uma vez, a democratização do acesso a terra viesse a se efetivar no país.

Em tais movimentos, embora exista uma componente religiosa, ficam evidentes as motivações decorrentes do problema agrário, particularmente, quanto à posse das terras em que viviam. Nesta fase em que predominava, nas áreas rurais brasileiras, a dispersão entre as massas camponesas, as classes dominantes interpretavam possíveis ajuntamentos como um perigo que eram logo reprimidos e dispersados. Neste sentido, para Facó (1965), os traços de religiosidade popular representavam o elemento de coesão ideológica através dos quais as classes camponesas se separavam das classes e grupos que as dominavam, buscando sua própria via de libertação. Os aspectos religiosos cumpriam o papel de aglutinar tais ajuntamentos que representavam formas espontâneas de lutas.

Uma nova fase da luta camponesa no Brasil se deu a partir dos anos de 1940. As resistências armadas das lutas camponesas, de Porecatu e Trombas e Formoso, representam uma elevação da experiência e capacidade de organização do campesinato brasileiro. Seus vínculos de unidade, ultrapassando os aspectos religiosos, expressam claramente a reivindicação e defesa da posse da terra. Com ações radicais e massivas, o campesinato atemorizou os expoentes do Estado Brasileiro, que se viu obrigado a conceder os títulos de propriedade das terras pelas quais os camponeses lutavam.

A região de Porecatu, no norte do Paraná, no ano de 1944 se tornara alvo de um plano de expansão da cafeicultura. Assim, os órgãos oficiais iniciam a demarcação de lotes, estimulando a chegada de cafeicultores interessados a formarem grandes fazendas de café. Os camponeses posseiros, que habitavam a região passam a ser ameaçados por jagunços que exigiam sua retirada do local. Isto levou à eclosão de conflitos armados, primeiro resistindo aos jagunços e logo resistindo às forças militares do Estado do Paraná, quando da intervenção destas. Os conflitos armados se estenderam até 1951.

Segundo Oikawa (2011) a resistência de Porecatu contou com o envolvimento do PCB e, no ano de 1948, chegou a controlar um perímetro de 40 km, quando foram fundadas as duas primeiras associações de lavradores do Brasil, que até o final do conflito somariam 12, já com o nome de Ligas Camponesas. Em Porecatu foi assinado o primeiro decreto de desapropriação de terras no país.

Formoso das Trombas⁴¹ era uma região de terras férteis e devolutas, desde décadas anteriores habitadas por pequenos posseiros, quando a construção da BR-153, rodovia Belém-Brasília, provocou a elevação dos preços das terras da região. Em virtude disto, alguns latifundiários objetivavam se apropriar das referidas terras. Partindo de uma ação de grilagem, que foi acatada pelo Juiz da Comarca de Uruaçu/GO, passaram a cobrar rendas, exigindo que os camponeses assinassem um contrato de arrendamento pelo qual deveriam entregar 50% da produção. Aqueles que se recusavam a assinar o contrato sofriam violência física, queima das roças e o confisco de toda a colheita.

A tentativa de confisco de toda a produção e de assassinato de um camponês, que se recusou a assinar o contrato de arrendamento, marcou o início da resistência armada. A partir daí, as massas camponesas se reuniram na Associação dos trabalhadores agrícolas de Goiás, sob a liderança de José Porfírio de Souza. Durante cerca de 5 anos, milhares de posseiros sustentaram uma resistência armada em terras que, ao final do conflito, conquistaram oficialmente. A luta de Trombas e Formoso contou com o apoio do PCB, que neste momento, influenciado pela Revolução Chinesa, passava a se dedicar a organização do movimento camponês. Em 1954, o mesmo PCB criou a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas), que tinha por finalidade coordenar as associações camponesas e concretizar a aliança entre operários e camponeses.

Ainda na década de 1950, os Estados da região nordeste do Brasil voltariam a protagonizar episódios da luta pela terra. Desta vez, o setor do campesinato mobilizado era inicialmente a massa de foreiros (composta, geralmente, por parceiros, meeiros e agregados), cujas reivindicações eram relacionadas à onerosa cobrança do foro e ao direito à permanência na terra. Assim surgiram as Ligas Camponesas do Nordeste. As Ligas Camponesas se estenderam pelos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Organizando a massa de foreiros e posseiros, lutavam pela permanência nas terras em que trabalhavam e viviam. Como parte da luta empenhavam ações jurídicas, com base nas leis vigentes então no país e, em 1959, conquistaram a desapropriação do Engenho Galileia.

Alcançaram repercussão nacional e angariaram grande apoio de amplos setores da sociedade brasileira. Enfrentaram a reação dos latifundiários, tendo um de seus líderes, João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. No início dos anos de 1960, as Ligas já estavam presentes em vários estados espalhadas por todas as regiões do país. As Ligas atuavam junto à

⁴¹ Na década de 1960 dariam origem a dois municípios independentes: Trombas e Formoso.

ULTAB e no I Congresso Nacional dos Trabalhadores agrícolas, realizado em 1961, saíram vitoriosos “com a bandeira ‘reforma agrária na lei ou na marra’”. (LIMA, 2005, p. 33).

Com o golpe militar de 1964, desatou-se uma grande perseguição às lideranças e forte repressão às massas camponesas. A iniciativa do PCdoB, em deflagrar um movimento revolucionário mobilizando as massas camponesas, com a guerrilha do Araguaia, no norte do país, bem como as tentativas do PCR em reorganizar o movimento camponês na região canavieira do nordeste sofreram derrotas. Foram muitas as mortes e prisões que resultaram na desarticulação do movimento. Embora a questão agrário-camponesa não tenha deixado de existir, em meio à construção de barragens e a criação dos Projetos de Colonização que promoveram o desalojamento de muitas famílias de camponeses pobres, a luta camponesa não contava com uma expressão mais organizada⁴².

3.2.2 Ressurgimento e novo auge da luta camponesa

Somente a partir de 1979 as mobilizações camponesas voltariam a repercutir nacionalmente e a ganhar força política com o surgimento de ocupações no sul do país, processo do qual resultaria a conformação do MST. Entretanto, a luta pela terra só voltaria ao centro da cena política nacional a partir de meados dos anos de 1980 e atingiria seu cume nos anos de 1990. Destacaram-se os encontros ocorridos na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara/ RO (1995) e Eldorado dos Carajás/PA (1996), bem como as tensões ocorridas na região do pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo.

A Fazenda Santa Elina, município de Corumbiara/RO, em 09 de agosto de 1995, foi atacada por pistoleiros e policiais militares armados, o episódio ficou conhecido como *O Massacre de Corumbiara*. Segundo a CPT *apud* Martins (2009), a área abandonada que possuía, aproximadamente, 18 mil hectares, fazia parte de um projeto de irrigação cujo proprietário se encontrava inadimplente e, por isto, a terra deveria ser retomada pelo Estado e destinada a reforma agrária. Estava ocupada por cerca de 600 famílias organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara/RO, desde o dia 15 de julho.

No dia 20 de julho, cinco dias depois da ocupação, houve a primeira tentativa de reintegração de posse envolvendo 40 policiais militares. A reintegração de posse não foi cumprida por que os camponeses reagiram ao despejo das famílias e um camponês foi baleado pela PM. Segundo Martins (2009), desde então se desatou uma propaganda na imprensa local e nacional (**Jornal do Brasil e Estado de São Paulo**) condenando a demora

⁴²A única organização com atuação entre as massas camponesas, na época, era a CPT.

no cumprimento da ordem de reintegração de posse e exigindo sua execução. Quando do ataque, no dia 09 de agosto, cerca de 2300 pessoas se encontravam no acampamento. o resultado foi a morte de 12 camponeses, entre eles uma criança de apenas sete anos de idade. A repercussão dos acontecimentos gerou comoção e indignação por todo o país.

No mesmo ano de 1995, a região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, composto por mais de trinta cidades, registrou dezenas de ocupações, destacando-se os municípios de Teodoro Sampaio, Epitácio Pessoa, Presidente Wenceslau e Mirante do Paranapanema. As ocupações na região, que haviam se iniciado alguns anos antes, a partir de 1995, multiplicaram-se enormemente. O avanço das ocupações de terra, por um lado, e a preocupação e reação dos proprietários de terra, na região, levariam a determinação da prisão de alguns militantes do MST.

A primeira ordem judicial de prisão foi expedida, em outubro de 1995, contra Diolinda Alves de Souza, Márcio Barreto, José Rainha Jr e Laércio Barbosa. No dia 30 daquele mesmo mês, foram presos Diolinda e Márcio Barreto, acusados de formação de quadrilha para ocupação de terra, ambos presos na cidade de Teodoro Sampaio, onde residiam, e logo enviados para o Complexo Penitenciário do Carandiru, na Capital paulista, onde permaneceram por 17 dias, até obterem a concessão de relaxamento de prisão. José Rainha e Laércio Barbosa não foram encontrados, permanecendo na condição de foragidos até serem contemplados pela mesma decisão judicial que libertou Diolinda e Márcio.

No dia 25 de janeiro de 1996, novamente, Diolinda e Márcio voltariam a ser presos e, mais uma vez, José Rainha Jr e Laércio Barbosa se tornariam foragidos. Neste momento as ocupações de terra se expandiam por todos os Estados brasileiros. **O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** – JTRST possuía uma coluna que, mensalmente, trazia informações sobre as ações de tomadas de terras ocorridas em diferentes partes do país. Através desta coluna é possível identificar o aumento vertiginoso do número das ocupações partir de 1995⁴³, já atingindo praticamente todos os Estados brasileiros. No ano de 1996 seguiram em curva ascendente até o ano 2000. Segundo a CPT, o período compreendido entre 1996 e 2000 foi o período de maior média anual de ocupações⁴⁴. Quanto à região do Pontal do

⁴³ Comparando-se as notícias sobre as tomadas de terra que constam no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos 12 números editados naquele ano, com os registros de ações, nas edições mensais dos anos anteriores (1991 a 1994) se verifica o aumento na quantidade das ocupações e sua expansão para outros Estados e regiões.

⁴⁴ Considerada dentro do ciclo que vai de 1985 até 2009. Ainda segundo a CPT (2010) houve, no período, um significativo aumento da média anual de conflitos por terra (90%) e também da média anual de famílias envolvidas nesses conflitos (142%).

Paranapanema, se evidenciava com a região de maior repercussão da luta pela terra no Brasil⁴⁵.

As prisões, que pretendiam criminalizar a luta pela terra, tornando-as casos de polícia, tinham o objetivo de tentar conter a onda de ocupações. Isto fica comprovado pelo fato de que o relaxamento do pedido de prisão dos integrantes do MST se deu depois de firmado um acordo de interrupção nas tomadas de terras na região, neste acordo foi também fixado o pagamento de fiança. Em 1997, uma nova determinação de prisão seria expedida, sob a alegação de que a realização de novas ocupações de terra teria configurado a quebra do acordo e da fiança.

As novas prisões também repercutiram muito e geraram intenso debate. Amplos setores da população, incluindo intelectuais e artistas, se manifestaram contrários às determinações judiciais. Segundo o **JTRST**⁴⁶, alguns juristas, como o advogado Marcio Thomaz Bastos, se manifestaram contra o caráter político das prisões. Os professores de direito da USP, Miguel Reali e Rui Geraldo consideraram as prisões abuso de poder. Houve ainda declarações de figuras proeminentes, como do sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, manifestações de organizações sindicais e visitas de parlamentares. De acordo com o **JTRST**, no dia 04 de novembro, um desembargador do Supremo Tribunal de Justiça pediu explicações ao Tribunal de São Paulo em relação à determinação das prisões.

Diante da repercussão dos acontecimentos, até o então presente da república, Fernando Henrique Cardoso, veio a público, para declarar que era contrário à manutenção das prisões, alegando, porém, que se tratava de um assunto do judiciário, no qual o executivo não poderia intervir⁴⁷. O simples fato de que o presidente da república teve que tocar no assunto publicamente, procurando justificar que a libertação dos militantes presos não dependia de uma decisão sua, é um indicativo de sua preocupação com um provável desgaste político.

⁴⁵O problema agrário estava em grande evidência no país e, particularmente, a região do Pontal do Paranapanema ganhava constantemente as páginas de noticiários por conta dos conflitos agrários. No mesmo ano foi exibida, no horário nobre da rede globo, a novela *Rei do Gado*, na qual a reforma agrária era um dos temas, apontava exatamente as ocupações terra do pontal do Paranapanema. Em entrevista publica no **JTRST**, nº 160, de julho de 1996, o autor da novela Benedito Rui Ruy Barbosa admite a semelhança entre dois de seus personagens e a história da prisão de José Rainha e Diolinda. Ao mesmo tempo em que a novela tangenciava o problema agrário, buscava defender a existência da grande propriedade moderna e produtiva. No artigo *Os sem terra e o Rei do Gado*, de Renato Tapajós, publicado no **JTRST**, em dezembro de 1996, o autor analisa a posição da rede Globo em relação a reforma agrária e os motivos pelos quais a emissora produzira a novela.

⁴⁶ Presos políticos da Reforma agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, Edição nº 153, novembro de 1995, pp. 8-9.

⁴⁷FHC defende a liberdade de líderes do MST. Folha de São Paulo, 28 de fevereiro de 1996.

Além disso, o fato revelava a dimensão e a complexidade que a luta pela terra atingira e de seu reflexo no conjunto da sociedade.

O mesmo presidente Fernando Henrique Cardoso, anos mais tarde, lançaria a medida provisória 2183-56, de 24 de agosto de 2001, determinando que as propriedades ocupadas por camponeses sem terra, não poderiam ser vistoriadas pelo INCRA. Considerando-se que a vistoria correspondia à primeira etapa do processo de desapropriação para a efetivação da reforma agrária, e que as ocupações buscavam fazer pressões pela desapropriação, a medida era um novo mecanismo que tinha o mesmo intuito das prisões condenadas por FHC, o de conter as ocupações.

No dia 17 de abril de 1996, menos de um ano após o ocorrido na Fazenda Santa Elina, novamente um conflito sangrento na disputa pela terra entre camponeses pobres e latifundiários toma o centro do cenário político nacional. Na cidade de Eldorado dos Carajás/Pará, cerca de três mil e quinhentas famílias ocuparam um latifúndio inexplorado, denominado Fazenda Macaxeira. Um efetivo policial de 155 policiais foi enviado ao acampamento para executar uma ação de reintegração de posse que resultou na morte de 21 camponeses e outros 56 feridos e/ou mutilados. A capa do **Jornal do Brasil**, do dia 18 de abril de 1996, trazia estampada a foto dos corpos dos camponeses mortos com a chamada *Vergonha – Sem terra são executados a sangue frio no Pará*.

Em 1998, três oficiais da polícia foram levados a julgamento, entre eles o coronel Mario Pantoja, comandante da ação, todos absolvidos. No ano seguinte, após um recurso contra a decisão, com a continuidade do inquérito, um novo laudo pericial⁴⁸ atestava a diversas ocorrências de tiros na nuca, apontando que várias mortes tinham características de crime de execução, o que contradizia a versão policial de que apenas haviam respondido ao ataque dos camponeses e de que as mortes se deram durante o enfrentamento. O laudo apontava também as tentativas de alterações e descaracterização de pistas na cena do crime.

Este novo ato criminoso também geraria grande comoção e indignação país a fora, despertaria solidariedade e um número cada vez maior de pessoas que simpatizavam com a luta camponesa. Nem a repressão, nem as tentativas de criminalização conseguiam paralisar as ações das massas camponesas. A luta pela terra polarizava o debate político e repercutia no conjunto da sociedade brasileira, bem como em todas as esferas e instituições do Estado.

⁴⁸ O laudo pericial, realizado no laboratório e por peritos da USP – Universidade de São Paulo foi base para a reportagem intitulada **Massacre de Eldorado dos Carajás, laudo prova a farsa**. Revista Isto é, edição n° 1617, de 27/09/2000, pp. 37-43.

3.2.3 Luta pela terra no Polo Irrigado

Enquanto isto, no Vale do São Francisco, a contradição em torno da questão agrária também dava sinais de seu agravamento. Por um lado, novas instalações de projetos e áreas irrigadas⁴⁹ seguiam como parte da execução de novas fases do Planvasf, citado no segundo capítulo. A cobertura da imprensa local destacava ações como a instalação do projeto Salitre, bem como os anúncios de liberação de recursos para a ampliação das áreas irrigadas, ocupavam constantemente as páginas do **Jornal de Juazeiro**⁵⁰. Por outro lado, grandes empresas agrícolas estavam endividadadas e entravam em crise, como os casos das fazendas Safra, Ouro Verde e Catalunha, abordadas no capítulo anterior. Além das greves dos trabalhadores agrícolas, em Juazeiro e Santa Maria da Boa Vista, a reivindicação pela democratização da terra dava sinais de que o caminho principal da luta de classes poderia tomar outro sentido.

As primeiras mobilizações de pequenos produtores, na região, foram realizadas pelos pequenos colonos dos perímetros irrigados, cuja situação gerava reclamações e protestos. Assim que, no dia 16 de novembro de 1995, os colonos do Projeto Nilo Coelho fecharam por três horas a ponte Presidente Dutra⁵¹, que liga a cidade de Petrolina/PE a Juazeiro/BA. Entre as reclamações estava o alto custo para a obtenção dos títulos de posse dos lotes, que estes mesmos colonos ocupavam já havia mais de 10 anos. Alegavam que os juros de 6% ao ano, mais a correção monetária do preço dos lotes, tornava impossível o pagamento dos mesmos.

Os colonos reivindicavam a elaboração de um novo termo de acordo para os pagamentos, argumentando que o governo favorecia à bancada ruralista do Congresso, enquanto os pequenos produtores eram sacrificados. Com o passar o tempo, o clima foi ficando tenso. “Mais de 100 homens da polícia chegaram para reforçar e por um momento iminente um confronto com os manifestantes.” (COLONOS FECHAM..., 17 de novembro de 1995, p. 03). A ponte foi desocupada depois que ficou marcada uma reunião entre o representante dos colonos e o superintendente da Codevasf.

⁴⁹O anúncio da criação do Projeto Pontal, na cidade de Santa Maria da Boa Vista, para o mesmo ano de 1995, intensamente exaltado na região, contou com matéria na edição Jornal de Juazeiro, do dia 24 de agosto de 1995.

⁵⁰Matéria do jornal de Juazeiro do dia 23 de dezembro de 1995, página 7, anunciava a irrigação de mais 150 mil hectares na região. O mesmo jornal de Juazeiro, do dia 22 de fevereiro de 1996, anunciava os investimentos necessários à irrigação de dois milhões de hectares no Vale do São Francisco.

⁵¹ A ponte Presidente é também a principal via de transporte de mercadorias e pessoas entre a região sudeste e o interior (sertão) nordestino, especialmente dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão.

Ilustração 9: Fotografia de uma manifestação de Colonos do Projeto Nilo Coelho interditando a ponte que liga as cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE.



Fonte: Jornal de Juazeiro, 17 de novembro de 1995, p. 3.

As reivindicações dos colonos se inserem no quadro da questão agrária no país, como parte da luta pela posse e defesa da terra. “Revoltados os colonos criticam o paternalismo do governo com a bancada ruralista do Congresso, enquanto sacrifica os ‘pequenos’”. (COLONOS FECHAM..., 17 de novembro de 1995, p. 03). Sua luta decorria do fato, já apontado anteriormente, de que a política que favoreceu e privilegiou a implantação de grandes empresas na região, não contemplou os pequenos colonos.

As áreas dos perímetros irrigados destinadas aos colonos em comparação a área destinada às grandes empresas, eram bem menores, o que por si já revela a manutenção da alta concentração territorial. Enquanto os grandes proprietários recebiam empréstimos para investimentos que lhes asseguravam ganhos lucrativos, acrescentando ainda os posteriores perdões das dívidas decorrentes dos mesmos empréstimos, os pequenos colonos, cujo retorno da produção mal lhes assegurava a sobrevivência, não podiam contar com a mesma facilidade de empréstimos. Além disso, os reajustes crescentes tornavam elevado o valor que deveriam pagar anualmente a título de prestação pela posse dos lotes.

No dia 14 de fevereiro⁵² de 1996 os colonos do Projeto Maniçoba, em Juazeiro/BA, em assembleia, rejeitaram a proposta da Codevasf referente ao pagamento pelos lotes

⁵² Jornal de Juazeiro, *Colonos rejeitam proposta da codevasf*, 16 de novembro de 1996, p.03.

irrigados, cujos preços eram muito superiores ao valor de mil reais por hectare proposto pelos colonos⁵³. O que se pode verificar, mais uma vez é a dificuldade dos pequenos camponeses irrigantes em manterem sua posse de terra, o que por sua vez se apresenta como um dos motivos da concentração fundiária que foi ampliada na região, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990.

No dia 14 de abril de 1996, novamente a situação dos colonos do projeto Nilo Coelho ganharia evidência na imprensa local⁵⁴. A Associação dos Consumidores de Bens e Serviços de Petrolina entrou com uma ação no Ministério Público contra a Codevasf contestando a cobrança das altas taxas, além das referentes à posse do lote que já eram cobradas e cujos valores eram exorbitantes⁵⁵, a cobrança de água, teria sofrido reajuste acima do índice da inflação, inviabilizando a permanência dos colonos nos lotes.

No ambiente propício da região, o reflexo da tensão da luta pela terra no país teve impacto direto e o debate sobre o problema agrário ganhou força. A reprodução de notícias dos enfrentamentos entre camponeses e latifundiários, em outros estados, retumbava cada vez mais e ganhava maior espaço nos periódicos locais. As reportagens sobre a prisão de 6 militantes do MST, na região do Pontal do Paranapanema ocuparam as páginas de diversas edições do **Jornal de Juazeiro** no ano de 1996. A luta pela terra ensejou, inclusive, o editorial do periódico, do dia 20 de março de 1996, intitulado *Questão Agrária*. Pouco tempo depois os assassinatos de camponeses em Eldorado dos Carajás⁵⁶, tiveram, no Vale do São Francisco, impacto proporcional ao que teve lugar no restante do país.

A primeira tentativa de ocupação foi na área do Projeto Bebedouro, em agosto de 1995, ano que marca o início da onda de ocupações que se estenderiam por todo o restante da década. Acreditamos que a ocupação do Projeto Bebedouro II tenha sido motivada pela agitação existente entre os pequenos colonos, cuja mobilização foi constante durante todo aquele ano. Não conseguimos encontrar maiores registros sobre esta ocupação, apenas

⁵³ A proposta inicial da Codevasf era de que o lote de 6 hectares custasse, aproximadamente, R\$: 30.000 (em valores atualizados, cerca de R\$ 105.856,00). Posteriormente, abaixou o preço para cerca de R\$: 24.000,00, ainda assim o valor ficaria entorno de R\$ 4.000,00, por hectare, bem acima do valor de R\$ 1.000,00 proposto pelos colonos na época.

⁵⁴ Associação de Consumidores de Petrolina defende colonos do projeto Nilo Coelho. *Jornal de Juazeiro*, p. 06, dia 14 de abril de 1996.

⁵⁵ De acordo a ação, com as multas e juros, o lote de um pequeno irrigante no projeto Nilo Coelho alcançaria o valor final de R\$: 40.000,00 (Em valores corrigidos, aproximadamente, R\$ 149. 285,31)

⁵⁶ A edição do **Jornal de Juazeiro** do dia 20/04/1996, na página 4, traz a matéria intitulada *Chacina de sem terra comove a população*, em correspondência a matéria veiculada no jornal do Brasil, já referida anteriormente.

algumas menções ou ilações feitas em reportagens tratando de ocupações posteriores⁵⁷, porém, sabemos que ela não se manteve por muito tempo.

Assim, foi, efetivamente, na antiga fazenda Safra, da qual voltaremos a falar mais adiante, que as ocupações de terra tomaram impulso na região do Polo Irrigado. Por agora queremos enfatizar que a luta pela terra chega, definitivamente, a região e toma à cena política local, o que se pode identificar também pela cobertura da imprensa local, particularmente no **Jornal de Juazeiro**, no qual as ocupações se tornaram objeto de reportagens em diversas edições.

As ocupações faziam parte da linha adotada pelo MST, que exigindo a desapropriação das referidas áreas, com base na Lei 8.629/93, que regulamentava a reforma agrária. Através da aplicação da reforma oficial, o MST pretendia alcançar o objetivo de democratizar o acesso a propriedade territorial, alterando a concentração fundiária do país. Com a defesa da implementação da política de reforma, o MST chegou ao sertão e deu mais um passo em direção à consolidação da organização no estado de Pernambuco.

3.3 O MST E A POLÍTICA OFICIAL DE REFORMA AGRÁRIA

As formulações sobre a efetivação de um programa de reforma no Brasil remontam à ação das Ligas Camponesas. Segundo Lima (2005), as Ligas consideravam a reforma agrária radical como um princípio estratégico da luta camponesa. A declaração aprovada ao final do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ficou conhecida como declaração de Belo Horizonte, apontava a necessidade de uma reforma agrária radical que, como objetivos principais, preconizava:

- a) – Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra, pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.
- b) – Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas. (LIGAS CAMPONESAS, 1962, p. 84).

⁵⁷ Na reportagem *Movimento dos sem terra invade fazenda em Santa Maria*, **Jornal de Juazeiro**, 08/09/1995, p.04, sobre a ocupação da fazenda Safra, encontramos uma referência à ocupação do Projeto Bebedouro II.

A declaração fundamentava que tais objetivos só poderiam se atingidos a partir da consecução de uma política agrária responsável pela execução de um conjunto de medidas parciais, capazes de dar solução aos aspectos indispensáveis à plena realização de uma reforma agrária que atendesse as necessidades dos trabalhadores agrícolas e de todo o povo brasileiro. Entre outras, destaca-se a seguinte:

Imediata modificação pelo congresso nacional do Artigo 147 da Constituição Federal [Constituição de 1946], em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de “indenização prévia, justa e dinheiro”, para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Êsse (sic) dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e custo baixo. (LIGAS CAMPONESAS, 1962, p. 86, acréscimo nosso).

Estas eram as proposições que compunham o programa defendido pelas Ligas Camponesas que alimentavam o debate político sobre a reforma agrária, como parte das reformas de base de João Goulart. Com o golpe, ao mesmo tempo em que os militares buscaram reprimir e desarticular o movimento camponês se apressaram em colocar em vigor a lei 4.504/64, o Estatuto da terra, que se opunha frontalmente ao programa das Ligas Camponesas.

Morissawa (2001) considera que o Estatuto da terra, se tratava de uma lei que buscava favorecer os interesses dos trabalhadores rurais, “por incrível que pareça, tinha um caráter progressista” (MORISSAWA, 2001, p. 99). A reforma não teria se concretizado porque: “Enfim, o Estatuto da terra não saiu do papel e a política agrária real do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais.” (MORISSAWA, 2001, p.100).

Entretanto, como buscamos demonstrar no primeiro capítulo, embora houvesse, no Estatuto da Terra, o uso retórico, do termo reforma agrária, as medidas propostas favoreciam a promoção de uma política agrícola que tinha por base a implantação dos projetos de colonização. Por isto, consideramos que os militares aplicaram efetivamente a política agrícola definida no Estatuto da Terra e que o mesmo marcou o sepultamento das pressões pela realização de uma reforma agrária que tivesse real possibilidade de promover uma alteração, ainda que mínima, na estrutura fundiária brasileira. Esta constituiu uma questão importante, pois os marcos estabelecidos pelo Estatuto da Terra foram os balizadores da legislação e política agrárias aprovadas e implantadas posteriormente.

Somente a partir do final dos anos de 1970, o movimento camponês ressurgiria com algumas ocupações no Rio Grande do Sul, onde anteriormente atuara o MASTER⁵⁸. Nos anos seguintes, outras ocupações foram realizadas no Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Tais ações confluíram para a conformação do MST, que realizou seu primeiro congresso em 1985. No I Congresso Nacional do Movimento dos Sem Terra⁵⁹ foram reafirmadas as ocupações como forma de luta, com a adoção do lema “Ocupação é a Única Solução” e a retomada do lema das Ligas Camponesas de “terra para quem nela trabalha”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1985). Desde então as ocupações progrediriam em vários Estados do país. Neste momento o debate sobre a realização de uma reforma agrária foi retomado.

A democratização da propriedade da terra não corresponde apenas aos interesses do campesinato, mas também ao proletariado e à pequena burguesia urbanos, uma vez que distribuição de terras permitiria o aumento da produção de gêneros alimentícios e poderia corrigir ou pelo menos atenuar o elevado índice de carestia de vida⁶⁰, ao possibilitar a redução dos preços em decorrência de maior oferta. O aumento da produção e comercialização possibilitaria ainda o fortalecimento do mercado interno, o que, por sua vez, interessa também à burguesia nacional, pois contribui para o desenvolvimento da industrialização do país.

Em virtude da pressão popular, principalmente, com o ressurgimento do movimento camponês, e, particularmente, em função dos interesses desta burguesia nacional é que a bandeira da Reforma Agrária se apresentaria no governo de José Sarney, que herdou o mandato após a morte de Tancredo Neves. “O plano de ‘assentar 1.400.000 famílias’ camponesas sem terra era parte do acordo que elegeu Tancredo, expressando nisto um dos principais interesses dessa média burguesia (burguesia nacional) e de forças políticas reformistas” (ARRUDA, 2010).

Em 1985 fora sancionada a lei que determinava a execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA I, que estabelecia esta mesma meta de um milhão e quatrocentas famílias a serem assentadas no período de 1985 a 1989. O PNRA I foi elaborado em

⁵⁸ “Em 1962, o Master iniciou os acampamentos como uma forma particular de organizar suas ações”. (MORISSWA, 2001, p. 34). Entre suas principais lideranças estavam: João Sem Terra (Porto Alegre), Jair Calixto (Nanoai) e Müller (Cachoeira e Encruzilhada do Sul). O movimento cresceu com a desapropriação da Fazenda Sarandi, que possuía 24 mil hectares, durante o governo de Leonel Brizola (PTB), porém, após o fim do mandato de Brizola e a derrota de seu partido, passou a sofrer perseguições do novo governo, o que o teria enfraquecido.

⁵⁹ Realizado nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, em Curitiba/PR.

⁶⁰ Vale lembrar as restrições de consumo durante o governo de Sarney, quando se chegou a limitar a quantidade de itens de gênero alimentícios que poderiam ser vendidos por pessoa.

conformidade com as definições do Estatuto da terra de 1964. A execução do PNRA I ficou a cargo do, então criado, Ministério da Reforma e desenvolvimento Agrário – MIRAD. Segundo MST (1988), durante o período de execução ocorreram várias trocas de ministro, que pode ser interpretado como instabilidade e divergências quanto a política de reforma agrária, foram eles: Nelson Ribeiro (85/86), Dante Oliveira (86/87), Marcos Freire⁶¹ (1987), Íris Rezende (julho, agosto/ 88) e Leopoldo Bessone, que ocupava o posto em dezembro de 1988 quando o MST tornou público o documento de balanço dos quatro anos de aplicação do PNRA I. Ainda segundo o MST (1988), o número de famílias assentadas até aquele momento que deveria ser de 900.000 (novecentas mil) era de 40.395 famílias (quarenta mil, trezentas e noventa e cinco), o que corresponderia a 4,4% do previsto.

Dentre as análises do I Congresso do MST (1985) constava que “o Estatuto da Terra não presta”. Mais adiante “exigimos que sejam criadas novas leis, com a participação dos trabalhadores a partir da prática e da luta dos mesmos.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1985). O que estava em jogo eram os parâmetros e balizadores que definiriam a execução do Projeto de reforma agrária. A partir de 1986, como parte do debate sobre a nova Assembleia Constituinte, seria apresentada a proposição de uma legislação referente à regulação da propriedade fundiária e também da reforma agrária. Para esta, um ponto de especial importância se referia à indenização aos proprietários dos latifúndios desapropriados. A proposição de que “o pagamento pela desapropriação de latifúndios será feito com títulos da dívida pública resgatáveis a longo prazo” (CENTRO ECUMENICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1986), se aproximava, neste aspecto, da proposição de reforma agrária radical das Ligas Camponesas.

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, a reforma agrária foi um dos temas legislados, porém, devido à resistência da UDR – União Democrática Ruralista, porta voz dos interesses dos latifundiários, não se aprofundou nas definições mais importantes que ficaram para serem decididas por lei completar. A Carta Constitucional de 1988 se resumiu a uma definição genérica que não foi além do que já havia sido definido no Estatuto da Terra. O que ficou disposto da seguinte maneira:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com

⁶¹ O senador pernambucano Marcos Freire, segundo Arruda (2010), era dos chamados ‘autênticos’ do MDB. Ele morreria, no dia 08 de setembro de 1987, em acidente aéreo, no interior do Pará. Coincidência ou não, o Estado do Pará, na época, sediava a maior, mais violenta e organizada, seção da UDR. Ver: *Tragédia mata ministro Marcos Freire enlutando o país*. Jornal de Juazeiro, 10/11 de setembro, de 1987.

cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

Os resultados pífios da PNRA I e a crescente demanda das massas camponesas por terras no país, fizeram com que as ocupações prosseguissem, aumentando num ritmo não muito acelerado, porém alcançando novos estados e municípios. Assim que, o II Congresso Nacional⁶² do MST reafirma as ocupações, adotando o lema “ocupar, resistir e produzir”. (DIREÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, abril/maio de 1990, p. 3). O sentido geral das reivindicações era as desapropriações, exigindo a execução do PRNA I pelo governo Collor, cujas metas não haviam sido atingidas pelo governo Sarney. “Exigimos a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (Lei 91.766-10/10/85) durante o mandato do atual governo, garantindo suas metas mínimas de 500 mil famílias assentadas por ano” (PLANO..., nº 93, abril/maio de 1990, p. 12).

A continuidade do aumento das ocupações e a adesão de outros setores da sociedade como intelectuais, artistas e trabalhadores urbanos à bandeira de reforma agrária fizeram com que as pressões por sua realização conduzisse a aprovação da lei que veio regulamentar os dispositivos para as desapropriações como complemento aos princípios definidos na Constituição Federal, trata-se da lei 8.629/93. Embora já não fosse mais possível barrar a execução de uma política de reforma agrária, os latifundiários conseguiram assegurar vantagens quanto às indenizações referentes às desapropriações.

Art. 5º A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária. § 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. (BRASIL, 1993).

Em 1995, o MST realizou seu III Congresso Nacional, mesmo ano em que é apresentado seu *Programa de Reforma Agrária*⁶³, lembramos que neste momento já estava em vigor a lei que tornara oficial a Reforma Agrária no Brasil. Mais especificamente, na segunda parte do documento, cujo título é “A reforma Agrária necessária” são expostos, entre outros pontos, as características da reforma agrária, da qual extraímos o seguinte objetivo:

(...) alterar a atual estrutura de propriedade realizando desapropriações (com indenizações aos proprietários) e expropriações (sem indenizações nos casos de grileiros, criminosos, cultivo de drogas, contrabandistas, trabalho escravo, etc ...); para que se garanta o direito de todos trabalharem na terra. (MOVIMENTO DOS SEM TERRA, 1998 *apud* FRANÇA, 2009).

⁶² Realizado nos dias 8, 9 e 10 de maio de 1990 em Brasília/ DF.

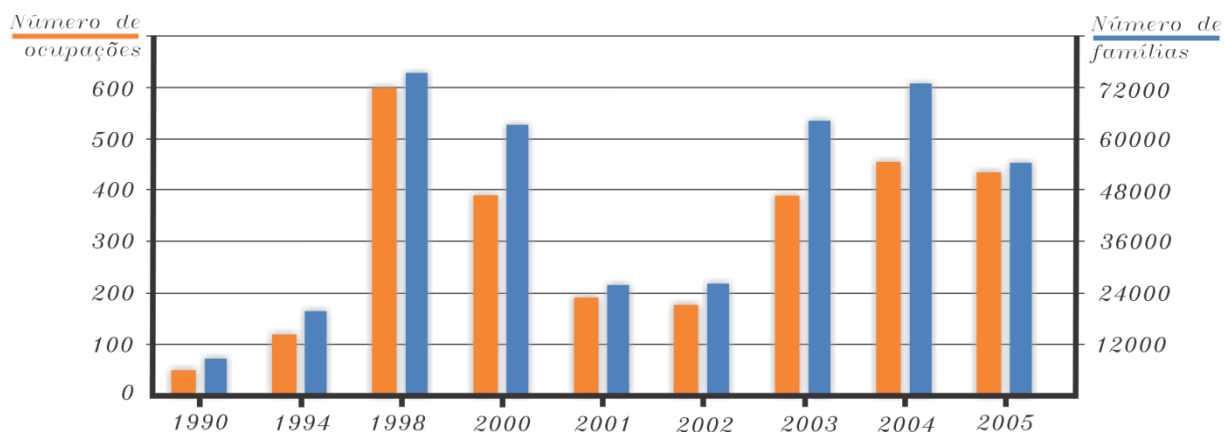
⁶³ Este texto seria republicado posteriormente, no ano de 1998, a versão qual dispusemos é exatamente esta de 1998.

Trata-se de um ponto nevrálgico desde a proposição de reforma agrária radical das Ligas Camponesas, como também o ponto em que a reação por parte dos latifundiários buscou assegurar que uma possível reforma agrária não pudesse lhe causar prejuízos econômicos. *O programa de reforma Agrária* do MST, quanto à proposição sobre as indenizações, ficava em acordo com a lei de reforma agrária. Dessa forma, o programa do MST e a reforma agrária oficial possuíam identidade nos aspectos essenciais, o que está em acordo à linha de realizar ocupações como forma de fazer pressão pela execução da política oficial de reforma agrária.

3.4 A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS SAFRA, CATALUNHA E OURO VERDE

Em meio às muitas fazendas falidas, algumas em estado de semiabandono, e a existência de grande concentração de pessoas, atraídas pelas possibilidades da agricultura irrigada, estavam reunidas as melhores condições para a generalização das ocupações. O MST, que esteve à frente destas ações, chegou à região trazendo consigo as experiências acumuladas e a linha política e de atuação adotadas em outras partes do país, bem como a metodologia de mobilização e organização das massas camponesas.

Ilustração 10: Gráfico sobre o crescimento das ocupações de terra no país, nos anos de 1990⁶⁴



Fonte: Elaboração própria. Dados CPT (2005).

As ocupações se tornavam concretas com a construção dos acampamentos nos quais as famílias ficavam reunidas, após entrarem na propriedade. Martin Martin (2010) adota o entendimento de que acampamento é um espaço de luta e resistência, que pode estar localizado em uma parte do latifúndio, o que se aplica aos casos que enfocaremos. O

⁶⁴ A partir de 1994, atingindo o ponto culminante em 1998, mantendo-se elevado até o ano 2000. As ocupações no Vale do São Francisco seguiram a mesma dinâmica.

acampamento seria ainda a forma como os ‘sem terra’ sairiam a público mostrando seus problemas e, por isto, seria também uma forma de pressão para agilizar as negociações referentes às suas reivindicações. As ocupações no Vale do São Francisco tinham o objetivo de fazer pressão para que as desapropriações de algumas fazendas ocorressem mais rapidamente e sua conseqüente destinação ao programa de reforma agrária.

Uma vez que fosse cumprida a desapropriação, a partir da ação governamental, seriam conformados os Projetos de Assentamentos – P.A’s. O assentamento está formado por um conjunto de lotes que são unidades familiares de produção, cujo objetivo é desenvolver atividades agrícolas e pecuárias (MARTIN MARTIN, 2010). Dessa forma os assentamentos teriam por objetivo promover a estruturação da pequena propriedade camponesa, enquanto unidade de produção, da qual as famílias camponesas garantiriam o seu sustento.

Assim, dentro dos muitos assentamentos conformados na região do Polo Irrigado, destacamos três, a saber, Safra, Ouro Verde e Catalunha. A escolha destes três assentamentos se deu por dois motivos. O primeiro, em função da relevância que as antigas fazendas, das quais os assentamentos foram originados, tiveram para a agricultura exportadora da região no período anterior. O segundo é o significado próprio que cada assentamento teve para a luta camponesa da região. O Safra foi o primeiro assentamento conformado na região, cuja ocupação da propriedade mobilizou milhares de famílias. O Ouro Verde chegou a ser considerado o assentamento mais produtivo da região. Por fim, o PA Catalunha que é, ainda hoje, o maior assentamento no Polo Irrigado, na época era o maior em toda a região nordeste.

O estudo sobre a formação dos três assentamentos tem por objetivo abordar as ocupações das fazendas, como parte da luta pela terra, fazendo ressaltar os elementos fundamentais da ação das massas camponesas como fatores que deram impulso à implantação do projeto de reforma agrária, em cada caso. Objetiva, ainda, verificar a estruturação e funcionamento dos assentamentos como unidade de produção, a dinâmica e situação de vida das massas a partir da conformação dos assentamentos. Ou seja, se de fato ocorreu a democratização do acesso a terra, possibilitando às massas camponesas garantir sua sobrevivência com a produção de seus lotes.

3.4.1 O Assentamento Safra

A Fazenda Agropastoril do São Francisco – SAFRA, sobre a qual já nos referimos no capítulo anterior, segundo reportagem publicada no Jornal de Juazeiro,⁶⁵ foi ocupada durante

⁶⁵ Ver Movimento dos Sem Terra invade fazenda em Santa Maria, Jornal de Juazeiro, 09/08/1995, p. 04

a madrugada do dia 08 de agosto de 1995. Ainda segundo a mesma reportagem, 5.000 famílias fizeram parte desta ocupação. A quantidade de famílias, segundo o primeiro cadastro feito pelo INCRA⁶⁶, cuja data não é possível ter certeza, registrava o número de 2.204 famílias. A ocupação teve repercussão nacional entre os militantes do MST, com a divulgação de uma nota, no **JTRST**, sob o título *Acampamento no sertão, maior ocupação do MST pernambucano*⁶⁷.

Ilustração 11: Fotografia da entrada das famílias para a ocupação da fazenda Safra.



Fonte: Arquivo da APRAS – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Safra, 2013.

Às margens do Rio São Francisco foi montado o acampamento com a construção das barracas de lona, nas quais as famílias passaram a residir. As famílias acampadas eram oriundas de vários municípios pernambucanos como Exu, Serra Talhada, Ouricuri, Ibimirim, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Petrolina, Floresta, Mirandiba, havia também pessoas de Curaçá na Bahia e até de Patos na Paraíba. É necessário dizer que a origem das famílias, de municípios diversos, está em total correspondência à composição populacional do Polo Irrigado, na época e ainda atualmente, lembrando que isto se dava em função da migração cuja atração era a própria atividade da agricultura irrigada. O senhor Francisco, natural de Patos/PB, nos falou um pouco sobre o processo da preparação e o momento da ocupação:

Ai quando foi invadir isto aqui, aí houve aquele alistamento o povo passaram bem dois ou três meses alistando o pessoal por fora, por todo canto [...] quando falaram que é um lugar para perto de Petrolina, um lugar que chama

⁶⁶Documento de criação do Projeto de Assentamento Safra, INCRA, 01/11/1996.

⁶⁷Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n° 151, setembro de 1955, p.10

Safra, eu digo eu conheci a Safra demais, trabalhei na Safra muitos anos. Chegemo aqui,[...] vimo por aquela estrada ali não tinha pista, vinha por ela, aí cortemo o arame bem aqui na cancela, nos cortemo o arame por último lá, diz que reforma agrária só é reforma agrária se cortar o arame, né? Aí nos cortemo o arame, foi cortado o arame cinco horas da manhã. (SOUZA, 27/01/ 2016).

O trecho da entrevista transcrito acima traz um conjunto informações que apareceram nas falas de outros camponeses que viveram o momento da entrada na propriedade. A partir da fala do senhor Francisco é possível apreender como se deu o processo de mobilização, que se estendeu por um período de 3 meses, nos quais foram feitos os contatos com as famílias, nos municípios circunvizinhos de Santa Maria da Boa Vista. O Sr. Francisco, por exemplo, estava vivendo e trabalhando em Belém do São Francisco, o que, por sua vez, nos mostra também como havia uma circulação e rotatividade destas pessoas que migraram à procura de trabalho, pelos municípios próximos.

Sobre a execução da ação, realizada durante a madrugada, tinha o objetivo de acontecer de surpresa, num momento de menor vigilância, para rapidamente iniciar a construção do acampamento, concretizando de fato a ocupação da área. A fase de acampamento seria longa “ficamos morando em baixo da lona, por aproximadamente, dois anos” (SILVA, 27/01/2016).

A afirmação de que “a reforma agrária só é reforma agrária com o corte do arame” (SOUZA, 27/01/2016), significa dizer que a reforma agrária só sairia com ocupação da propriedade, o que corrobora com a linha do MST de realizar as ocupações a fim de reivindicar a aplicação da lei de reforma agrária. O que nos leva a acreditar que a concepção apresentada pelo entrevistado é decorrência da difusão e propaganda da linha do MST, bem como do conteúdo da formação política realizada entre seus militantes e suas bases.

No momento da ocupação, como também já afirmamos no segundo capítulo, a posse da fazenda se encontrava em mãos de arrendatários. O principal destes arrendatários seria o prefeito do município de Santa Maria da Boa Vista, José Gualberto Almeida, que, embora não apareça oficialmente nesta condição, foi apontado por alguns entrevistados como quem de fato exercia a posse da propriedade no momento da ocupação. Segundo **Jornal de Juazeiro**⁶⁸, as pessoas que entraram com pedido judicial de reintegração seriam “prepostos” do prefeito, o que corrobora com as falas dos entrevistados, como no seguinte trecho de entrevista:

⁶⁸ Movimento dos Sem terra invade fazenda em Santa Maria da Boa Vista, *Jornal de Juazeiro*, 09 de agosto de 1996.

Aqui quem laborava aqui era o prefeito, vice-prefeito, como era o nome dele? ...esqueci o nome dele, prefeito de Santa Maria, ...ele perseguiu a gente muito tempo, perseguiu ...querendo mandar gente para matar, mandava jagunço para matar a gente aqui, botava polícia pra cá, mas a polícia aqui tinha medo de entrar aqui, a polícia mesmo cansou de dizer lá na Safra nós não entra não ... o nome dele era Gualberto, Gualberto (...) aqui quando nos chegemo ele tinha pra mais de duas mil cabeças de ovelha. (SOUZA, 27/01/2016).

Poucos dias depois da ocupação, o pedido de reintegração de posse foi deferido pela Juíza da Comarca de Santa Maria da Boa Vista. A reportagem do dia 17 de agosto afirmava que cerca de 50 policiais militares estavam a postos para o cumprimento do mandado de reintegração, cujo prazo para retirada se esgotava naquele dia, e haviam bloqueado a estrada que dava acesso ao acampamento. A reportagem enfatiza que, em contrapartida, os acampados estavam decididos a permanecer no local.

No dia de ontem nossa reportagem conversou com um dos coordenadores do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, José Cláudio da Silva e com um dos trabalhadores acampados, José Carlos. Ambos são unânimes em dizer que somente sairão da área, após a vistoria do INCRA, que prometeu visita ao local (TRABALHADORES..., 17 de agosto de 1995, p. 04).

Diante do impasse, com a negativa dos camponeses em sair da fazenda, o INCRA de Pernambuco se recusa a “negociar com os invasores”⁶⁹, e a situação de tensão aumentava. Uma comissão de parlamentares⁷⁰ foi formada e com ela foi enviado um representante do governo do Estado que visitaram o acampamento no dia 24 de agosto. Notícias da imprensa davam conta, ainda, de que a negociação passava pelo convencimento do próprio prefeito. Ao final das negociações ficou definida a realização da vistoria a ser realizada pelo INCRA na fazenda. Isto não significou uma desapropriação imediata, o que só viria acontecer mais de um ano depois.

Alguns entrevistados afirmaram que havia o interesse do proprietário na desapropriação do imóvel, o que nos parece verossímil, já que o mesmo já não estava mais na região e com a indenização das benfeitorias da fazenda, faria um negócio rentável. Entretanto a grande oposição à desapropriação se dava por parte do prefeito da cidade, que nem mesmo constava oficialmente como arrendatário. Em virtude das articulações do prefeito, as famílias tiveram que resistir às investidas da polícia que por dez vezes tentara invadir o acampamento.

⁶⁹ Jornal de Juazeiro, Trabalhadores Sem Terra brigam na justiça para permanecerem na faz. Safra, 17/08/1995, p. 04.

⁷⁰ Fizeram parte desta comissão os deputados federais Gonzaga Patriota (PSB), Oswaldo Coelho (PFL/DEM), Rita Camata (PMDB) e Fernando Ferro (PT).

Além disso, o prefeito de Santa Maria da Boa Vista, José Gualberto Almeida, segundo os relatos, tinha costume de ir ao acampamento e, pessoalmente, fazer pressões e ameaças para que as massas camponesas desocupassem a área. Segue o relato de um desses momentos.

[...] quando nos chegemo ele [José Gaulberto] fez essa guerra todinha para gente não ficar, ele era o manda chuva daqui, um dia eu fui até o postinho ali, o carro dele estava parado e os sem terra arrudiando com ele, eu cheguei prestei atenção, aí eu disse [...], cuidado meninos, quando vocês tomarem conta da fazenda, com esse cara aí, esse acara aí é um ricão incompetente, aí ele achou ruim, disse que ia me botar na cadeia. (SOUZA, 27/01/2016, acréscimos nossos).

O episódio descrito acima é bem indicativo do poder político exercido pelos grandes proprietários rurais na cidade, cujo fenômeno Mariátegui (2010) definiu como gamonalismo, conceito abordado no primeiro capítulo e que consideramos evidenciar as principais características do coronelismo. Para Mariátegui (2010), as formas de poder se baseavam nas relações de produção semifeudais decorrentes da grande propriedade fundiária. José Gualberto Almeida era um dos principais e mais conhecidos latifundiários da cidade, exercia o cargo de prefeito. É muito comum que os grandes proprietários rurais ocupem a chefia do município nas pequenas cidades do Nordeste. José Gualberto Almeida não era dono da fazenda Safra, porém, tinha interesse naquelas terras e, em virtude de sua condição de coronel (gamonal), acreditava possuir uma autoridade pessoal, que subjuga as massas camponesas. Exibindo esta autoridade pessoal, José Gualberto Almeida, latifundiário e prefeito da cidade, direta e pessoalmente, procurava intimidar as famílias acampadas.

No dia 10 de maio de 1996 foi publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto Lei, assinado, no dia anterior, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, determinando a desapropriação do imóvel denominado “Fazenda Safra” por interesse social e para fins de reforma agrária. Em 30 de outubro de 1996 houve a imissão de posse em nome do INCRA e deu-se início a conformação do assentamento Safra.

A propriedade que possuía 2.245,8624 (dois mil duzentos e quarenta e cinco hectares, 86 ares e 24 centiares) deveria então ser destinada a assentar 220 famílias, cada uma receberia um lote de, aproximadamente, 8 hectares. A divisão das parcelas se deu primeiro na área que ficava as margens do rio São Francisco e contava com sistema de irrigação cabendo a cada uma 1,1 hectares, cada família teria ainda direito a 6,5 hectares na parte não irrigada do assentamento, área de sequeiro. Algo que os entrevistados sempre buscavam enfatizar era que o assentamento Safra foi o primeiro realizado no sertão pernambucano, Samuel Ferreira Barbalho (2014), presidente da APRAS, não só ratifica esta afirmação como acrescenta que

foi a maior ocupação de terras no Estado de Pernambuco, até então.

As condições de produção do assentamento, ao dispor de uma estrutura irrigada que foi utilizada para o plantio de culturas como milho, goiaba e acerola possibilitaram que tenha se desenvolvido no P.A Safra uma produção de alimentos relativamente próspera. Quando os entrevistados foram questionados se algum assentado necessitava trabalhar fora para completar a renda familiar, geralmente as respostas foram negativas, em alguns casos chegaram a ser contundentes “sai não, agora mesmo nós tamos necessitando de mão de obra, porque tá aumentando as áreas” (BARBALHO, 19/04/2014).

Entretanto, em meio às conversas, quando assentados nos mostravam as parcelas e demais instalações, foram aparecendo os indícios de que algumas pessoas necessitavam, sim, sair do assentamento para trabalhar. O senhor Francisco Souza, já depois da entrevista que nos concedeu, mostrou a casa de uma de suas filhas, que estava fechada, nos disse que ela estava em Petrolina, num trabalho temporário na colheita da manga. Disse ainda que havia alguns casos como este no assentamento. Isto evidenciou um aspecto que identificamos, de maneira ainda mais acentuada, nos outros assentamentos, que é o fato de que muitas famílias não consigam sobreviver única e exclusivamente da produção em suas parcelas. Em virtude disto, necessitavam vender sua força de trabalho em outras fazendas ou empresas instaladas nas proximidades, especialmente as que produzem manga e uva.

O momento marcado pela conformação dos assentamentos, ora estudados, é também o momento da instalação de algumas empresas produtoras de uva e manga. A existência destes assentamentos e as dificuldades dos assentados de viverem da própria produção fazem com que eles estejam disponíveis ao trabalho nas referidas empresas, que possuem uma dinâmica sazonal e só necessitam de um volume maior no período da colheita. Então as famílias camponesas trabalham em suas parcelas, mas quando chega o período de colheita das grandes empresas se empregam nestas empresas. Mais adiante, aprofundaremos esta argumentação.

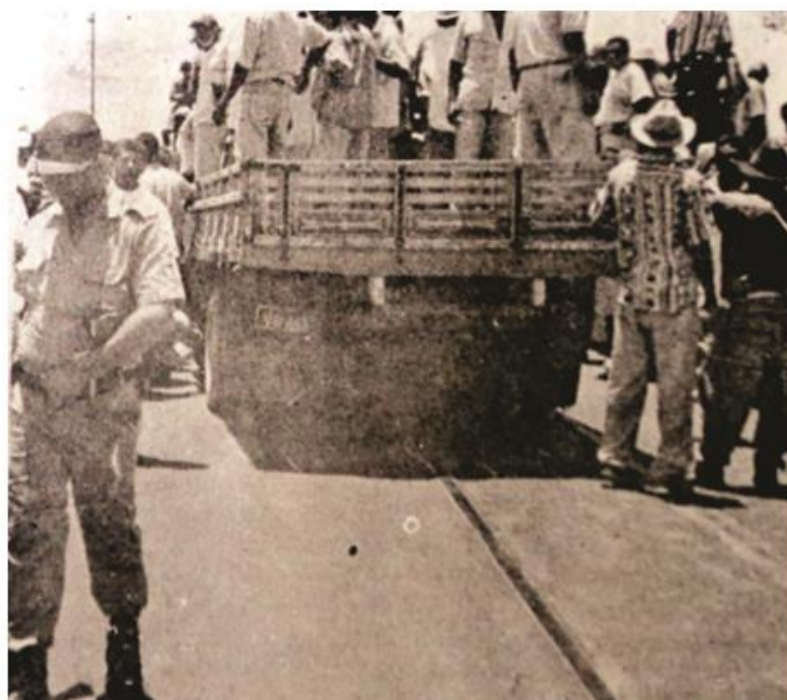
Um elemento distinto, encontrado apenas no P.A Safra, se refere à presença do MST, que somente ali se mantivera organizado, foi o único assentamento no qual encontramos vários acampados que se declaravam militantes da organização. Também no P.A Safra foi o único em que os acampados se disseram satisfeitos com o INCRA, argumentando que tinham facilidades em encaminhar suas reivindicações junto ao órgão. Possivelmente, a presença do MST esteja relacionada com a satisfação em relação ao INCRA. Possivelmente, também, o MST queira difundir a visão de uma produção mais próspera do que de fato existe.

3.4.2 O Assentamento Ouro Verde

Em 16 de junho de 1995, foi criado o município de Lagoa Grande, a partir de sua emancipação e desmembramento do município de Santa Maria da Boa Vista. A fazenda Ouro Verde localizava-se no território que passara a pertencer ao novo município. Não foi possível definir exatamente a data da ocupação da fazenda Ouro Verde, mas as fontes disponíveis nos leva a crer que tenha ocorrido na segunda quinzena do mês de janeiro de 1996. Foi também uma ocupação organizada pelo MST, para a qual teriam direcionado uma parcela dos camponeses mobilizados para a ocupação da fazenda Safra, desta nova ocupação teriam participado cerca de 150 famílias, adotando a mesma forma de execução de entrar na fazenda, durante a madrugada, e, rapidamente, construir o acampamento.

Segundo **JTRST** (Janeiro/Fevereiro, 1996), no dia 31 de janeiro houve a primeira reintegração de posse a pedido de representantes do Banco do Brasil de Santa Maria da Boa vista. A ação teria mobilizado o efetivo de 350 policiais⁷¹ que removeram as famílias para o assentamento Safra (INCRA, 2002). Poucos meses depois, em maio de 1996, as famílias retornariam e a fazenda seria novamente ocupada. Em agosto do mesmo ano, os acampados decidiram ocupar a sede da Fazenda o que, simbolicamente, consolidava a ocupação.

Ilustração 12: Fotografia do fechamento da ponte que liga as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA pelos acampados da fazenda Ouro Verde.



Fonte: Jornal de Juazeiro, 23/04/1996, p.4.

⁷¹ Segundo o JTRST, o efetivo policial era do 5º batalhão de polícia de Petrolina/PE.

Pouco tempo depois da ocupação da Fazenda Ouro verde, João Pedro Stédille, membro da coordenação nacional do MST, teria dado a seguinte declaração: “Não interessa se as terras são produtivas ou não. Se os proprietários estiverem inadimplentes com o Banco do Brasil vamos invadir.” (PROPRIEDADES..., 08 de agosto de 1996, p. 6). Ainda segundo a mesma reportagem João Pedro Stédille teria afirmado que entre as fazendas com maior chance de serem invadidas estariam as do Vale do São Francisco.

Neste sentido, a ocupação da fazenda Ouro Verde antecipou ou foi pioneira de uma nova orientação do MST que consistia em ocupar propriedades que estivessem com débitos bancários, particularmente com os bancos públicos. Esta orientação estava em concordância com a medida defendida pelo então ministro da reforma agrária, Raul Julgmann, de comprar terras penhoradas pelos bancos para a destinação à reforma agrária. Tal proposta, na verdade, fazia parte de seus esforços para não desagradar os latifundiários afetando seus interesses. Bem ao contrário disto, em alguns casos poderia, inclusive, ajudá-los a quitar dívidas com os bancos.

No momento da ocupação havia 60 famílias que viviam na propriedade na condição de arrendatários, já por alguns anos. Segundo relato de camponeses assentados, de início, houve divergências entre os meeiros e os acampados a respeito de quem seria beneficiado pela desapropriação da fazenda e permaneceriam nas terras. Por fim, os pequenos meeiros que já trabalhavam na fazenda foram priorizados.

Aí foi o tempo que os sem terra entrou, lá vai, lá vai, é pros meeiro sair, é pros meeiro sair, até que a gente batalhou um pouco e deu certo a gente ficar (...). Quando veio a aprovação de quem ia ficar de quem não ia, veio meu nome. (SANTOS, 15/08/2012).

Segundo plano preliminar de criação do assentamento Ouro Verde (INCRA, 1997), a proposta era de assentar 100 famílias, destas, 65 seriam de meeiros, considerando-se arrendatários e agregados. As entrevistas também apontaram que a maioria dos assentados é de antigos meeiros. Por sua vez, estes antigos meeiros eram originários de diversos municípios pernambucanos, baianos, paraibanos e cearenses, característica semelhante a da ocupação da fazenda Safra e que, frisamos uma vez mais, está em total correspondência com a composição da população da região que, em virtude das migrações, possuía uma origem diversa.

No caso da fazenda Ouro Verde, não houve desapropriação, a aquisição das terras se deu pela compra da área a partir de um acordo com o Banco do Brasil. A data de início do

processo de obtenção por compra é de 30/09/1996, entretanto a portaria que autorizou a aquisição do imóvel é do dia 12 de março de 1997, um processo longo para quem estava debaixo da lona preta. “No ato da ocupação a fazenda não pertencia mais ao Sr. Yamamoto, que, por motivo de dívidas, repassou a fazenda ao Banco do Brasil de Santa Maria da Boa Vista/PE”. (INCRA, 2002, p.15). Segundo a Lei de reforma agrária, este procedimento consistia na aquisição por compra e venda. Aplicava-se aos casos em que a propriedade não pudesse ser caracterizada como latifúndio e o proprietário tivesse interesse em vender.

Tabela 6 – Informações gerais do P. A. Ouro Verde

Denominação do imóvel	P. A. Ouro Verde	
1) Decreto lei	Portaria: 045 de 15/03/97	
2) Data de desapropriação	-	
3) Data de imissão de posse	-	
4) Obtenção de compra	Portaria: 0245 de 30/09/1996	
5) Publicado:	Em 01/10/96	
6) Data de criação do P. A.		
5) Valor da terra nua*	R\$ 260.854,02	(856.101,02)*
6) Valor total das benfeitorias reprodutivas*	R\$ 1.211.387,48	(3.975.672,15)*
7) Valor total das benfeitorias não reprodutivas*	R\$ 331.420,14	(1.087.693,11)*
8) Valor das benfeitorias (6 + 7) *	R\$ 1.542.807,62	(5.063.365,25)*
9) Valor total do imóvel (5 + 8) *	R\$ 1.803.661,64	(5.919.466,62)*
10) Área Total*	539,8134 há	
11) Valor do imóvel por ha (9 / 10)	R\$ 3.341,26	(10.965,73)*
12) Custo médio / família	R\$ 1.944,89	(6.382,96)*
13) Área de reserva legal	107 há	
14) Área de preservação permanente	1,9000 há	
15) Área agricultável [(10 – (13+14)]	430.91 há	
16) Número atual de famílias	100 famílias	
17) Área média das parcelas (15 / 16)	3,0 há	

Fonte: Laudo Técnico do INCRA, nº 28/99

* Valores atualizados e corrigidos

Para ser considerado latifúndio, uma propriedade deve possuir área superior a 15 módulos fiscais⁷². Para efeito comparativo, com base na tabela do INCRA, que se encontra em vigência, para uma propriedade ser caracterizada como latifúndio, no município de Lagoa Grande/PE, deve ter mais de 825 ha, a Ouro Verde possuía apenas 539 ha. Os módulos fiscais servem de base para a cobrança do imposto territorial rural, cujo percentual aumenta de acordo com o número de módulos fiscais. Por isto, era comum que proprietários de terra ao invés de possuírem uma grande propriedade, possuíssem várias propriedades menores para descaracterizar a existência da grande propriedade. No caso em questão o dono da propriedade Ouro Verde I, em Lagoa Grande, era também dono da propriedade Ouro Verde II, em Casa Nova/BA.

A criação oficial do assentamento Ouro Verde é datada de 19 de dezembro de 1997. Segundo as informações do laudo técnico do INCRA, que constam na tabela 6, a área agricultável da fazenda (descontando-se a área de preservação ambiental) era de 430 ha, assim as parcelas teriam em média 4,3 ha, cada uma. O que segundo a própria classificação do INCRA se enquadraria na condição de minifúndio, já que o tamanho das parcelas é bem inferior ao valor do módulo fiscal determinado para o município de Lagoa Grande.

A área da fazenda que dispunha de estrutura de irrigação era de 45 ha, maior parte destinada ao plantio de uva, mas havia também acerola e maracujá, além da existência de uma pequena produção de milho e macaxeira, que alguns meeiros destinavam a sua subsistência. A área irrigada foi toda convertida em plantio de uva e assim, a produção do P.A Ouro Verde foi direcionada, exclusivamente, à cultura da uva. Em pouco tempo, atingiu-se uma produção significativa de uva, motivo pelo qual o P.A Ouro Verde foi considerado um dos mais prósperos da região. No entanto, as falas de alguns camponeses assentados não estão de acordo com isto. “[...] o pessoal fala muito bem deste assentamento aqui, mas falta muita coisa.” (SANTOS, 29/07/2012).

Ao serem questionados sobre a produção de alimentos, como milho e macaxeira, em geral, os camponeses manifestavam interesse em produzi-los, entretanto, alegavam ser mais difícil produzir alimentos, do que produzir uva, quanto à obtenção de recursos e empréstimos em banco. Além disso, grande parte das terras se encontra ociosa, sem condições de produção devido a falta de água.

⁷² Módulo Fiscal consiste na média do tamanho dos módulos rurais dentro de um município, de acordo com o Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980, cabe ao INCRA à elaboração de uma tabela que atribui o valor, em hectares, do módulo fiscal a cada município brasileiro.

A questão de plantar outras coisas é até um sonho, porque a gente trabalha só com uva, você se torna dependente daquilo e acabou não tem outra oportunidade, não tem outra chance [...] o assentamento Ouro Verde, ele tem mais de 200 hectares de terra parada, desocupada, terra boa! ... Então eu acho que isso poderia ser se a gente tivesse recurso, poderia ser outra oportunidade para cada assentado. (SANTOS, 14/08/2012).

A necessidade de recursos para possibilitar a produção de alimentos se deve ao fato de que as terras não aproveitadas são terras de sequeiro e necessitariam de sistema e equipamentos de irrigação para que sua produção se tornasse mais viável. Caso contrário, a produção ficaria completamente dependente das chuvas, o que limita a possibilidade de plantio a apenas um período curto do ano, além do risco de perder tudo, em virtude de uma possível escassez de chuva.

Com a restrição da produção aos 45 ha, de área irrigada existente, houve a divisão entre as 100 famílias assentadas. “Ficou na média de 0,5 hectares de uva para cada pessoa. Onde é que uma família sobrevive com meio hectare de uva pura, pura sem ter outra coisa? Não tem condição não”. (SANTOS, 29/12/2012). Deste trecho é possível concluir que a parcela recebida pelas famílias é de tamanho insuficiente para se alcançar uma produção que assegure as necessidades básicas das famílias. Para Martin Martin (2007a), as reformas agrárias realizadas nos países do terceiro mundo promoveram a reprodução de um campesinato minifundista. Uma vez que sua produção é insuficiente, este pequeno camponês continua submetido à grande propriedade fundiária, sendo atrelado a ela por novas formas e mecanismos.

Diante da incapacidade de garantir as necessidades básicas da família com produção em sua parcela, a alternativa era de que um ou mais membros das famílias assentadas trabalhassem como diaristas ou nas empresas agrícolas das proximidades para completar a renda familiar. No mesmo momento em que ocorria a implantação dos projetos de irrigação, particularmente, do P.A Ouro Verde, no distrito de Vermelhos – Lagoa Grande/PE, instalaram-se diversas fazendas e empresas exportadoras de uva, dentre elas destacam-se duas: a fazenda Sereníssima e a fazenda Labrunier. A primeira pertencente ao grupo GVS Fruit Company e a segunda ao grupo Carrefour.

O grupo GVS Fruit Company, que segundo informações de sua página na internet, pertenceria a um grupo de empresários italianos dos ramos de alimentação e hotelaria. Iniciou suas atividades no Vale do São Francisco, na cidade de Casa Nova/BA, em 1994, com a instalação da fazenda Vale do sol, com área de 240 hectares destinados à produção de uva e manga. Em 1996 montou a Fazenda São Gonçalo, na cidade de Juazeiro/BA, com 130 ha,

destinados ao cultivo de manga. Em 1998 instalou a Fazenda Sereníssima numa propriedade de 724 hectares, no distrito de Vermelhos, município de Lagoa/PE, destinados exclusivamente a produção de uvas. Atualmente a empresa tem um quadro de 350 funcionários permanentes e 800 funcionários em período de colheita.

A fazenda Labrunier, segundo Reis (2009), surgiu no Vale do São Francisco como um dos ramos de investimentos do grupo varejista francês Carrefour. Segundo as informações de sua página na internet, suas atividades tiveram início no ano de 1987 com a instalação da Fazenda Labrunier I, em Casa Nova/BA, com 591 hectares. Na sequência foram criadas as fazendas: Agropecuária Vale das Uvas e Agropecuária Orgânica do Vale, ambas em Petrolina/PE, no ano de 1996, com, respectivamente, 542 e 305 hectares. Em 1998 teve início as atividades da Fazenda Labrunier II, em Lagoa Grande/PE, 484 hectares. Por último foi instalada a empresa Brasil Uvas, em Juazeiro, com 430 ha, em 2005. Para o grupo Labrunier não conseguimos encontrar os dados referentes à oscilação da mão de obra nos períodos de Safra e entressafra.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande, as empresas de uva do município empregam no período de auge da produção cerca de 15.000 trabalhadores e no período da entressafra este número cai para 3.500. Grande parte dos trabalhadores agrícolas destas empresas é oriunda dos assentamentos: Ouro Verde e Catalunha, dentre outros.

Somando-se as áreas das propriedades pertencentes às empresas podemos verificar que GVS Fruit Company possui 1.094 hectares e o grupo Labrunier possui 2.534 hectares de terra, o que os coloca entre os grandes proprietários da região. Como se pode perceber, o fato de que a área sob a posse de cada grupo esteja dividida em algumas propriedades, em municípios, em alguns casos mesmo de estados diferentes contribuem para mascarar a concentração da propriedade da terra. De forma que grandes proprietários de terra da região estão diretamente vinculados ao capital de grupos monopolistas internacionais.

A reforma agrária no Assentamento Ouro Verde, ao conceder lote a estas famílias camponesas, promoveu sua fixação nesta localidade, possibilitando às grandes empresas de frutas sua utilização como mão de obra, em períodos sazonais. Outrora, como abordamos no segundo capítulo, a mão de obra sazonal era trazida de outros municípios e/ou Estados nordestinos. Agora, por novos mecanismos, é possível assegurar a disponibilidade da mão de obra, atendendo as necessidades das grandes empresas.

Para Martín Martín (2007a), as reformas agrárias realizadas a partir de 1960, centradas nos países do terceiro mundo, tiveram como resultados a evolução da semifeudalidade, que se

mantém com velhas e novas formas. A vinculação entre os assentados no PA Ouro Verde e as empresas agroexportadoras instaladas no distrito de vermelhos constitui uma nova forma, evoluída da semifeudalidade.

3.4.3 O Assentamento Catalunha

No último dia 07, em que se comemorou a independência do Brasil, um grupo de sem terras invadiu a fazenda Catalunha, no município de Santa Maria da Boa Vista. Segundo o líder do movimento as terras são improdutivas e pertencem a Antônio Carlos Magalhães [...]. São mais de mil famílias que estão acampadas [...] entre mulheres, homens e crianças com seus barracos montados e começando a preparar a terra para plantarem suas lavouras. (SEM TERRAS..., 12 de setembro de 1996, p. 4).

A citação acima foi retirada do **Jornal de Juazeiro**, trata-se de um relato sobre a ocupação da Fazenda Catalunha. Das áreas estudadas, esta foi a que, devido a uma série de fatores sobre os quais trataremos a seguir, obteve mais espaço nas páginas da imprensa oficial, de circulação local, estadual e mesmo nacional. Conforme buscamos demonstrar no segundo capítulo, a fazenda Catalunha foi o maior empreendimento da chamada colonização privada no Polo Irrigado, por suas dimensões territoriais, pela estrutura física montada e por que tinha ligação com um político de projeção nacional. Tais elementos exerceram grande influência na conformação do P.A Catalunha, provocando acontecimentos quase inacreditáveis.

A ocupação da fazenda Catalunha seguiu a mesma linha adotada pelo MST, a ação ocorrendo de surpresa, com a chegada das famílias durante a madrugada, “chegamo aí três horas da manhã, quando deu cinco horas da manhã a gente cortou o arame e entrou pra bera do rio” (BEZERRA, 19/04/2014). O acampamento foi montado na beira (margem) do rio São Francisco, onde foram construídos os barracos de lona, que serviram de moradia para as famílias por mais de dois anos.

A ocupação da fazenda Catalunha mobilizou, segundo relato dos camponeses, mais de 1.200 famílias, a maior parte destas oriundas da ocupação da fazenda Safra. Tratava-se, portanto de uma massa que já passara pela experiência de uma ocupação e que, por outro lado, já estava havia mais de um ano esperando para realizar o sonho da conquista de uma lavra de terras. Talvez por isto, pelos detalhes dos relatos, nos pareceu se tratar de um grupo mais coeso, com maior vigor e vontade de resistir.

A gente ocupemo, quando foi nove hora do dia a polícia chegou; mas quando chegou lá viu mil e duzentas pessoas tudo de facão, foice, enxada;

ela não chegou nem lá; ficou com uns trezentos metro; aí a gente foi lá conversou com ela, explicou[...] então ela disse: aí é problema do empresário, que é o dono, Antônio Carlos Magalhães. (BEZERRA, 19/04/2014).

Depois de quase dois anos de espera, na beira do rio, em março de 1998, apenas havia ocorrido a vistoria do imóvel, ainda sem nenhum desdobramento mais significativo. Neste ínterim, em duas ocasiões as famílias ocuparam a sede do Incra, em Petrolina, reivindicando a desapropriação da área. A primeira delas, em setembro de 1996, pouco depois da ocupação da Fazenda.

Ilustração 13: Fotografia mostrando os camponeses da Fazenda Catalunha montando barracas em frente à sede do INCRA, em Petrolina.



Fonte: Jornal de Juazeiro, 12/09/1996, p. 4.

Diante da indefinição quanto à desapropriação da propriedade e sem nenhuma possibilidade concreta do recebimento de um lote de terras em outras áreas, as famílias camponesas decidiram ocupar a sede da fazenda. Depois da ocupação da sede, passaram a ter posse efetiva de uma extensão maior da propriedade, além disso, assim como no caso da ocupação na fazenda Safra, destacamos o significado simbólico da conquista da sede. Neste momento, a ocupação já chamava maior atenção da imprensa, possivelmente, devido aos interesses econômicos e políticos que estavam em jogo. O Jornal do Comércio assim noticiou o fato:

Impacientes com a demora do Incra em desapropriar as terras e imiti-las na posse dos agricultores, mais de 600 famílias de sem-terra ocuparam no último domingo a casa-sede e os escritórios da Fazenda Catalunha,

localizada em Santa Maria da Boa Vista, com 7.500 hectares.. Na última ocupação, os sem-terra da Catalunha voltaram a exigir a desapropriação da área que pertence ao grupo baiano OAS, ligado à família do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL). [...]. Os sem-terra desarmaram dois vigilantes que portavam espingardas calibre 12 e um revólver durante a ocupação da fazenda. (SEM-TERRA OCUPAM..., 11 de março de 1998).

Logo que houve a ocupação da sede da Fazenda deu-se também uma agilidade impressionante na desapropriação do imóvel. A data do decreto de desapropriação⁷³ é 23 de junho de 1998. Em seguida, e também com muita agilidade, ocorreu o cálculo do valor e pagamento das benfeitorias, cuja lei de reforma agrária prevê a indenização imediata. Em 27 de novembro ocorreu a imissão de posse e a criação oficial do P.A Catalunha ocorreu no dia 14 de dezembro de 1998. O projeto de assentamento que ocuparia uma área de 6.828,5 ha, cujo projeto preliminar (1998) previa contemplar 800 famílias, foi apresentado como a maior área desapropriada no país até então e projeto modelo de reforma agrária não apenas para a região Nordeste, mas para todo o país. Entretanto, os motivos da rapidez na desapropriação não se devem à preocupação com as condições de vida dos camponeses.

Antes de analisar a criação do assentamento em si, nos detenhemos um pouco sobre a desapropriação da fazenda. Logo após a publicação do decreto, seguiu-se os termos do acordo para a indenização do proprietário das terras, pertencentes ao grupo OAS. As terras seriam pagas com os TDA's – Títulos da Dívida Agrária, e as benfeitorias pagas em dinheiro (moeda corrente), no ato da compra. O valor da desapropriação da Fazenda Catalunha atingiu a cifra de R\$ 16.206.809,23 (dezesesseis milhões, duzentos e seis mil, oitocentos e nove reais e vinte e três centavos) no ano de 1998, em valores corrigidos⁷⁴, chegaria, nos dias atuais, a R\$ 50.059.946.85 (cinquenta milhões, cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), mais de 80% deste valor correspondia às benfeitorias, ou seja, foram pagos no ato da compra. É importante lembrar que as referidas obras, imensa estrutura física, fora construída com financiamentos e incentivos governamentais.

O elevado valor da desapropriação do imóvel Catalunha levaria o Ministério Público Federal (MPF) a interpor, em 2005, uma *Ação Civil Pública c/c Ação por Ato de Improbidade Administrativa* denunciando irregularidades ocorridas na desapropriação da fazenda Catalunha. Na peça judicial são destacados o superfaturamento na atribuição do valor do

⁷³ Publicado no Diário Oficial da União, DOU, no dia 24 de junho de 1998.

⁷⁴ Valores corrigidos segundo a Tabela prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais do tribunal de justiça do Estado de São Paulo, acessada em 14 de junho de 2016.

imóvel e ainda que o latifúndio desapropriado não estaria apto a ser destinado a reforma agrária. O MPF faz referência a um laudo produzido por engenheiros, técnicos do INCRA (SR03⁷⁵), que haviam considerado a desapropriação uma inviabilidade completa. O referido documento não se encontra na pasta que reúne o material referente à conformação do P.A Catalunha, que estão disponíveis na sede da Superintendência Regional, em Petrolina (SR29⁷⁶). Acreditamos que a documentação dos projetos de assentamentos, todo o processo burocrático e administrativo, era encaminhado para Recife, já que a unidade do INCRA em Petrolina, naquela época era denominada Unidade Avançada do Médio São Francisco, estava submetida à SR03. Fato é que foi do tal parecer, encontrado na SR03, que o MPF retirou a seguinte citação:

[...] o custo com a indenização das benfeitorias atinge 84% do total a ser indenizado, ou seja mais de cinco vezes o valor da terra nua. Este percentual está, totalmente, em desacordo com a maioria das desapropriações, no âmbito tanto regional como nacional, ocasionando uma elevação significativa do custo do projeto que venha ser implantado face aos altos encargos que terão que ser assumidos pelos assentados, quando do pagamento da parcela [...]. (fls 35/36 – Apenso I). (INCRA *apud* MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2005, p. 12).

As instâncias superiores do INCRA, em Brasília também teriam considerado inviável a desapropriação do imóvel e sua destinação à reforma agrária. Porém, segundo o MPF (2005) houve insistência por parte do SR 03, que apresentou uma nova proposição de desapropriação em Brasília, na qual a fazenda Catalunha era considerada apta à desapropriação e de acordo com as regras da política de reforma agrária. Na documentação que se encontra na sede da SR 29, em Petrolina, consta apenas um parecer da SR 03⁷⁷, opinando favoravelmente à criação do assentamento, solicitando a manifestação do técnico responsável pela jurisdição do Médio São Francisco, o que foi feito num parecer que conclui o seguinte:

Essa unidade avançada tomando como referencia a produção atual da Fazenda Catalunha, [...] e os laudos da EMBRAPA e da FAO, bem como o pronunciamento dessas duas instituições na reunião do dia 07 de março, entende ser viável econômica e tecnicamente a criação de um projeto de assentamento. (INCRA⁷⁸, 1998e).

⁷⁵ Superintendência Regional de Pernambuco, com sede em Recife.

⁷⁶ Superintendência Regional Médio São Francisco que engloba 28 municípios do Estado de Pernambuco (Afrânio Belém do São Francisco, Betânia, Cabrobó, Dormente, Exu, Floresta, Granito, Ibimirim, Inajá, Itacuruba, Jatobá, Lagoa Grande, Mirandiba, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolândia, Petrolina, Salgueiro, Santa Cruz, Santa Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Tacaratu, Terra Nova e Verdejante), e 2 municípios do Estado da Bahia (Abaré e Curaçá). A sede da SR 29 localiza-se na cidade de Petrolina.

⁷⁷ Parecer /SR - 03/J/ N°078, 17/12/1998

⁷⁸ Parecer de José Rutênio do Amaral, técnico executor do projeto de assentamento.

O MPF (2005) afirma ainda que sequer foram exigidos todos os documentos necessários ao reconhecimento legal da propriedade e de seus representantes. Para o MPF (2005), isto foi devido à pressa que os representantes dos latifundiários tinham para efetivar a negociação cujo valor significava um grande negócio. “O que se percebe durante toda a fase judicial da desapropriação, é que os representantes da fazenda expropriada tinha pressa em efetivar um acordo de quantia tão significativa.” (MPF, 2005, p. 14). Realmente não encontramos entre a documentação do PA Catalunha os documentos detalhados dos registros de propriedade tal qual verificamos nos caso dos PA´s Safra e do Ouro Verde.

Trata-se de um caso flagrante de como ocorre a capitalização dos latifundiários, através da aplicação da política oficial de reforma agrária, particularmente, de como as indenizações pagas em dinheiro vivo pelas benfeitorias favorecem aos latifundiários. No caso específico, benfeitorias que foram executadas com financiamento governamental e que já não possuíam grande serventia, uma vez que a estrutura fora montada em função da produção de tomates e tal atividade entrara em estado de falência na região. A área necessitava de grandes investimentos para ser mantida em funcionamento, daí o interesse dos proprietários em vender as terras, cuja infraestrutura, ao invés de darem lucro, naquele momento, gerava prejuízos.

A negociata ocorrida na desapropriação da fazenda Catalunha e que favoreceu a família de um dos maiores latifundiários do país na época, o senador Antônio Carlos Magalhães, expressa também um aspecto do gamonalismo, diferente do que foi evidenciado na luta que envolveu os camponeses da fazenda Safra, onde a ação do latifúndio foi exercida de maneira direta e tradicional. “O termo gamonalismo não designa só uma categoria social e econômica; a dos latifundiários ou grandes proprietários agrícolas. Designa todo um fenômeno.” (MARIATÉGUI, 2010, p. 54).

O senador Antônio Carlos Magalhães era um homem muito rico, tradicionalmente, latifundiário, sua família se tornou dona do maior grupo de telecomunicações no Estado da Bahia, além dos negócios em outros ramos, como a construção civil e indústria, já mencionados. Segundo Amorim (2015), o aumento de sua riqueza se deve ao seu atrelamento ao aparelho de Estado. Durante décadas, ACM foi político baiano mais influente de sua época, reunindo em torno de si um grande número de políticos – prefeitos, deputados federais e estaduais, ministros, etc. Em sucessivos pleitos eleitorais na Bahia, os candidatos apoiados por ele se sagraram vencedores e ocuparam a chefia do governo de Estado. Com base nisto, alguns analistas políticos adotaram o termo *carlismo* para se referir ao seu grupo político na

Bahia. O deputado Geraldo Simões, deu a seguinte de declaração a respeito de Antônio Carlos Magalhães:

[...] o Senador Antônio Carlos Magalhães é padrinho de dois pleitos de uma empreiteira que na Bahia o pessoal chama de ‘Obrigado Amigo Sogro’, a OAS, do Antigo Genro de sua Exa. Essa empreiteira não devia ter direito a empréstimos no BNB. [...] Mas está lá o pedido; OAS, prorrogação de dívida; agência orientada a acatar e encaminhar para a análise, a pedido do senhor Antônio Carlos Magalhães. [...]. É difícil para o Superintendente da Bahia ou para o presidente do BNB negar um pedido do senador Antônio Carlos Magalhães. (BRASIL, 1999, p. 17, grifo nosso).

A concretização da desapropriação dependeu da participação de agentes da estrutura do Estado, incluindo seus escalões superiores, uma estrutura que serve diretamente aos interesses das classes latifundiárias. “Uma larga hierarquia de funcionários, intermediários, agentes e parasitas”. (MARIATÉGUI, 2010, p. 54). É o coronelismo/gamonalismo, como expressão do poder das classes latifundiárias, que assegurou que a Lei de reforma agrária oficial, em sua essência, não representasse o enfraquecimento do poder econômico e político dos latifundiários. É também o coronelismo/gamonalismo que possibilitou que fossem removidos todos os empecilhos à desapropriação da Fazenda Catalunha, e, principalmente, que esta desapropriação garantisse um montante de capital tão grande ao dono da propriedade. “O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo de Estado.” (MARIATÉGUI, 2010, p. 54-55).

Passemos a conformação do P.A Catalunha, a estrutura de irrigação existente na propriedade atendia a produção em grande escala. Numa pequena produção, em que cada família camponesa recebeu uma parcela de menos de 9 hectares de terras, tal sistema de irrigação era uma espécie de ‘elefante branco’. Além de não atender as necessidades da pequena produção, o custo de sua manutenção já era motivo que tornava impossível sua utilização. Entre os relatos de camponeses surgiram muitas histórias de tentativas de algum plantio, feijão, acerola, manga e até uva, até conseguiram produzir inicialmente, porém logo viram frustradas suas tentativas.

A produção no assentamento, ainda hoje é praticamente inexistente, a imensa maioria das famílias jamais conseguiu retirar o próprio sustento de seus lotes. Algumas raríssimas exceções conseguiram produzir com maior regularidade no assentamento, como é o caso do Sr. Adelnir Antero dos Santos que participou da ocupação da fazenda e permaneceu durante todos estes anos. Questionado sobre os motivos de seu lote produzir, diferentemente da maioria dos assentados, ele respondeu o seguinte:

Acho que por que eu tive um acesso mais fácil ao recurso, não foi um recurso do governo, mas recurso pessoal, onde eu e minha esposa a gente tinha como trabalhar, [...] somos formados, temos uma formação de pedagogos, eu acho que esta facilidade de ter outro emprego além da agricultura nos facilitou comprar o sistema de irrigação e também de trabalhar na agricultura. (SANTOS, 19/04/2014).

No caso do Sr. Adelmir, a atividade que desempenha fora do assentamento serviu como forma de viabilizar sua produção. Com a fonte de renda extra foi possível montar o sistema de irrigação, bem como outros incrementos técnicos que são necessários às condições do local, dado ao fato de que a maioria do terreno é seco e o solo é pedregoso, o que constitui um obstáculo muito grande à produção. Entretanto a imensa maioria das famílias não teve a mesma sorte que o entrevistado.

Embora as famílias do P.A Catalunha buscassem trabalho fora do assentamento, em geral, não conseguiram mais do que assegurar sua sobrevivência, é necessário dizer, com muitas privações. A maioria trabalha até os dias atuais como diarista nas fazendas produtoras de uva e manga. A característica de fornecedor de mão para exploração sazonal das empresas exportadoras, que apontamos no P.A Ouro Verde, ocorre no Assentamento Catalunha, numa dimensão ainda muito maior. O grande número de famílias existentes e a produção quase insignificante do assentamento fazem com que se acentuem mais a situação de “disposição absoluta de mão de obra abundante, superexplorada e a baixo custo.” (MARTIN MARTIN, 2005, p. 7, tradução nossa).

3.4.4 Uma síntese sobre a reforma agrária nos três assentamentos

É incontestável que a ação das massas camponesas atingiu um patamar nunca alcançado antes pela luta de classes no Submédio São Francisco, ao protagonizarem a ocupação de centenas de fazendas, envolvendo milhares de famílias, que resultaram na conformação dos projetos de assentamentos. Segundo INCRA (2013) foram conformados 250 projetos de assentamento, cuja soma total da área destinada atingiu 300 mil hectares, envolvendo 10.682 famílias, somente nas cidades que estão sob jurisdição da Superintendência Regional Médio São Francisco (SR29). Entretanto, em que pese o significado da luta camponesa para a região, a política de reforma agrária aplicada não atendeu aos anseios das massas camponesas.

A política de reforma agrária suscitou a evolução da semifeudalidade promovendo a capitalização dos latifundiários, donos dos imóveis desapropriados, e a reprodução do

campesinato minifundista, com a distribuição de pequenas parcelas de terras. Diante da incapacidade de subsistência destas famílias, a partir da produção em seus lotes, lhes restou apenas a alternativa de ofertar sua mão de obra às grandes empresas de um novo ciclo da agricultura irrigada, a fruticultura.

A capitalização dos latifundiários ocorreu nos três casos. A fazenda Ouro Verde por ter sido adquirida via compra já condicionou que o pagamento fosse em dinheiro e no ato da compra. Quanto às fazendas Safra e Catalunha, a infraestrutura destas empresas assegurou o pagamento de indenizações também à vista. O caso do Catalunha é o mais emblemático neste sentido, já que as cifras pagas a título de indenização foram astronômicas, envolvendo superfaturamento e favorecimento de agentes e instituições do Estado.

Ficou evidente também, no caso do P.A Catalunha, a relação entre o poder econômico e o poder político, já que a propriedade estava diretamente ligada ao então senador pelo Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. As vantagens obtidas pelos latifundiários através da reforma agrária é consequência e comprovação do poder político dos mesmos. A capitalização dos latifundiários possibilita a compra de novas terras, fortalecendo-os economicamente e, conseqüentemente, mantendo seu poder político.

As pequenas propriedades recebidas pelas famílias foram realmente muitas pequenas, mormente, se consideramos apenas a parte irrigada que era efetivamente a que possuía condições de produção. A área do lote, em cada um dos assentamentos, era, respectivamente: no Safra, 1,5 ha e no Ouro Verde, 0,5 ha. Quanto ao Catalunha dividindo-se total de hectares irrigados da fazenda pela quantidade de famílias assentadas, cada uma ficaria com 3 ha, entretanto, o sistema de irrigação de grande escala não era apropriado a pequena produção, de forma que não foi possível produzir nem mesmo em parcelas diminutas. Isto configura o que Martin Martin (2007a) denominou de reprodução de um campesinato minifundista.

Quanto a este aspecto, o próprio MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário aponta que os assentamentos localizados nas cidades Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande deram origem a uma pequena propriedade que carece de limitações e restrições, ao afirmar que os “[...] sistemas de irrigação são de pequeno porte permitindo a exploração de áreas entre 0,5 e 1,0 ha, por família, além da dificuldade de manutenção em função dos recursos para isso serem pequenos.” (BRASIL, 2011, p.58).

Novamente o MDA, nos fornece alguns elementos sobre relação entre os assentamentos e a disponibilidade de mão de obra na região. “Quanto à mão-de-obra disponível, varia entre 2 a 4 UTH (unidade de trabalho homem) para todos os subtipos. Sendo que, em épocas de entre safra os assentados vendem sua força de trabalho.” (BRASIL, 2011,

p. 58). Há uma relação intrínseca entre a existência do minifúndio e do latifúndio, a insuficiência da produção do minifúndio foi, historicamente, o elemento que possibilitou aos latifundiários a suprir sua necessidade de mão de obra. Este campesinato minifundista constituía a mão de obra disponível nos momentos em que produção latifundiária carecia de maior volume de mão de obra. A diferença é que agora não se trata de tipo tradicional de latifúndio, mas de grandes empresas agrícolas que, como latifúndio de novo tipo, aplica formas evoluídas, da semifeudalidade.

CONCLUSÃO

Até a década de 1960, a agricultura voltada à subsistência era a marca principal da produção agropecuária do Submédio São Francisco, que era o setor fundamental da economia local. Entretanto, já havia uma produção agrícola destinada à comercialização, que se estendia a diversos municípios da região. Predominava a estrutura tradicional herdada do período da colonização, na qual os grandes proprietários de terra (latifundiários) se sobrepunham aos pequenos proprietários, rendeiros, agregados e etc. Segundo as formulações de Sodré (1963) e Guimarães (1968), tais elementos constituíam traços característicos da semifeudalidade.

Para atender um mercado que se ampliava demandavam-se modificações atividade agrícola que possibilitassem a elevação de sua produtividade. Por sua vez, isto dependia da penetração do capitalismo na atividade agrícola, com a introdução de capitais e tecnologia. Das duas possibilidades de caminho para a evolução capitalista, apontadas por Lênin, a via norte-americana e a via prussiana, seguiu-se a segunda, mantendo intocada a grande propriedade territorial, o que assegurou os interesses dos latifundiários que se associaram ao grande capital monopolista. Segundo Guzmán (1991), com o advento do imperialismo, dadas as condições históricas (econômicas, políticas e sociais) de um país dominado, no aspecto econômico, a via prussiana se converteu num caminho burocrático de evolução do capitalismo no campo.

A partir de 1968, quando foi instalado o Projeto Bebedouro, iniciou-se aplicação de uma política agrícola que se traduzia num conjunto de medidas cujo intuito era a instalação de grandes empresas agrícolas que conformariam um Complexo Agroindustrial no Submédio São Francisco. Este processo denominava-se modernização agrícola e sua efetivação seguia as diretrizes das Leis nº4.504/64 e nº 5.508/68 que orientaram a construção do Polo Irrigado Juazeiro/Petrolina, cuja base eram os projetos de colonização. Tal política previa a dotação da infraestrutura necessária à instalação das empresas, bem como os incentivos e benefícios a instalação das próprias empresas, atraindo assim os representantes de grandes capitais.

Os projetos de colonização dividiram-se entre colonização pública e colonização privada. A primeira consistia na criação de projetos (perímetros irrigados) cuja execução e administração ficava a cargo de órgãos governamentais oficiais, a segunda consistia em empreendimentos particulares de responsabilidades de investidores privados, na grande maioria dos casos foram concretizados com financiamento público. Através da colonização pública, foram formados sete perímetros irrigados (tabela 3, pag. 35) e, através da colonização

privada, várias empresas agrícolas entre as quais podemos destacar as empresas agropecuárias Catalunha, Safra e Ouro Verde.

Nas primeiras duas décadas operação do Polo Irrigado, o tomate foi o principal item da produção agrícola, conformando-se um setor de tomaticultura, com atuação de dois grandes grupos Etti e Cica. Estes grupos se vincularam a algumas importantes empresas da região, como Catalunha e Safra, absorvendo sua produção, que era destinada à elaboração de derivados do tomate. Nos anos de 1990 a produção de tomates entrou em decadência, sendo substituída pela produção de uva e manga, a fazenda Ouro Verde se insere neste contexto. Com a consolidação fruticultura outros grandes grupos passaram a atuar na região, como o grupo Labrunier (Carrefour) e GVS. Houve uma associação entre os representantes do grande capital e os grupos locais tradicionais. Para Chilcote (1991) o capital tradicional e o moderno capital mercantil estabelecem nas relações econômicas complexas em países como o Brasil.

A demanda de mão de obra para as grandes empresas agrícolas, mas principalmente, a propaganda exaltadora do progresso econômico da região motivou atração de um enorme contingente de pessoas, em vinte anos esta população saltou de pouco menos que 200 mil para mais de 400 mil pessoas. Estas pessoas vinham à procura de trabalho, geralmente tratava-se de camponeses pobres vindos de pequenas cidades do interior de diversos estados do nordeste. A migração pouco a pouco foi revelando as contradições da modernização agrícola.

O volume da produção e principalmente a utilização de grande tecnologia conduziu muitos a acreditarem no predomínio do trabalho assalariado. Este entendimento era compartilhado pela CPT de Juazeiro/BA, que passou a atuar na organização dos trabalhadores assalariados canavieiros desencadeando os movimentos grevistas de 1991 e 1994. Estas ações foram de grande significado para a luta de classes na região, porém não se estenderam satisfatoriamente diante da tentativa de ampliação para outros setores e municípios.

Os elementos típicos da pequena produção camponesa, em especial a meação, combinavam-se com as formas assalariadas. Muito além, como o demonstrou os casos das fazendas Safra e Ouro Verde, a meação constituiu o principal mecanismo de garantia da mão de obra. Para Ianni (1983) a combinação entre formas assalariadas e não assalariadas é uma das características das relações de produção da atividade agrícola brasileira submetida ao grande capital. Para Martin Martin (2007) esta combinação corresponde à evolução da semifeudalidade.

Como decorrência desta grande concentração e atividade do campesinato na produção agrícola local, a reivindicação principal desta massa de trabalhadores da agricultura irrigada era o acesso ou posse a propriedade da terra. As primeiras movimentações da luta pela terra

na região foram dos colonos dos perímetros irrigados, Projeto Nilo Coelho, em Petrolina, e Projeto Manicoba, em Juazeiro. Estas mobilizações ganharam as ruas e com elas ocorreu o fechamento da Ponte que liga as cidades de Juazeiro e Petrolina pela primeira vez. Foram o prenúncio do auge que luta terra atingiria com as ocupações de terra que se seguiram.

Enquanto a imigração conduzia à concentração populacional, a contradição entre classes permaneceu latente por anos. Porém, paralelamente ao aumento o número de camponeses pobres (com pouca terra ou sem ela), foram acumulando os elementos de uma provável ebulição. Ao mesmo tempo em que, segundo Chilcote (1991) e Gonçalves (1997), e como atestam as três fazendas destacadas, elevava-se a concentração da propriedade. Quando se atingiu o esgotamento e falência do modelo de modernização agrícola implementado que, em essência, era a expressão local da crise do capitalismo burocrático no campo, as tensões cresciam até atingir seu patamar mais elevado com as ocupações.

Somente nas cidades que compõem o Polo Irrigado foram mais de uma centena de ocupações que deram origem a vários assentamentos dos quais destacamos Safra, Ouro Verde e Catalunha, pelo significado econômico que estas empresas tiveram e pela importância e impacto que suas ocupações geraram na luta pela terra. Com as ocupações o caminho camponês, ou via americana, a via da democratização do acesso à propriedade da terra ganhou força e sua concretização se contrapunha frontalmente aos interesses dos grandes latifúndios. A contundência da oposição entre camponeses pobres e grandes latifundiários reafirmou que, mesmo depois do processo de “modernização agrícola”, estas prosseguiram como as principais classes em luta na região.

A luta desatada fez evidenciar os interesses e mecanismos de ação de cada uma das partes. Por um lado, o campesinato protagonizou muitas ocupações que mobilizaram milhares de famílias ao longo de quase uma década, dando origem a mais de uma centena de assentamentos na região. O campesinato da região deu mostra de sua combatividade e importância no conjunto da luta de classes no país. Por outro lado, os grandes latifundiários, cujo poder se expressa nos aparatos do Estado, lograram assegurar que a política oficial de reforma agrária não afetasse seus interesses. O caminho iniciado pelo campesinato foi interrompido pela ação governamental, nas palavras de um camponês “o projeto das autoridades parece que era outro, não era o mesmo dos agricultores.” (SOUZA, 27/06/2015).

Com a aplicação da política de reforma agrária ocorreu o que Arruda (2002) conceituou de capitalização dos latifundiários. Estes receberam somas vultosas a título de indenizações em virtude das desapropriações ou compra de imóveis que foram destinados a formação dos assentamentos. Dessa forma fortaleceram o poder econômico dos latifundiários

que puderam comprar novas terras ou modificar suas áreas de investimento, contudo, mantendo seu poder político. Quanto às massas assentadas, em que pese a coragem e decisão através da qual conquistaram a posse da terra, as dificuldades da produção e o restrito mercado local de consumo para seus produtos fizeram com que não conseguissem sobreviver apenas da produção em seus lotes ou mesmo não viver dela de nenhuma forma. Diante disto a grande maioria dos assentamentos a exemplo, principalmente, de Catalunha e Ouro verde se converteram apenas em locais de residência, “dormitórios” (SOUZA, 27/06/2015), para muitos destes camponeses que trabalham nas grandes empresas produtoras de frutas.

A garantia da mão de obra necessária ao trabalho sazonal da agricultura era algo de importância fundamental para a atividade econômica nos grandes latifúndios desde o século XIX e vários foram os mecanismos utilizados para assegurá-la. Dentre eles, a concessão de local de moradia para os camponeses que viviam como agregados nas fazendas. Com a instalação das empresas agrícolas no Polo Irrigado, as unidades de maior vulto necessitavam buscar mão de obra em distantes municípios e contar com instalações para alojar os trabalhadores em tempo de safra, esta era a situação nos anos de 1980. Agora com a proximidade dos assentamentos, onde se fixaram grande quantidade de pessoas, as empresas agrícolas têm a disponibilidade da mão de obra da qual necessitam. Segundo Martin Martin (2007a), nos países do terceiro mundo foram realizadas reformas agrárias que constituem formas de evolução da semifeudalidade. É precisamente este o caso da política de reforma aplicada no Vale do São Francisco e que se evidencia nos projetos de assentamentos Safra, Ouro Verde e Catalunha.

Assim concluímos que tanto a política de modernização agrícola que criou o Polo Irrigado, nas décadas de 1970/80, quanto a política de reforma agrária, aplicada a partir de 1995, correspondem a sobrevivência da semifeudalidade na região que, entretanto assumiu novas formas em cada um destes momentos. Esta é a razão da permanência do problema agrário e da luta dos camponeses pobres por acesso a propriedade da terra que persiste, até os dias atuais, como aspecto principal da luta de classes na região.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a. Fontes

a.1. Documentos Oficiais – legislação e publicações governamentais

BRASIL. Lei nº4.214, de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 mar. 1963. (Publicação)/ 22 de março de 1963 (retificação). Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. Lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 nov. 1964. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Lei nº 4.869, de 1 de dezembro de 1965. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2 dez. 1965. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Decreto-Lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967. Cria a Superintendência do Vale do São Francisco, extingue a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 fev. 1967. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968. Aprova a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 out. 1968a. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Anexos da Lei nº 5.508, de 11 de outubro de 1968. Apresenta um plano orçamentário das obras de infraestrutura correspondentes as definições da Lei nº 5.508. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 out. 1968b. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 1970a. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. MINISTÉRIO FAZENDA. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Agropecuária Fazenda Catalunha, 13 mar. 1970b. Disponível em: www.Receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp. Acesso: 10 dez. 2015.

_____. MINISTÉRIO FAZENDA. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Agropecuária Fazenda Catalunha, 13 mar. 1970c. Disponível em: www.Receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp. Acesso: 10 dez. 2015.

_____. MINISTÉRIO FAZENDA. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. SAFRA – Sociedade Agropastoril do São Francisco, 30 out. 1972. Disponível em: www.Receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp. Acesso: 10 dez. 2015.

_____. Anexos da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho Rural. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 jun. 1973. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco** – síntese da etapa I. Brasília, nov. 1986a.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco** – síntese da etapa I. Brasília, nov. 1986b.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (1989-2000)** – relatório final. Brasília, dez. 1989a.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (1989-2000)** – Programa para o desenvolvimento da irrigação (1989- 2000). Brasília, jun. 1989b.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco** – Mapas do Plano Diretor. Brasília, dez. 1989c.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (1989-2000)** – Mapas do Programa para o desenvolvimento da irrigação (1989- 2000). Brasília, jun. 1989d.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (1989-2000)** – Mapas do relatório final. Brasília, dez. 1989e.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **PLANVASF – Plano diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco** – Síntese do Plano Diretor. Brasília, dez. de 1989f.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados Estatísticos do século XX. Série 1950/1991**. Anuário Estatístico do Brasil. vol. 54. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em [http:// www.seriesestatisticas.ibge.gov.br/series](http://www.seriesestatisticas.ibge.gov.br/series). Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. **Plano Preliminar Projeto de Assentamento Safra**. 01 nov. 1996a. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. Decreto lei nº 90, de 9 de maior de 1996. Declara para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Safra”, situado no município de Santa Maria da Boa

Vista, Pernambuco, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 maio 1996b. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. PODER JUDICIÁRIO. JUSTIÇA FEDERAL. 7ª VARA DA SEÇÃO JURDICIÁRIA DE PERNAMBUCO. **Mandado de imissão de posse nº 2576/96 – SC**, 04 out. 1996c. Arquivo do INCRA, Secretaria regional - SR29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. Parecer SR-03/J/nº52/96. **Criação do Projeto de Assentamento no imóvel rural denominado fazenda Safra**. Recife/PE, 4 out. 1996d. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Portaria nº62, de 02 de dezembro de 1996. **Aprovação da Criação do Projeto de Assentamento Ouro Verde**. 2 dez. 1996e. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. ESTADO DE PERNAMBUCO. COMARCA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA. Cartório do único ofício. Walquíria Silva Alves dos Santos, tabeliã/escrivã substituta. **Certidão de matrícula e registro de imóveis**. Imóvel rural Ouro Verde. Livro 2, f 85, Santa Maria da Boa Vista/PE, 26 jun. 1996f. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Portaria nº45, de 12 de março de 1997. Aquisição do Imóvel rural denominado “Fazenda Ouro Verde”. **Diário Oficial da União**, 14 mar. 1997a. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. **Plano Preliminar Projeto de Assentamento Ouro Verde**. 17 jul. 1997b. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. Parecer SR-03/J/nº 78/97, de 29 de dezembro de 1997. **Viabilidade técnica e econômica da criação do Projeto de Assentamento Ouro Verde**. Recife, 29 dez. 1997c. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Portaria nº57, de 19 de dezembro de 1997. **Aprovação da Criação do Projeto de Assentamento Ouro Verde**. 19 dez. 1997d. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. Decreto lei de 23 de junho de 1998. Declara para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Catalunha”, situado no município de Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 jun. 1998a. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional – SR 29.

_____. PODER JUDICIÁRIO. JUSTIÇA FEDERAL. 7ª VARA DA SEÇÃO JURDICIÁRIA DE PERNAMBUCO. Mandado de imissão de posse nº 024/98 – SC, 27 nov. 1998b. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional – SR 29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. Criação de projeto de Assentamento de Agricultores, em imóvel rural, objeto de ação de desapropriação para fins de reforma agrária, com base nas leis nº 4.504/64, 8.629/93 e Lei Complementar 76/93. Imissão de Posse deferida em favor da Autarquia, nos termos no parágrafo primeiro do Art. 6º, da L.C. supra citada. Legalidade. Necessidade de posterior ratificação da portaria de criação do projeto, por ato próprio, após aquisição pelo INCRA da propriedade do imóvel. **Parecer/SR-03/J/Nº 078/98. Processo administrativo nº 54140.003680/98-16.** Recife, 15 dez. 1998c. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional – SR 29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. Portaria nº76. **Criação do Projeto de Assentamento Catalunha**, 16 dez. 1998d. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. UNIDADE AVANÇADA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO. **Viabilidade técnica e econômica da criação do Projeto de Assentamento Catalunha.** Executor da Unidade avançada: José Rutênio do Amaral. Petrolina, 14 jun. 1998e. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DE PERNAMBUCO – SR03. **Plano Preliminar Projeto de Assentamento Catalunha.** 14 dez. 1998f. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. Congresso, Câmara. **Audiência Pública nº 0209/99.** Comissão de Agricultura e Política Rural. Discussão sobre a atuação da SUDENE e do Banco do Nordeste em relação à região nordeste do país. Intervenção do deputado Geraldo Simões, 28 abr. 1999.

_____. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ouro Verde**, 2002a. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SECRETARIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – SR29. Extrato dominial da Fazenda Safra. Petrolina, 29 out. 2002b. Arquivo do INCRA, Secretaria Regional - SR29.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em: 18 dez. 2015

_____. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública c/c Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa.** Petrolina, 19 abr. 2005.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Juazeiro/Bahia - Histórico.** Juazeiro/BA, Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.juazeiro.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> Acesso em: 18 dez. /2015.

_____. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Tabela prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais.** Tabela editada em face da jurisprudência predominante. Disponível em: <<http://www.yahii.com.br/debjud.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

a.2. Documentos de organizações de representação de classes e movimentos sociais

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. Síntese da proposta para a elaboração do Primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária. Porto Alegre/RS, 01 de janeiro de 1985. **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2016.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DE SANTA MARIA DA BOA VISTA. **Contrato de arrendamento.** 1993.

CEDI. A questão Agrária e a Constituinte: sem reforma agrária não há democracia. Rio de Janeiro/RJ, 01 de janeiro de 1986. **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2016.

CPT. **Região de Juazeiro.** Relatório Comissão Pastoral da Terra. Juazeiro/BA, 1990. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Relatório CPT – 1991.** Juazeiro/BA, 1991. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra – Relatório de atividades do ano de 1992.** Juazeiro/BA, 1992a. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT/CEAS. **Secundo a Fonte: Pobreza e modernização agrícola no semiárido nordestino.** O caso da região Juazeiro/Petrolina. Projeto de pesquisa. Juazeiro/BA, 1992b. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Relatório do trabalho com assalariados rurais – 1º semestre 1993a.** Juazeiro/BA, 20 de dezembro de 1993. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Linhas e diretrizes para 1994.** Juazeiro/BA, 1993b. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Relatório Assalariados Rurais – 1994.** Juazeiro/BA, 1994. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Um mundo a parte, mas nem tanto:** pobreza e modernização agrícola no nordeste irrigado. Relatório Preliminar. Juazeiro/BA, 1995. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **Experiência de trabalho junto aos assalariados da região de Juazeiro.** Relatório, Juazeiro, 22 de maio de 1997. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

CPT. **O nascimento da CPT.** Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. Balanço da “Reforma Agrária” em 1988 e nos quatro anos da nova república. São Paulo, 30 de dezembro de 1988. **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 1 maio 2016.

FUNDAÇÃO ANTÔNIO E ANTONIETA CINTRA GODINHO. Casa da família Bonfiglioli. In: Fundação Antônio e Antonieta Cintra Godinho - FAACG. **Patrimônio histórico e cultural da cidade de Jundiá:** Inventariamento Preliminar. Jundiá: Prefeitura Municipal, 2014. pp. 44-45. Disponível em: <http://www.jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2014/08/Casa-da-familia-Bonfiglioli-Cica.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

GVS. **Quem somos.** Conheça um pouco de nossa história. Disponível em: <[http://gvscompany.com.br/.](http://gvscompany.com.br/)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LIGAS CAMPONESAS. Declaração de Belo Horizonte. In: JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1962.

LABRUNIER. **Empresas.** Disponível em: < <http://www.grupojd.com.br/empresas>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Documento Final do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. Curitiba/PR, 31 de janeiro de 1985. **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Histórico do Movimento do Movimento Sem Terra. Porto Alegre/RS, 01 de janeiro de 1985. **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. A reforma agrária necessária. In: FRANÇA, José Nascimento de. **Projeto democrático socialista do MST.** Alguns elementos linguísticos ideológicos. Maceió: Edufal, 2009. p. 267-278.

OAS. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.oas.com.br/oas-com/oas-s-a/quem-somos/quem-somos.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SINDTRIRR. Fazendas e pequenos produtores de Lagoa Grande. Lagoa Grande/PE, 2012.

VALEEXPORT – Associação dos exportadores de hortifrutigranjeiros do Vale do São Francisco. **Associados.** Petrolina/PE, Brasil, 1995. Arquivo da CPT/Diocese de Juazeiro.

_____. **Há 22 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira.** Petrolina/PE, Brasil, 2011.

a.4. Artigos de Jornais

ACAMPADOS da Safra voltam a ocupar. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Ano XVI, nº 155, janeiro-fevereiro de 1996, p. 11. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

ACAMPAMENTO no sertão: maior ocupação do MST pernambucano. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Ano XV, nº 151, setembro de 1995, p.10. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

AÇÃO judicial despeja invasores do bairro José e Maria. **Jornal de Juazeiro,** 29/31 de março de 1982, p. 2. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

AGROVALE, uma potência a serviço da região. **Jornal de Juazeiro,** 21/26 out. 1983, p. 9. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

ANTENORE, Armando. Diolinda no portal da fama. **Revista da Folha de São Paulo.** São Paulo, 17 dez. 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/17/revista_da_folha/3.html>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO de Consumidores de Petrolina defende colonos do projeto Nilo Coelho. **Jornal de Juazeiro,** 14 abr. 1996, p. 6. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

A TRANSFERÊNCIA de Dom Avelar/ Sessão de cartas do leitor. **O Farol,** 9 fev. 1956, p. 11. Arquivo Franca Pires/UNEB, Juazeiro/BA.

BARBOSA, Mariana. Ex-donos da CICA agora crescem no ramo de fastfoods. **O Estado de São Paulo.** São Paulo/SP, 17 abr. 2009. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BARBOSA, Benedito Rui. Esse país não tem solução se não resolver o problema do campo. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Ano XV, nº 160, jul. 1996, pp. 10-11. Entrevista concedida à Debora Lerrer e Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BERTONI, Estevão. Carmelo Paoletti – Pioneiros dos atomadados no Brasil. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 18/09/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1155130-carmello-paoletti-1929-2012---pioneiro-dos-atomatados-no-brasil.shtm>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CHACINA DE SEM-TERRA comove a população. **Jornal de Juazeiro**, 20 abr. 1996, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

CICA NORTE proporcionando 500 empregos diretos e 1.2000 indiretos. **Jornal de Juazeiro**, 2/5 out. 1983, p.3. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

CODEVASF ABRE nova área à irrigação. **Jornal de Juazeiro**, 24 ago. p.1. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

COLONOS CONTINUAM acampados em frente à prefeitura. **Jornal de Juazeiro**, 13 fev. 1997, p.3. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

COLONOS DO VALE do São Francisco protestam contra a Codevasf. **Jornal de Juazeiro**, 7 fev. 1997, p.3. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

COLONOS FECHAM ponte Presidente Dutra. **Jornal de Juazeiro**, 17 nov. 1995, p. 03. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

COLONOS REJEITAM proposta da CODEVASF. **Jornal de Juazeiro**, 16 fev. 1996. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

COMISSÃO de deputados visita fazenda invadida pelo movimento dos Sem Terra. **Jornal de Juazeiro**, 24 ago. 1996, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

DELEGADO, juiz e promotor fazem proposta indecente ao MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano XVI, nº 155, janeiro-fevereiro de 1996, p. 7. Hemeroteca da luta pela terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. Ocupar, resistir e produzir. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano X, nº 93, abril/maio de 1990, p.3. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FHC ESTÁ insatisfeito com prisões dos sem terra. **Jornal de Juazeiro**, 1 mar. 1996, p. 6. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

LANGSDORFF, Janaína. Hipermercado vende Etti para a Bunge. **Meio e mensagem**. São Paulo, 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br>>. Acesso em: 12 dez 2015.

MARATONISTA VISITA o Assentamento Safra, a ‘mãe de todos’ em Pernambuco. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 03 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 12 dez 2015.

MARQUES, Eliete. Testemunhas relembram massacre de Corumbiara: Cenas de guerra. **Portal G1**. Rondônia: Vilhena, 11 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2015/08/testemunhas-relembram-massacre-de-corumbiara-cenas-de-guerra.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MASCHIO, José; MALAVOLTA, Luiz. Polícia prende 4 líderes dos sem terra. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 jan. 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/26/brasil/14.html>>. Acesso em: 20/03/2016.

MOVIMENTO dos sem-terra invade fazenda em Santa Maria. **Jornal de Juazeiro**, 08 set. 1995, p.4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

MST OCUPA fazenda de ACM no sertão. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano XVI, nº 151, setembro de 1996, p.10. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MOVIMENTO dos Sem Terra faz nova invasão à sede do INCRA em Petrolina. **Jornal de Juazeiro**, 4 jul. 1996, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

OCUPAÇÃO da Safra começa a dar resultados. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano XVI, nº 156, março de 1996, p. 10. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

OS NÚMEROS de Juazeiro. **Jornal de Juazeiro**, 15/22 jul. 1983, p. 3. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

PLANO de Reforma Agrária. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano X, nº 93, abril/março de 1990, p.12. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PRESOS políticos da reforma agrária. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano XV, nº 153, novembro e 1995, pp. 8-9. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PROGRESSO Industrial para Juazeiro. **Jornal de Juazeiro**, 2 maio out. 1983, p. 2. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

PROJETO Especial Cidades Porte Médio. **Jornal de Juazeiro**, 15/19 jul. 1982, Suplemento Especial. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

PROPRIEDADES do Vale do São Francisco são alvo dos sem terra. **Jornal de Juazeiro**, 8 ago. 1996, p. 6. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

QUESTÃO AGRÁRIA. **Jornal de Juazeiro**, 20 mar. 1996, p. 2. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

REGIÃO receberá grupo Fenício. **Jornal de Juazeiro**, 24/26 nov. 1983. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

REPORTAGEM LOCAL. Justiça revoga prisão de líderes do MST. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/17/brasil/18.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

RESOLUÇÕES do segundo Congresso Nacional do MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano X, nº 93, abril/maio de 1990, p.11. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

RODRIGUES, Madi. Massacre de Eldorado dos Carajás, laudo prova a farsa. **Revista Isto é**, ed. n. 1617, 27 set. 2000, pp. 37-43. Arquivo Pessoal.

SEM-TERRA DO SÃO Francisco aguardam novas conquistas. **Jornal de Juazeiro**, 11 nov. 1996, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

SEM-TERRA OCUPAM fazenda sede da fazenda Catalunha. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 mar. 1998. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/1103/rg11031.html>. Acesso em: 22/12/2014.

SEM-TERRA PROMETEM novas invasões. **Jornal de Juazeiro**, 11 abr. 1996, p. 3. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

SEM TERRAS permanecem acampados na fazenda Catalunha. **Jornal de Juazeiro**, 12 set. 1996, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

SITUAÇÃO dos sem terra continua indefinida. **Jornal de Juazeiro**, 23 abr. 1996, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

SUCURSAL de Brasília. FHC defende a liberdade a líderes do MST. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 fev. 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/28/brasil/26.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

TAPAJÓS, Renato. Os Sem Terra e o Rei do Gado. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ano XV, nº 164, dezembro de 1996, p. 16. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=828>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

TOMATE do Velho Chico para o mundo. **O Sertão**, 21 set. 1985, p.11. Arquivo do Museu do Sertão, Petrolina/PE.

TRABALHADORES do MST invadem outra vez a sede do Incra. **Jornal de Juazeiro**, 4 dez. 1996. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

TRABALHADORES Sem Terra brigam na justiça para permanecerem na faz. Safra. **Jornal de Juazeiro**, 17 ago. 1995, p. 4. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

TRAGÉDIA mata ministro Marcos Freire enlutando o país. **Jornal de Juazeiro**, 10 nov. set. 1987. Arquivo do Jornal O diário da região, Juazeiro/BA.

VERGONHA – Sem terra são executados a sangue frio no Pará. *Jornal do Brasil*, 18 de abril de 1996. Arquivo da CPT/Diocece de Juazeiro.

15 MILHÕES de hectares serão irrigados no Vale dos São Francisco. *Jornal de Juazeiro*, 23 dez. 1995, p.7. Arquivo do *Jornal O diário da região*, Juazeiro/BA.

a.5. Entrevistas

BARBALHO, Samuel Ferreira. Entrevista presidente da Associação dos Produtores do Assentamento Safra. **Gravada em formato mp3**. Duração 19 min, 04 seg., 11 set. 2013. Entrevista concedida a Flávio Pereira, Franciel Amorim e Moisés Diniz Almeida.

BEZERRA, José Cícero. Entrevista com ex-trabalhador da Agropecuária Catalunha e assentado no P.A Catalunha. **Gravada em formato mp3**. Duração 40 min, 06 seg., 19 abr. 2014. Entrevista concedida a Flávio Pereira, Franciel Amorim e Moisés Diniz de Almeida.

BRAGA, Marina Rocha. Entrevista com membro da CPT. **Gravada em formato mp3**. Duração 53 min, 53 seg., 13 jan. 2016. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Franciel Amorim.

SANTOS, Adelmir Antero dos. Entrevista com camponês assentado no P.A Safra. **Gravada em formato mp3**. Duração 19 min, 04 seg., 19 abr. 2014. Entrevista concedida a Flávio Pereira, Franciel Amorim e Moisés Diniz Almeida.

SANTOS, Joao Nunes dos. Entrevista com camponês assentado no P.A Ouro Verde. **Gravada em formato mp3**. Duração 53 min, 53 seg., 29 jul. 2012. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Sergio Nere Santana.

SANTOS, José Amaro dos. Entrevista com ex-meeiro da fazenda Ouro verde. **Gravada em formato mp3**. Duração 53 min, 53 seg., 15 ag. 2012. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Sergio Nere Santana.

SANTOS, Luiz Neri dos. Entrevista com camponês assentado no P.A Ouro Verde. **Gravada em formato mp3**. Duração 53 min, 53 seg., 14 ago. 2012. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Sergio Nere Santana.

SOUZA, Francisco Ferreira. Entrevista com camponês, ex-trabalhador da Fazenda Safra e, atualmente, assentado no P.A Catalunha. **Gravada em formato mp3**. Duração 22 min, 26 seg., 27 jan. 2016. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Franciel Amorim.

SOUZA, Ronaldo Menezes. Entrevista com camponês assentado no P.A Catalunha. **Gravada em formato mp3**. Duração 28 min, 59 seg., 19 abr. 2014. Entrevista concedida a Flávio Pereira, Franciel Amorim e Moisés Diniz de Almeida.

SOUZA, Ronaldo Menezes. Entrevista com camponês assentado no P.A Catalunha. **Gravada em formato mp3**. Duração 13 min, 22 seg., 27 jun. 2015. Entrevista concedida a Flávio Pereira.

SILVA, Carlos José (Carlinhos). Entrevista com ex-trabalhador da Agropecuária Catalunha. **Gravada em formato mp3**. Duração 46 min, 11 seg., 20 maio 2015. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Franciel Amorim.

SILVA, José Sandro da. Entrevista com camponês assentado no P.A Safra **Gravada em formato mp3**. Duração 24 min, 17 seg., 27 jan. 2016. Entrevista concedida a Flávio Pereira e Franciel Amorim.

b. Bibliografia

ALBERTI, Verena. O lugar da história Oral: O fascínio vivido e as possibilidades de pesquisa. In: _____ **Ouvir Contar**. Textos em história Oral. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004 (3ª reimpressão).

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

AMORIM, Franciel Coelho Luz de. **A política de reforma agrária e a manutenção da semifeudalidade no Submédio do São Francisco**: Um estudo sobre o projeto de Assentamento – P.A. Catalunha. 2015, 116 f. Monografia (Graduação em História). Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança**: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

ARRUDA, Fausto. **A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária**. Rio de Janeiro, Jornal A nova democracia, nº 2, ano I. Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>> Acesso em: 20/05/2013

ARRUDA, Fausto. **A que serve o chamado de capitulação de Stédile**. Rio de Janeiro, Jornal A nova democracia, nº 63, ano VIII. Março/2010. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>> Acesso em: 20/05/2013

BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 23-79

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república – 1889 a 1930**. São Paulo, EDAGLIT, 1962(a).

_____. **História sincera da república – 1930 a 1960**. São Paulo, EDAGLIT, 1962(b).

BLOCH, Didier. **As Frutas Amargas do Velho Chico**: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. Livros da Terra, São Paulo, 1996.

BONI, Valdete; QUARESMA, Selma Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: Como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política, vol. 2, nº1(3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 11/08/2012.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 37-70

_____. **Escravo ou camponês**. O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHILCOTE, Ronald. H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: EDUSP, 1990.

DOOB, Maurice. Uma réplica. In: SWEZY, Paul e outros. **A Transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977. Tradução Isabel Didonet.

DOURADO, Walter de Castro. **Juazeiro da Bahia à Luz da História**. Juazeiro, s/e, 1983.

ENGELS, Federico. “El problema campesino en Francia y en Alemania”. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. **Obras Escogidas de Marx y Engels en dos Tomos**. Moscú: Editorial Progreso, 1894a; ed. 1978, Tomo II, pp. 420-441

ENGELS, Friedrich. As guerras camponesas na Alemanha. In: _____. **A revolução antes da revolução**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESPINOSA, Waldo. **Manual da produção de tomates no Vale do São Francisco**. Brasília: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Publicações Miscelâneas, 1991.

FRANCA, Celso. **A imagem do Vale: reestruturação agrícola e mudança social**. Petrolina: Franciscana Pernambuco, 2008.

FRANÇA, José Nascimento de. **Projeto democrático socialista do MST**. Alguns elementos linguísticos ideológicos. Maceió: Edefal, 2009.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GUEDES, Marinho Enildo ... [et al]. **Padrão UFAL de normalização**. Maceió: EDUFAL, 2012.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

_____. **Agricultura: La estratégia de la modernización conservadora**, 1976. Arquivo Lyndolpho Silva. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosa.htm>. Acesso em: 23 jan. 2016.

_____. **O complexo agroindustrial no Brasil**, 1976. Arquivo Lyndolpho Silva. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosb.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Opara: Formação histórica e social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 3ª ed./ 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994.

_____. **O escravismo colonial**. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **A Questão Meridional**. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

GUZMÁN, Abimael. **El Problema Agrario**. 1991. Perú. Disponível em: <<http://www.cedema.org/uploads/PCP-1988.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

HERMAN, Jacqueline. **Religião e política no alvorecer da república: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Marília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. História social da terra e da luta pela terra. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Labirinto latino-americano**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1962.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliana, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O programa agrário da social-democracia russa**. In: _____. **Problema agrário II**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979a.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. In: _____. **Obras escolhidas – Volume I**. São Paulo: Alfa Omega, 1979b.

_____. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: _____. **Obras escolhidas – Volume I.** São Paulo: Alfa Omega, 1979c.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. pp. 110-152.

LUZ, Marta. **Cronologia Histórica e Cultural.** Prefeitura Municipal de Petrolina, Petrolina, 1995.

MARIGUELA, Carlos ... [et. al]. **A questão agrária no Brasil:** textos dos anos sessenta. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasil debates, 1980.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanço do debate:** A transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques? In: **IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica.** México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco - Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005.

_____. **Los Jornaleros hablan de la lucha por la tierra en el sur de la España de siglo XXI.** 2. ed. Málaga: Zambra/Baladre, 2006.

_____. **El papel del campesinado en la transformación del mundo actual.** . Valencia: Baladre, 2007a.

_____. **La semifeudalidad y el atraso de España:** el ejemplo del sur. Madrid: Catarata, 2007b.

_____. Teoria e prática das guerras camponesas no marxismo do século XXI, In: Colóquio do CEMARX, 5., 2007c, Campinas. **Anais...** Campinas, UNICAMP, 2007b. 1 CD-ROM.

_____. La lucha por la tierra. Casos comparados de Brasil y España. In: SERRANO, José Antón Segrelles. **A vueltas con la agricultura:** una actividad económica necesaria e marginada. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 2010. pp. 43-73.

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: Massacre ou combate?** A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. 2009, 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. **A acumulação primitiva do capital**. In: _____. **O capital: Livro I – Volume II**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978.

_____. Conversão do lucro suplementar em renda fundiária. In: _____. **O capital: Livro 3 – Volume 6**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo, 2011a.

_____. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e terra, 2011b. Tradução João Maia.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. **Entre o Estado, o mercado e a produção social: Organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro**. 2011, 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2011.

PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal (FIAM), 1982.

PINAZZA, Luiz Antônio; ARAÚJO, Ney Bittencourt de. **Agricultura na virada do século XX**. São Paulo: Editora Globo, 1983.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

_____. **História econômica do Brasil**. 31ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **A questão agrária no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, 1ª reimpressão, 2010.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo, HUCITEC, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: ensaio metodológico**. XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu - 23 a 27 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/11830/13607>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

REIS, Cinthia Regina Nunes. **Redes empresariais locais no mercado global de alimentos: o Grupo Labrunier no sertão nordestino**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, Julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/portal/index>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na esteira do tempo**. Salvador: Ed. Mensageiro da fé, 1968.

SANTOS, Andréa Cristina. Mapeamento dos periódicos de Juazeiro-Ba e Petrolina-Pe (1901-1999). **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife/PE, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2924-1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SERRANO, Isidro. **Revolución agrária y semifeudalidad**. México: Centro de Investigación Popular – Editorial La Chispa, 1991. Disponível em: <<http://mprmexico.blogspot.com/2000/09/revolucin-agraria-y-semifeudalidad.html>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SILVA, José Grazziano ... [et. al]. **O significado da parceria na agricultura do nordeste**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, coleção mossoroense, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **História da burguesia brasileira**. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

_____. **As classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

SOBREIRA FILHO, José. A luta pela terra no pontal do Paranapanema. História e atualidade. **Revista Geografia em questão**, v. 5, n. 1, pp. 83-114. ISSN: 2178-0234

STEINBECK, John. **As vinhas da Ira**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SWEZY, Paul e outros. **A Transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977. Tradução Isabel Didonnet.

TSETUNG, Mao. Análise de classes da sociedade chinesa. In: **obras escolhidas – volume II**. São Paulo. Alfa-Omega, 1979.

TSETUNG, Mao. Notas del presidente sobre capitalismo burocrático. 2ª ed. Lima. Ediciones Alvorada, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001. Tradução Vera Ribeiro.

ANEXOS

A) Roteiro das entrevistas semiestruturadas utilizadas na pesquisa.

A1: Investigação sobre as relações de produção nas empresas agrícolas. Perfil dos entrevistados: Antigos trabalhadores das fazendas Safra, Ouro Verde e Catalunha.

- 1) Você foi trabalhador na fazenda antes do processo de reforma agrária?
- 2) Que trabalho você desempenhava? Como era este trabalho, assalariado, permanente, temporário? Plantava como meeiro ou rendeiro (arrendatário)?
- 3) Qual a cidade/estado em que você nasceu?
- 4) Quando e por que veio para a região do Pólo Irrigado?
- 5) Você morava nas instalações da fazenda?
- 6) Havia muitos trabalhadores nas fazendas?
- 7) Havia funcionários trazidos de outras localidades, especificamente, para trabalhar nas fazendas?
- 8) Como eram tratados os funcionários da fazenda?
- 9) Como eram as instalações da fazenda?
- 10) O que era produzido na fazenda? Como era produzido?
- 11) Para onde era destinada a produção?
- 12) Você conhecia os proprietários da Fazenda? Eles eram da região?

A2: Investigação sobre a conformação dos projetos de assentamentos Safra, Ouro verde e Catalunha. Perfil dos entrevistados: camponeses assentados que tivessem participado da luta pela terra desde o período da ocupação das fazendas Safra, Ouro verde e Catalunha.

- 1) Como você se envolveu na luta pela terra? Há quanto tempo e por que decidiu participar? Quais eram as tuas expectativas?
- 2) Você estava na ocupação da ocupação da fazenda? Como você soube da ocupação/
- 3) De que forma foi organizada esta ocupação? Houve a participação de muitas pessoas?
- 4) Tinha trabalhadores ou moradores na fazenda quando vocês ocuparam? Como foi a relação com eles?
- 5) Qual foi a reação dos proprietários da terra? Houve repressão? Houve despejo?
- 6) Demorou muito o processo de desapropriação da fazenda e de conformação de projeto de Assentamento? Como vocês viviam neste período?
- 7) Depois de conformado o P.A, cada uma das famílias recebeu sua parcela de terras? Vocês começaram a produzir? O que?
- 8) Quais as dificuldades encontradas em relação a produção?
- 9) A produção dos lotes de vocês era suficiente para a garantia do sustento das famílias?
- 10) Existiam assentados que trabalhavam fora do assentamento? Em caso afirmativo que tipo de trabalho era este?

B) Contrato de arrendamento

CONTRATO DE ARRENDAMENTO**Fazenda Ouro Verde I**Nº Id.: 1.94.026

MAMORU YAMAMOTO, brasileiro, casado, Empresário Agrícola, CPF Nº 124.257.709-25, residente e domiciliado à Fazenda Ouro Verde I, Município de Santa Maria da Boa Vista-PE., aqui denominado simplesmente de ARRENDADOR, sendo legítimo proprietário da Fazenda Ouro Verde I, situada no Município de Santa Maria da Boa Vista-PE., ARRENDA, sob regime de Contrato Particular de Arredamento, uma gleba de terras identificada por 0,56

DE TERRA DO LOTE 5/6 COM 10 UNAS.

CONS. 8.324.272 DEB Nº 267.548.194-72

dentro do perímetro da referida Fazenda Ouro Verde I, ao Sr. JOSÉ ANILDO DOS
SANTOS RESIDENTE NO PO. DE VERDEIRO Cat. 103 De Boa Vista Pe.

aqual denominado simplesmente de ARRENDATARIO, para que nela, juntamente com a sua família, explore a cultura de uva de mesa, a partir do estágio de "PODA", sob as cláusulas e condições abaixo:

1-PRIMEIRA- O ARRENDATARIO compromete-se a zelar, tratar e cuidar da cultura, obedecendo normas técnicas traçadas pelo ARRENDADOR ou por Técnicos por ele recomendado, garantindo, desta forma, a conservação do parreiral, bem como do solo cultivado;

2-SEGUNDA- 50%(cinquenta por cento) da energia elétrica, assim como das pessoas de manutenção de irrigação e drenagem, conta telefônica com vendas de uvas e registro do presente contrato em cartório, serão debitadas ao ARRENDATARIO nas primeiras colheitas;

3-TERCEIRA- O presente contrato é válido até 26 DE NOVEMBRO DE 1995 ;

4-QUARTA- O ARRENDADOR não fornecerá ao ARRENDATARIO nem moradia nem transporte, assim como materiais e utensílios como: ferramentas, amarradores, grampos para amarração, bombas, contentores, etc;

5-QUINTA- É facultado ao ARRENDADOR o direito de fiscalizar, vistoriar e até mesmo impedir a entrada de pessoas estranhas ou indesejáveis na Fazenda, bem como de transportes de conduções particulares;

6-SEXTA- O rateio da uva, onde ambas as partes recebem 50%(cinquenta por cento), segundo o peso da uva, será feito no armazem sede da Fazenda, sem incluir as despesas com embalagens;

7- SETIMA- O ARRENDATARIO deverá requisitar sua inscrição na Secretaria Estadual da Fazenda, para obteção de uma nota fiscal de venda de seu produto;

8-OITAVA- Compromete-se o ARRENDATARIO a não transferir, nem repassar de nenhuma forma o presente contrato para terceiros sem a devida aprovação do ARRENDADOR, e se assim o fizer o percentual para o adquirinte será apenas de 40%(quarenta por cento);

9-NONA- Em caso de desistência de um dos contratantes sem a devida e reconhecida justificativa, bem como o descumprimento de quaisquer uma das cláusulas deste contrato, assim como das normas previstas do estatuto da terra, lei Nº 504/64 e seu regulamento, decreto Nº 59.566/66, do Código Civil e no que couber, implicará na extinção deste, sem nenhuma indenização para quem deu causa;

10-DECIMA- As partes contratantes elegem o Forum da Comarca de Santa Maria da Boa Vista-PE., para dirigir qualquer dúvida ou conflito que possa existir, resultante deste contrato, independente de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estarem assim justos, acordados e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença de duas testemunhas a tudo presente.

Santa Maria da Boa Vista-PE., 26 de JUNHO de 1.990

[Handwritten Signature]
ARRENDADOR

[Handwritten Signature]
ARRENDATARIO

TESTEMUNHAS:

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

